



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –
MESTRADO PROFISSIONAL

Internacionalização da Educação Superior:

Um estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB

Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto

JOÃO PESSOA - PB

2017

Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto

Internacionalização da Educação Superior:

Um estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de mestre. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Gestão e Avaliação da Educação Superior.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

JOÃO PESSOA - PB

2017

P659i Pinto, Patrícia Nogueira de Carvalho.

Internacionalização da educação superior: um estudo sobre o programa Ciência sem Fronteiras no IFPB / Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto.- João Pessoa, 2017.

141 f. : il.-

Orientador: Profº. Drº. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Educação Superior. 2. Internacionalização - Educação.
3. Ciência sem Fronteiras. 4. IFPB. I. Título.

UFPB/BC

CDU – 378(043)

Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Gestão e Avaliação, como requisito a obtenção do título de mestre.

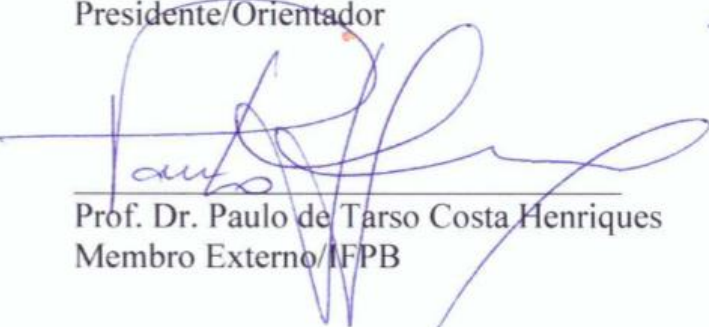
Aprovado

Em 21/02/2017

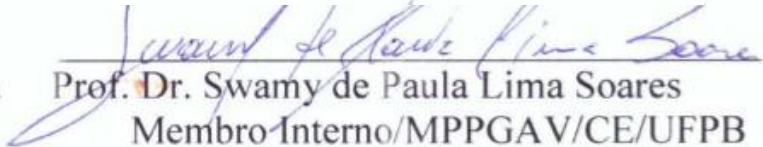
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Presidente/Orientador



Prof. Dr. Paulo de Tarso Costa Henriques
Membro Externo/IFPB



Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Membro Interno/MPPGAV/CE/UFPB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, coordenação e demais membros do MPPGAV que idealizaram esse mestrado pioneiro e oportunizaram o momento de realizar a tão sonhada pós-graduação.

Ao meu orientador pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. À banca examinadora pelos valiosos conhecimentos compartilhados.

Ao meu marido Carlos Alberto, aos meus pais Wallace e Geovanilda, que acreditaram no meu potencial. Aos meus filhos Caio Lucas e Luana, ao meu irmão Wallace Júnior e aos demais familiares, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, essenciais para o término dessa caminhada. Um agradecimento especial a minha cunhada Andrea pela ajuda na reta final do trabalho.

Também demonstro gratidão a todos os docentes e colegas discentes do IFPB, UFPB e UFCG, que compuseram a Turma 1 do MPPGAV e que caminharam lado a lado no percurso do mestrado.

Aos meus colegas de trabalho da Diretoria de Comunicação do IFPB que me deram suporte e permitiram que eu me afastasse para realizar a escrita dessa dissertação.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“The future of higher education is a global one and it is our job to help prepare the higher education world for this.” Uwe Brandebur e Hans de Wit, 2011

RESUMO

O debate sobre a internacionalização da educação superior tem ganhado relevância nos últimos anos. Um dos programas de maior destaque ofertado pelas Instituições de Ensino Superior do país é o Ciência sem Fronteiras, não apenas pelo alto investimento por parte do Governo Federal, como também pelo elevado número de estudantes que já foram beneficiados. Desta forma, a presente dissertação tem por objetivo avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras como política pública de internacionalização da educação superior no IFPB. A proposta se efetiva através de um estudo de caso, a partir de entrevistas com os sujeitos diretamente envolvidos no programa: os discentes e o gestor, as quais possibilitaram resposta a questões que ampararam a análise do programa no âmbito institucional. O estudo também possibilita a reflexão sobre a internacionalização da educação superior no contexto de expansão dos Institutos Federais, bem como conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes no exterior; o perfil dos alunos do IFPB participantes do programa e a importância do mesmo para a formação profissional e tecnológica dos discentes do IFPB. O suporte teórico que fundamenta o estudo se dá através de conceitos como o de globalização e internacionalização como política pública e suas relações com a educação superior, bem como o surgimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e sua centenária evolução na Paraíba, cenário no qual o programa foi estudado. A partir das colocações expostas e analisadas, chega-se a reflexão de que o processo de internacionalização da educação superior, no âmbito do IFPB, ligado à globalização do mundo contemporâneo, é tido como fator fundamental ao desenvolvimento do país, por meio do intercâmbio de saberes e da troca de tecnologias e que se faz importante para a formação profissional e tecnológica dos discentes, contribuindo para o cumprimento da missão institucional desta instituição educacional.

Palavras-Chave: Internacionalização, Ciência sem Fronteiras, IFPB

ABSTRACT

The debate on internationalization of college education has been raising in the last years. One of the most known programs on the subject offered by Brazil College Institutions is the *Ciência sem Fronteiras* (Science without Borders) Program. The *Ciência sem Fronteiras* Program has been receiving big financial investments from the Federal Government making it possible to engage a significant number of students on it. This dissertation has the aim of assessing the *Ciência sem Fronteiras* Program as a internationalization of college education public policy at IFPB (Instituto Federal da Paraíba - Paraíba State Federal Institution). The approach described here uses a case study by interviewing people directly engaged in the program: students and the program manager; both types of interviews give support to the program assessment inside the context of the IFPB educational institution. The results of this study either enrich the debate about the concept of internationalization of college education considering the continuous expansion of the Federal Institutions and it raises the main challenges faced by students when they are abroad; the results help to understand the students profile and the program worth to their professional and technological background as well. The study theoretical support is given through concepts like globalization and internationalization as a public policy and its connection to the college education. The emerging and continuous expansion of the Federal Net of Professional, Scientific and Technological Education in the Paraíba State in the last decades is also considered as a theoretical support. From the presented and assessed results it is possible to conclude that the internationalization of college education process, considering either the IFPB context and the globalization of the contemporary world, is a core factor to country development, that happens through the interchange of knowledge as well as technologies culminating in the professional and technological background of the students therefore contributing to the institutional mission of IFPB.

Keywords: Internationalization, *Ciência sem Fronteira* Program, IFPB

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Fluxograma explicativo sobre as etapas da pesquisa.....	60
---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Quantitativo de unidades da Rede Federal.....	48
FIGURA 02: Mapa das mesorregiões da Paraíba e os campi do IFPB com alunos contemplados pelo CsF.	77
FIGURA 03: Palavras que definiram a experiência dos alunos no CsF segundo eles mesmos.....	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Relação das melhores universidades segundo o ranking <i>QS World</i>	70
TABELA 02: Relação de alunos por campi participantes da primeira etapa do Programa Ciência sem Fronteiras de 2012 a 2014.....	75
TABELA 03: Relação dos alunos por campi na segunda etapa do Programa Ciência sem Fronteiras de 2015 a 2016.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Os quatro países que mais recebera alunos do CsF na Paraíba de 2012 a 2015	66
GRÁFICO 2: Evolução da distribuição de bolsas de graduação na Região Nordeste de 2012 a 2016	68
GRÁFICO 3: Quantidade de alunos enviados para o CsF nos Institutos Federais do Nordeste de 2012 a 2016.....	68
GRÁFICO 4: Comparativo dos quatro IFs do Nordeste que mais enviaram alunos para o CsF de 2012 a 2016 em proporção ao número de estudantes matriculados no ano de 2016.	69
GRÁFICO 5: Distribuição de bolsas implementadas em dez áreas do conhecimento no período de 2012 a 2016.	72
GRÁFICO 6: Distribuição de bolsas implementadas por área do conhecimento no Brasil e na PB entre 2012 e 2016	73
GRÁFICO 7: Discentes do IFPB selecionados no CsF por curso de origem.	78
GRÁFICO 8: Países de destino dos alunos do IFPB	78
GRÁFICO 9: Quantidade de países que receberam alunos do IFPB por ano.....	79
GRÁFICO 10: Quantidade de alunos do IFPB enviados ao exterior por ano	80
GRÁFICO 11: Faixa etária dos alunos do CsF/IFPB pesquisados	81
GRÁFICO 12: Cor ou raça dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados.....	82
GRÁFICO 13: Escolarização dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados	83

GRÁFICO 14: Sexo dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados.....	83
GRÁFICO 15: Porcentagem dos estudantes cotistas e não cotistas participantes da pesquisa	84
GRÁFICO 16: Renda dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados.	85
GRÁFICO 17: Naturalidade dos estudantes pesquisados	85
GRÁFICO 18: Nível de conhecimento do idioma estrangeiro antes da viagem por parte dos alunos participantes	88
GRÁFICO 19: Aspectos de dificuldade dos alunos durante o CsF	89
GRÁFICO 20: Mudança mais significativa na vida do aluno após participar do CsF	91
GRÁFICO 21: Porcentagem dos alunos pesquisados que já realizaram viagem internacional antes do CsF.	92
GRÁFICO 22: Porcentagem dos alunos que declararam não ter condições de fazer intercambio sem o auxílio do governo	93
GRÁFICO 23: Aspectos que influenciaram o estudante na escolha do país	94
GRÁFICO 24: Nível de satisfação dos estudantes em relação ao CsF	95
GRÁFICO 25: Porcentagem dos estudantes pesquisados que já concluíram o curso superior	95
GRÁFICO 26: De que forma o CsF contribuiu para a entrada no mercado de trabalho	96

LISTA DE SIGLAS

Arinter - Assessorias de Relações Internacionais

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cefets - Centros Federais de Educação Tecnológica

CMES - Conferência Mundial sobre Educação Superior

CONSUPER – Conselho Superior do IFPB

CsF – Ciência sem Fronteiras

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ETFPB - Escola Técnica Federal da Paraíba

EUA – Estados Unidos da América

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

FORINTER –Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais

IES – Instituições de Ensino Superior

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IFs – Institutos Federais

IsF – Inglês sem Fronteiras

MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC – Ministério da Educação

MEO – *My English Online*

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNE - Plano Nacional de Educação

PPA - Plano Plurianual

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

ProUni - Programa Universidade para Todos

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SNCTI - Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação

TOEFL - *Test of English as a Foreign Language*

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

USAID - *United States Agency for International Development*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA.....	19
1.1 A Reforma do Estado e suas Implicações na Educação Superior	19
1.2 As Políticas Públicas da Educação Superior: Uma Análise	23
1.3 Globalização, Internacionalização e Suas Implicações Atuais.....	26
1.4 As políticas de incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação	32
1.4.1. Avaliação de Políticas Públicas e suas Metodologias	34
2. A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O SURGIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	39
2.1 A Expansão dos Institutos Federais e sua Trajetória na Paraíba	40
2.2 A Política de Internacionalização dos Institutos Federais e suas Implicações Atuais.....	48
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	54
3.1 Universo e Amostra.....	56
3.2 Instrumento de Coleta de Dados	57
3.3 Tratamento dos Dados:.....	59
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	61
4.1 O Programa Ciência Sem Fronteiras: Contextualização e Objetivos.....	62
4.2 Caracterização do CsF em Nível Nacional e Local.....	66
4.3 O Programa Ciência Sem Fronteiras no IFPB.....	74
4.3.1 O Ciência Sem Fronteiras sob o olhar dos Alunos do IFPB	81
4.3.2 O Ciência Sem Fronteiras sob o olhar do Coordenador Institucional do Programa.....	100
4.4 O Ciência Sem Fronteiras como Caminho para a Formação Profissional	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES.....	125
ANEXOS	138

INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior no Brasil surge como um dos desafios da atualidade. A proposta veio numa perspectiva de globalização, com o objetivo de reduzir as distâncias entre os países desenvolvidos e os que estão em fase de desenvolvimento, bem como a troca de expertise e de tecnologia entre estes países em prol do desenvolvimento.

Tendo em vista a necessidade do Brasil em se posicionar diante do mercado internacional, o Governo Federal investiu em programas que possibilitam o incremento das pesquisas e estudos nas áreas de Ciências, Tecnologias e Inovação (C,T&I), consideradas estratégicas para o desenvolvimento. Assim, o investimento em programas de intercâmbio estudantil, fortalece a educação e visa à inovação tecnológica necessária para um país em desenvolvimento e ao mesmo tempo consumidor dos produtos internacionais, através da globalização.

O papel exercido pelas organizações internacionais tem sido preponderante para os novos rumos tomados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) do país, sobretudo no tocante às ações de intercâmbio estudantil. Na década de 1990, a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) construiu um documento que propôs ações prioritárias incluindo a internacionalização, pois é a partir da mundialização do conhecimento e do intercâmbio de experiências tecnológicas que se forma profissionais preparados para o mundo do trabalho. São transformações necessárias para adequar o modelo de educação às novas tendências desenhadas em nível mundial. A “Declaração Mundial Sobre o Ensino Superior para o Século XXI” da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1998) indicou algumas alternativas para cumprir esse desafio. Em seu Artigo 15, trata-se sobre o “Compartilhamento de conhecimentos e *know-how* entre países e continentes” e descreve:

b) Os princípios de cooperação internacional com base na solidariedade, no reconhecimento e apoio mútuo, na autêntica parceria que resulte, de modo equitativo, em benefício mútuo, e a importância de compartilhar conhecimentos teóricos e práticos em nível internacional devem guiar as relações entre instituições de educação superior em países desenvolvidos, em países em desenvolvimento, e devem beneficiar particularmente os países menos desenvolvidos. Deve-se ter em conta a necessidade de salvaguardar as capacidades institucionais em matéria de educação superior nas regiões em situações de conflito ou submetidas a desastres naturais. Por conseguinte, a

dimensão internacional deve estar presente nos planos curriculares e nos processos de ensino e aprendizagem. (UNESCO, 1998)

A partir disso começam a se intensificar ações de cooperação internacional entre instituições de educação superior, fortalecendo a dimensão internacional do ensino, alimentada pelos processos de globalização.

A presente dissertação aborda um estudo sobre a temática da internacionalização da educação superior, tomando como base o Programa Ciência sem Fronteiras no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, instituição centenária que teve sua estrutura organizacional remoldada a partir da Lei 11.892 de 2008, agregando os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e as Escolas Agrotécnicas Federais.

Estudar a internacionalização da educação superior nos moldes da atualidade, sobretudo numa instituição que tem suas especificidades, por ser pluricurricular e multicampi e ter passado por um momento de grande expansão recentemente, se faz relevante para conhecer até que ponto essa política pública tem cumprido seus objetivos.

Realizar parte dos estudos de graduação no exterior, através do apoio de uma política pública federal, como é o caso do Programa Ciência sem Fronteiras, é um sonho que passa pelo imaginário de muitos estudantes, sobretudo daqueles que não têm condições de arcar com as despesas de uma estadia num país estrangeiro. É importante também para a instituição o fortalecimento dessas políticas, para que se consolide cada vez mais no cenário da Educação Profissional e Tecnológica cumprindo seu papel de formar profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual estão inseridos os Institutos Federais ao longo de suas 562 unidades em todo país, vem passando por um momento de expansão e consolidação, através da interiorização dos Institutos Federais com a criação de novos campi, levando oportunidades de estudo para comunidades que nunca antes imaginaram estar nos bancos de uma escola.

Para estimular o intercâmbio, a troca de conhecimentos e a formação de futuros pesquisadores, o Governo Federal tem criado diversas políticas públicas, que vão desde programas de incentivo à pesquisa e à extensão, como também à internacionalização, a exemplo do Ciência sem Fronteiras (CsF) (Lei 7.642/2011), que visa o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação através da oferta de oportunidades de estudo no exterior.¹ O programa,

¹ Antes da criação do Programa Ciência sem Fronteiras, a Capes e o CNPq já enviavam brasileiros para fazer mestrado e doutorado no exterior. Outras oportunidades de mobilidade acadêmica se davam através de bolsas

que surgiu em âmbito nacional em 2011, consiste em promover a internacionalização do Ensino Superior, sobretudo das áreas das engenharias e ciências naturais.

Em âmbito local, o Programa Ciência sem Fronteiras tem apresentado um crescimento considerável no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB). Estudar no exterior, em busca do intercâmbio cultural e do aprimoramento de conhecimentos, poderia ser impossível para alguns, mas para muitos já é uma realidade, através do incentivo do Governo Federal. Na primeira etapa do Programa, no período compreendido entre 2012 a 2014, 111 alunos participaram do programa.

Em nível nacional, a primeira etapa do programa ofertou 101 mil bolsas até o ano de 2015, sendo 75 mil governamentais e 26 mil empresariais, subdivididas em sete modalidades: graduação sanduíche, doutorado sanduíche, pós-doutorado, doutorado pleno, jovem cientista, treinamento de especialista no exterior, pesquisador visitante no Brasil. Em 2015, o governo anunciou a segunda etapa que prevê mais 100 mil vagas.

Assim, identifica-se a importância de um estudo que contemple os resultados do Programa em nível institucional e de que maneira ele vem modificando o cenário da educação profissional e tecnológica, especificamente no caso do IFPB, através do envio de estudantes para o exterior. Avaliar e identificar até que ponto essa política pública de internacionalização tem sido positiva para a formação de profissionais capacitados para enfrentar o mundo do trabalho foi o desafio motivador deste estudo.

O estudo foi moldado a partir da experiência dos estudantes no exterior, o contato com outra cultura e outro idioma e o levantamento de suas principais dificuldades atravessadas no exterior e qual o seu perfil, revelando assim a contribuição do programa para a formação destes futuros profissionais que são fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e político do país.

O aluno para submeter-se ao Programa CsF precisa atestar o domínio da língua estrangeira a partir de um teste de proficiência. Para este programa o teste aceito é o TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*). Parte-se da constatação de que a falta do domínio da língua estrangeira por parte do estudante possa dificultar sua estadia no exterior e comprometer a efetivação do programa. Para incentivar o aperfeiçoamento do idioma, o Governo Federal oferece, de forma gratuita, cursos de língua estrangeira, mas não se sabe até que ponto eles são suficientes para o aluno ter êxito nos estudos no exterior.

Portanto, a pesquisa realizada nesta dissertação teve por objeto de estudo o Programa Ciência sem Fronteiras no âmbito dos cursos de graduação do IFPB. Esta é uma política pública ousada no tocante às suas metas, na qual o governo federal teve o desafio de implementá-la a partir do ano de 2012 e se tornou um dos maiores destaques no que diz respeito à internacionalização da educação, tendo em vista o número de estudantes alcançados. O **objetivo geral** da pesquisa é avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras como política pública de internacionalização da Educação Superior no IFPB.

Propõe-se ainda, como **objetivos específicos**, refletir sobre a internacionalização da educação superior no contexto de expansão dos Institutos Federais; apontar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos no exterior; traçar um perfil dos estudantes do IFPB participantes do programa e analisar a importância do programa para a formação profissional e tecnológica dos discentes do IFPB.

Trata-se de um estudo de caso, estruturado em quatro capítulos, que tem como base os documentos reguladores do Programa e a concepção de autores que discutem a temática da globalização, da internacionalização e seus reflexos na educação superior, na tentativa de promover o desenvolvimento e a projeção do país num cenário competitivo internacional. Estas discussões consubstanciam o processo de reflexão sobre as políticas públicas de internacionalização e seu papel no ensino superior, que estão descritas no capítulo I. Ainda neste capítulo foi dada ênfase aos processos de avaliação de políticas públicas e suas metodologias empregadas pela literatura da atualidade que servirão de embasamento para a análise do programa CsF no IFPB. Além disso, inicia-se o capítulo com uma análise da reforma do estado brasileiro e suas implicações na educação superior, que servirá como arcabouço teórico para a compreensão das políticas públicas atuais, sobretudo no âmbito da internacionalização da educação. Neste capítulo empreenderam-se esforços para a reflexão a respeito da ênfase à ciência e à tecnologia como objeto de desenvolvimento nacional presentes nos planos de gestão do governo.

Abordou-se, no Capítulo II, a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual estão inseridos os Institutos Federais, que contam uma história de mais de 100 anos de educação profissional no Brasil. Procurou-se, neste espaço, esclarecer qual o papel exercido por estas instituições centenárias no desenvolvimento da educação e consequentemente no desenvolvimento do país. Resgataram-se também as primeiras ações de internacionalização, remetidas à década de 90, na então Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB). Os capítulos I e II são um arcabouço teórico que dão suporte à compreensão do Programa.

Em seguida foi descrita a metodologia percorrida para atingir os objetivos e delinear a dissertação. Trata-se de um estudo de caso com enfoque misto (quali-quantitativo), com caráter descritivo e explicativo, que busca, a partir do olhar do estudante e da percepção do gestor, avaliar o programa Ciência sem Fronteiras no âmbito do IFPB, apontando as principais dificuldades enfrentadas no exterior, refletindo como esta experiência contribui com a formação profissional e tecnológica dos mesmos. Para cumprir os objetivos far-se-á apoio dos dados fornecidos pela plataforma *on-line* do programa disponível na internet, de entrevistas e questionários aplicados aos sujeitos envolvidos no programa. A metodologia detalhada será especificada no Capítulo III desta dissertação.

O Capítulo IV foca na análise e interpretação dos resultados obtidos a partir da pesquisa empírica. Serão apresentados os dados coletados na pesquisa, fruto da interlocução direta com um grupo de estudantes participantes do Programa, bem como o professor gestor do programa em nível institucional. As informações serão coletadas a partir da aplicação de questionários e entrevistas aos alunos participantes do programa, bem como à gestora do CsF no IFPB, com o objetivo de buscar elementos norteadores para responder aos objetivos da pesquisa.

1. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA

Pensar em políticas públicas educacionais na atualidade nos leva a refletir sobre o Estado e seu papel na sociedade e as consequências do seu modelo vigente. A reforma administrativa do Estado, ocorrida na década de 1990, influenciou profundamente a educação pública brasileira, sobretudo o ensino superior, afetando a autonomia das instituições e o seu financiamento.

Neste capítulo será abordada a relação contemporânea entre o Estado e as políticas públicas voltadas para a educação superior, o conceito de políticas públicas e sua necessidade de acompanhamento e avaliação e, por fim, estabelecidas estas reflexões, será abordada a discussão entre globalização e internacionalização e suas implicações atuais, servindo como embasamento para a compreensão do surgimento do Programa Ciência sem Fronteiras, analisado nesta dissertação.

1.1 A Reforma do Estado e suas Implicações na Educação Superior

A mais recente onda da reforma administrativa do Estado teve como precursores os países da Grã-Bretanha e Estados Unidos na década de 1980. Logo, a ideia de modernizar a administração pública para tornar o Estado mais eficiente foi se espalhando por todo o mundo, em resposta à crise do Estado intervencionista e de bem-estar social. Assim nasciam os Estados orientados pelos ideais neoliberais, com a promessa de vencer a recessão vivenciada pelas nações capitalistas.

A Inglaterra adotou um pacote de medidas voltadas para privatizações, elevação da taxa de juros, corte de gastos sociais. Já nos Estados Unidos, a prioridade era a competição militar contra a União Soviética e a corrida armamentista para derrubar o comunismo, seguida da redução de impostos em favor dos ricos e da elevação das taxas de juros. Em outros países europeus, aconteceram reformas fiscais, com ênfase na disciplina orçamentária, e também, em menor escala, cortes em gastos sociais e enfrentamento com os sindicatos (ANDERSON, 1995). Para Matias-Pereira (2008) os países europeus passaram por distintos modelos de reformas sociais, todos visando a elevar os níveis de emprego e a eliminação da pobreza, oferecendo algo distinto do “capitalismo selvagem”.

Na América Latina, países como o Chile, durante a ditadura de Pinochet (1973 à 1990), México, Argentina, Peru e Venezuela tiveram experiências neoliberais.

Harvey (2007) resume o sistema neoliberal como sendo aquele em que o bem-estar social consiste em liberdades empresariais, livre mercado, livre comércio e direito de propriedade privada, devendo ao Estado o papel de preservar o desenvolvimento destas práticas. O aparato estatal tinha por missão facilitar as condições para a acumulação de capital. A liberdade individual do cidadão seria garantida através da liberdade de mercado e de comércio. Por outro lado, nas áreas em que não existisse mercado, como por exemplo, na educação, este deveria ser criado, com o mínimo de intervenção estatal possível, refletindo claramente os interesses do capital, da empresa privada e multinacionais.

No entanto, acredita-se que este é um fator polêmico que pode gerar uma série de crises na educação, uma vez que ela passa a se tornar um produto e os estudantes, se tornam meros consumidores, a serviço do mercado.

O Brasil teve sua reforma administrativa gerencial iniciada na década de 1990. Num cenário de crise do Estado desenvolvimentista,² marcada pela ineficiência dos serviços prestados e, do ponto de vista neoliberal, pela elevada intervenção na economia, nasce o Plano Diretor da Reforma do Estado brasileiro, em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a implantação de políticas neoliberais e a proposta de reforma e modernização do Estado já havia sido iniciada pelo presidente Fernando Collor de Melo em seu mandato, antes do *impeachment*.

Partindo do pressuposto em que o Estado deixara de cumprir suas funções básicas por conta de sua crescente participação e intervenção no setor econômico, a reforma previa basicamente, dentre outras ações, a redução de gastos públicos, a qualidade no serviço público e a modernização da gestão, transformando o Estado-providência em Estado-regulador, passando do modelo de gestão burocrática para o modelo gerencial.

Bresser-Pereira (2005) fala sobre a necessidade de mudança do modelo de administração pública burocrática vigente até então:

À medida que a proteção aos direitos públicos passava a ser dominante em todo o mundo, foi-se tornando cada vez mais claro que era preciso refundar a república; que a reforma do Estado ganhava uma nova prioridade; que a democracia e a administração pública burocrática - as duas instituições criadas para proteger o patrimônio público - tinham de mudar: a democracia devia ser aprimorada para se tornar mais participativa ou mais direta; e a administração

² Em consonância com Diniz e Azevedo (1997) a crise do Estado brasileiro não se deu apenas por fatores externos como a nova ordem mundial, nem o desgaste do *Welfare State*, mas também esteve condicionada a fatores internos como o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, o desgaste do Estado Desenvolvimentista e sua relação com a sociedade e a intervenção direta na economia.

pública burocrática devia ser substituída por uma administração pública gerencial. (2005, p. 25)

Corroborando com esse pensamento, José Matias Pereira (2008) afirma que o objetivo precípua da reforma era o de equilibrar as contas públicas, elevando a capacidade estatal. O autor ressalta também a importância de reconfigurar as estruturas estatais que eram baseadas no modelo burocrático, substituindo por um modelo gerencial. A reforma foi, portanto, encabeçada pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), criado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e consistiu em medidas como o ajuste fiscal, a abertura de fronteiras e privatizações de empresas estatais, com a finalidade alegada de estabilizar economicamente a nação e tornar mais eficientes os serviços sociais oferecidos pelo Estado.

Para Diniz (2001), a tentativa de instalação de um novo modelo econômico, centrado no mercado e já consagrado internacionalmente, em algumas nações, ficou limitada apenas a uma reforma de teor administrativo do Estado. A partir dos anos 2000, a reforma do Estado vem adquirir novos contornos dado ao processo de globalização e à necessidade de novas estratégias de desenvolvimento para o país. A autora ressalta que o desafio do atual modelo de gestão é a execução de metas e de formas alternativas de administrar diante de uma nova ordem social globalizada. É importante salientar que a globalização não nos remete apenas ao âmbito econômico, como também perpassa por todo um leque de decisões políticas, sendo um fenômeno multidimensional em que cada nação deve adaptar-se.

As medidas reformistas resultaram no enxugamento nos quadros dos servidores públicos, arrochos salariais, além de medidas que davam ênfase ao Estado Mínimo, ou seja, um estado normativo e gerencial que não tenha poder de interferir no mercado, substanciada pela ideologia do neoliberalismo. No âmbito educacional, ocorreu o incentivo à abertura de universidades privadas e a criação de organizações sociais para executar os serviços que eram de responsabilidade do Estado, como educação e saúde. O Estado, não tendo mais obrigação de manter algumas áreas, exerceria apenas o papel de regulador destes serviços. Para as universidades públicas, a reforma atingiria diretamente a sua autonomia e enfraqueceria o sistema federal de ensino superior, com a expansão de IES privadas, por meio da diversificação e diferenciação das instituições.

Com a adoção de um novo modelo de Estado, a avaliação de políticas educacionais ganha centralidade na agenda governamental³. Para Dias Sobrinho (1999) a avaliação é utilizada como forma de viabilizar as reformas neoliberais que defendem que o Estado deve assumir funções de controle, planejamento e avaliação. Assim, no âmbito da educação é adotado um perfil de Estado-Avaliador. Para Afonso (1999), numa visão crítica, esse novo modelo de Estado leva em consideração mecanismos de mercado no tocante à ênfase em resultados e nos produtos dos sistemas avaliativos. Dessa forma, como avaliador, o Estado exerce influência sobre o acesso, autorização de funcionamento de Instituições de Educação Superior, oferta de cursos superiores, credenciamento de IES etc. Já Dias Sobrinho (2003) apregoa que a avaliação é considerada como uma forma de prestação de contas, eficiência, produtividade, gestão racional e acreditação, revelando o poder regulador do Estado na educação, economia e outras áreas sociais (DIAS SOBRINHO, 2003).

A proposta de reforma do Estado brasileiro se tornou uma orientação das agências financeiras multilaterais. A mesma tinha como base as ideias globais neoliberais e estavam de acordo com as proposições do Consenso de Washington⁴, no qual o governo americano e as agências internacionais Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) avaliaram as reformas econômicas dos países da América Latina e recomendaram uma série de ações para acelerar o desenvolvimento destes países tidos como de subdesenvolvidos.

Aqui voltou-se a citar o pensamento de Harvey (2007) quando afirma que estas instituições internacionais regulam o mercado e as finanças em escala global, incorporando o neoliberalismo na forma de ver e interpretar o mundo, “acarretando um processo de destruição criativa não só dos marcos e dos poderes institucionais previamente existentes como também da divisão do trabalho, das relações sociais, áreas de proteção social [...]” (HARVEY, 2007, p. 9, tradução nossa)⁵. Essa nova dinâmica atua diretamente na soberania do Estado.

³ Um exemplo de atuação do Estado-Avaliador foi a implantação, no ano de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, do Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão e atualmente pelo ENADE, instituído a partir do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

⁴ Encontro ocorrido em 1989, na capital dos EUA (Washington) onde o governo americano e instituições internacionais recomendaram que as reformas estruturais dos países da América Latina abrangessem dez áreas: 1. Disciplina fiscal; 2. Diminuição de gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Taxa de câmbio competitiva; 6. Liberalização financeira; 7. Investimentos estrangeiros; 8. Privatização; 9. Desregulação; 10. Propriedade Intelectual. A reunião foi intitulada “*Latin Americ Adjustment: How Much has Happened?*”, e o termo “Consenso de Washington” foi atribuído por John Williamson, economista inglês e diretor do Institute for International Economics, que promoveu o encontro.

⁵ Citação original em Espanhol: “*Sin embargo, el proceso de neoliberalización ha acarreado un acusado roceso de “destrucción creativa” no sólo de los marcos y de los poderes institucionales previamente existentes*

Na ocasião do Consenso de Washington foi apresentada a necessidade de redução do papel do Estado, entregando alguns serviços a empresas privadas, ficando o mesmo apenas com os serviços essenciais como a educação básica. Já a educação superior não foi tida como essencial, podendo ser entregue a grupos privados.

As medidas foram sendo realizadas de forma parceladas ao longo dos governos posteriores à década de 1990, a exemplo da reforma trabalhista, previdenciária e do ensino superior. O documento do Banco Mundial “*La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*” traça algumas estratégias de reforma para este nível de ensino:

Fomentar diferentes instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos alunos nos gastos e a estreita ligação entre o financiamento fiscal e resultados; Redefinir o papel do governo no ensino superior; Adotar políticas que estejam destinadas a dar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade. (BANCO MUNDIAL, 1994, p.4)⁶

Observa-se que as quatro recomendações se voltam para o ensino superior privado, tendo sido aos poucos acatadas pelos governos desde a era Fernando Henrique Cardoso e ainda antes, no governo Collor de Mello, que não deu continuidade por conta do processo de *impeachment*. O final da década de 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados pela estabilidade econômica, fortalecimento da moeda, através da consolidação do Plano Real. Em seguida, o país ingressa numa nova fase com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, marcado por políticas assistencialistas de cunho social, que ensejaram um novo cenário nacional.

1.2 As Políticas Públicas da Educação Superior: Uma Análise

Com uma economia equilibrada, as políticas públicas brasileiras, voltadas para as diversas áreas sociais, ganharam força no final da primeira década e início da segunda década dos anos 2000. No início do século XXI, o Brasil passa por uma grande inserção no cenário

(desafiando incluso las formas tradicionales de soberanía estatal) sino también de las divisiones del trabajo, de las relaciones sociales, de las áreas de protección social [...]” (HARVEY, 2007, p. 9).

⁶ Citação original em Espanhol: “Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas; Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior; Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad.” (BANCO MUNDIAL, 1994, p.4).

global, passando a ser considerado uma potência emergente. O ensino superior, por sua vez, entra em uma nova trajetória. Tido como serviço não exclusivo do Estado, no fim dos anos 90 e início dos anos 2000 e ameaçado de privatização no início dos anos 2000, ganha força alguns anos depois como setor estratégico para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Neste tópico, serão abordadas as políticas educacionais adotadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), realizado uma breve contextualização necessária para a compreensão dos paradigmas atuais.

1.2.1 As Políticas educacionais nos governos Lula e Dilma: Breve contextualização

Nos últimos vinte anos, observou-se uma forte expansão da educação superior, seja no sistema público ou no sistema privado, sobretudo no que diz respeito à educação superior. O Brasil, nesse período, experimentou grandes mudanças calcadas no processo de reforma do Estado, ofertando novas possibilidades para o desenvolvimento da educação superior.

Foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, que muitas dessas mudanças começaram a ocorrer, a partir da adoção de um sistema neoliberal, tendo o mercado como um grande impulsionador dos serviços públicos e como eixo central as privatizações (JEZINE, 2010). No entanto, é no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) que muitas mudanças se concretizam.

Para Gomes e Moraes (2012), a dinâmica de expansão do ensino superior privado iniciada nos anos 1990 continua nos dias atuais. De acordo com os autores, o país experimentou nos anos 2000 uma privatização da oferta de vagas na educação superior, fazendo emergir um sistema de massas cuja qualidade do ensino ofertado é duvidosa. Portanto, a privatização no ensino superior parece ser um elemento presente nos três últimos governos (FHC, Lula e Dilma), mas não consegue, no entanto, estabelecer uma ruptura “que permitisse aos membros das classes trabalhadoras, tradicionalmente alijadas de determinado tipo de capital cultural e escolar, a realização do desejo de cursar a educação superior” (GOMES e MORAES, 2012, p. 186).

Delors (2001) sustenta que o papel da universidade enquanto promotora de educação superior deve ser o de oferecer elementos que contribuam para a solução dos problemas mais graves da sociedade e assim “propor novas perspectivas de desenvolvimento que permitam a construção efetiva, em seus países, de um futuro melhor para todos os cidadãos”. (DELORS, 2001, p. 18). No período em tela, as universidades passam por uma expansão, diversificação,

calçadas nas recomendações das agências multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) para promover a qualificação profissional. Baseado nessa concepção, ampliou-se o acesso às políticas de formação em diversos níveis de ensino, na busca por democratização e equidade social. Foi nesse contexto em que surgiram as políticas de ações afirmativas de inclusão social.

Durante o governo Lula (2003 a 2010), houve um impulsionamento das políticas sociais de assistência com foco nos setores mais vulneráveis da sociedade, por meio de acordos e parcerias com diversos setores da administração estatal, bem como com Organizações não-governamentais (ONGs) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), modelo este implementado na gestão de Fernando Henrique Cardoso (OLIVEIRA, 2009). No caso da educação superior, destacam-se programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos, ProUni⁷, caracterizado pela oferta de bolsas de estudo integral e parcial a estudantes provenientes de escolas públicas e estudantes de escolas privadas de baixa renda. Este programa surge pautado na proposta de proporcionar “o aumento das matrículas sem, contudo, colocar em pauta a ampliação do acesso a instituições públicas de excelência.” (MELLO NETO et al, 2014, p. 585). Dessa forma, a partir do acesso massificado, há uma mudança no perfil dos alunos da educação superior, que buscam nela a oportunidade de ascensão social.

Ainda no plano educacional, o governo Lula fomentou políticas de democratização do acesso à educação, conforme mencionado anteriormente, por meio de cotas sociais e políticas afirmativas, consolidou o programa de assistência estudantil em âmbito federal e a concessão de bolsas de estudos e de crédito educativo aos alunos matriculados em instituições particulares. (CARVALHO, 2014). O governo reconfigurou também as políticas de acesso a educação para jovens e adultos e promoveu a ampliação das vagas no ensino superior, através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). No entanto, paralelamente, observou-se um crescimento de instituições privadas de educação superior, com foco no ensino, com cursos superiores de curta duração, voltados para a formação técnica. (JEZINE, 2011).

O governo Dilma Rousseff (2011 a 2016), por sua vez, dá continuidade as políticas de expansão do ensino superior, adotadas no governo do seu antecessor. Destacam-se nesse período, a continuidade do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação de novos campi dos Institutos Federais em todo país, a

⁷ Programa criado pela medida provisória nº 213/2014 e institucionalizado pela Lei 11.096/2005.

ampliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e continuidade de programas como o ProUni, Fies e Ciência sem Fronteiras.

São fortalecidas também as políticas de avaliação do ensino superior, baseadas na eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o órgão responsável por implantar essa política em toda a rede pública e privada de educação, necessárias para que ocorra uma efetiva regulação das políticas educacionais. São instrumentos de avaliação aplicados pelo SINAES, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), dentre outros.

No último tópico deste capítulo, ao fazer uma breve descrição sobre as políticas públicas, atendo-se àquelas voltadas para a educação, far-se-á, também, uma descrição sobre as metodologias de avaliação de políticas públicas empregadas pela literatura, como a eficiência, eficácia e efetividade, necessárias para a reflexão a respeito do Programa Ciência sem Fronteiras, objeto de estudo dessa dissertação.

No item a seguir serão reportadas as discussões em torno das políticas de internacionalização, sua relação com a globalização e suas implicações para o ensino superior no contexto atual.

1.3 Globalização, Internacionalização e Suas Implicações Atuais

A proposta de internacionalização da educação superior surge como forma de fortalecer a competitividade do Brasil diante do cenário mundial, levando à expansão quantitativa, à diversificação de instituições, aumento da participação da esfera privada e à diminuição dos gastos públicos (MOROSINI, 1997). A autora acredita que o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior veio como uma resposta a globalização, fazendo com que as instituições se adaptassem à nova realidade. De Witt (1998), por sua vez, relaciona intrinsecamente a globalização e a internacionalização da educação superior. Para o autor a internacionalização é baseada em relacionamentos entre os países e suas instituições, enquanto a globalização ignora a existência de nações e suas diversidades e olha mais para similaridades do que para diferenças.

[...]A internacionalização da educação superior e a globalização da nossa sociedade são, e cada vez mais serão, fenômenos interligados, na medida em que as instituições – privatizadas, desregulamentadas e empresariais - se

tornam jogadores ativos do mercado global enquanto ainda tentam manter sua posição de autonomia como instituição acadêmica, focado mais na diversificação do que na harmonização. (DE WIT, 1998, p.150, tradução nossa)⁸

Para Boaventura de Sousa Santos (2002) a globalização é um processo complexo, contraditório e desigual onde intensificam-se as interações econômicas, sociais, políticas e culturais, sobretudo nas três últimas décadas. O autor pontua:

Esta diversidade faz com que o impacto nas estruturas e práticas nacionais e locais, aparentemente monolítico, seja, de facto, muito contraditório e heterogêneo, já que, em cada uma das áreas da vida social, é o produto de uma negociação conflitual e dos resultados relativamente indeterminados entre o que é concebido como local ou endógeno e o que é concebido como global ou exógeno, entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal-estares conhecidos e mal-estares desconhecidos, entre emergências e inércias. (2002, p. 11)

Assim, a globalização enseja um movimento contraditório onde são produzidos resultados de forma desigual em diferentes nações. Os países centrais, onde ocorre a globalização hegemônica, segundo o autor, maximizam as oportunidades trazidas pelo processo de globalização e se beneficiam delas, enquanto os países mais pobres sofrem com os custos que ela produz.

Para Ianni (2008), a globalização traz consigo um novo significado à sociedade que deixa de ter suas características nacionais passando a ser uma sociedade global em construção. O autor pontua que, com a globalização, os Estados-nação tiveram que adequar suas economias nacionais às necessidades mundiais. Nos continentes como África e América Latina, a globalização está em processo de desenvolvimento.

A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência. Por isso, há nações e continentes nos quais a globalização pode desenvolver-se ainda mais, tem ainda espaços a conquistar. Este é o caso da África e da América Latina.” (IANNI, 2008, p.23).

No entanto, em ambos os continentes já se percebe traços da globalização com a liberalização do comércio e as privatizações que vêm ocorrendo aos poucos. O autor acredita

⁸Citação original em Inglês: “[...] at the same time, internalization of higher education and the globalization of our society are and will increasingly become linked phenomena, as institutions of higher education – privatized, deregulated and more entrepreneurial – become active players in the global marketplace while still trying to maintain their autonomous position as academic institution and focusing on diversification rather than harmonization.” (DE WIT, 1998, p.150)

que no futuro, estes continentes estarão inseridos no mercado mundial, “incorporando parte da sociedade global à dinâmica do mercado, da geopolítica dos países capitalistas dominantes, da reprodução ampliada do capital” (*ibidem*, 2008, p. 24).

Trazendo a discussão para a área da educação, Morosini (2006) assinala que a globalização, ganha uma maior dimensão na década de 1990, a partir da mudança nas relações entre o Estado e as Instituições de Educação Superior, marcada pela perda de espaço das universidades públicas. No entanto, a cooperação internacional entre países do sul (subdesenvolvidos) com países do norte (desenvolvidos) já era realizada, porém de forma assistemática, uma vez que não era dada a devida importância à ciência e à tecnologia para o desenvolvimento social da nação.

Hoje, com a globalização, a internacionalização da educação adquire um novo formato, atrelada ao setor produtivo, uma vez que a educação passa a adquirir contornos de mercadoria, dentro de uma lógica mercantilista aliada à necessidade de produzir ciência e tecnologia e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, não se pode mais pensar a educação superior e a universidade sem que se reflita sobre o contexto da globalização tão presente nos dias atuais. Uma universidade não está separada da sociedade, ela está mergulhada na sua estrutura e afetada pelas mudanças ocorridas no mundo, especialmente com o aparecimento de uma nova ordem social, baseada nas relações de mercado. Numa corrida pelo conhecimento, a universidade acaba perdendo sua capacidade crítica e de autonomia e conseqüentemente perdendo espaço na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, preocupando-se apenas com a formação de mão-de-obra para atender ao mercado de trabalho. O conhecimento torna-se um instrumento estratégico para a competitividade entre as pessoas e entre as organizações.

Dias Sobrinho (2005, p.167) considera que o regime neoliberal leva a universidade a “abandonar, ao menos em parte, sua tradicional vocação de construção do conhecimento e da formação como bens públicos, devendo elas adotar o mercado, e não a sociedade, como referência central”. Assim a competitividade passa a ser alimentada pelas novas concepções de educação como produto, como fonte produtora de riquezas. Ao abandonar sua vocação de educar para a cidadania e pensar no mercado como referencial, a universidade perde sua capacidade crítica e a educação superior perde seu caráter formador dando lugar à mera capacitação de mão de obra para atender as demandas econômicas do capital. Portanto, a educação como um bem público, provida pelo Estado, não deve estar atrelada ao mercado e deve tomar como referência as demandas da sociedade na qual se insere.

Boaventura de Sousa Santos (2011) nos traz a discussão sobre o papel social da universidade. No contexto da globalização e do neoliberalismo, a responsabilidade social é vista como um diferencial e uma necessidade na construção de um Estado democrático. Com uma universidade voltada para as demandas do mercado, perde-se a sua função de responsabilidade social, na medida em que abdica da formação do educando enquanto cidadão crítico. Ou seja, uma universidade determinada pelo mercado de trabalho tem transformado os princípios da mesma, gerando uma série de crises institucionais. O autor defende que a universidade deve reconhecer as demandas daquela sociedade onde está inserida, realizar um diálogo permanente, se aproximar de forma eficaz destes espaços e não apenas considera-los como meros objetos de pesquisa.

Dias Sobrinho (2005, p.172) assinala que: “A universidade não pode ser um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana”. Assim, percebe-se que o mundo globalizado requer novas dinâmicas do ensino superior e novas relações com a sociedade civil, através de reformas que contemplem o desenvolvimento econômico e que sejam importantes para a atualidade. Fazem-se necessários investimentos massivos em todos os níveis de educação, a começar pelas bases, criando políticas voltadas para as melhorias da formação do cidadão de forma integral.

Num modelo neoliberal, o Estado tende a reduzir seu compromisso político e financeiro com as universidades e com a educação pública de um modo geral, acarretando um sistema de crises que vem se concretizando cada vez mais. Boaventura de Sousa Santos (2011) considera que a perda da prioridade de políticas públicas voltadas a educação por parte do Estado justificaria a abertura de seus espaços à exploração comercial, ao invés de se criar um programa político de reforma, cria-se um mercado universitário a serviço do capitalismo e da educação como mercadoria. Além disso, a globalização e a internacionalização da economia proporcionou a disponibilidade global de mão-de-obra qualificada, fazendo com que os investimentos nas universidades públicas não fossem mais considerados uma prioridade nos governos. Boaventura (2011) assinala para uma contradição trazida entre a rígida formação universitária e as voláteis qualificações exigidas pelo mercado, sendo contornado através da criação de organismos não universitários de formação de curta duração.

A internacionalização da educação superior, fortalecida a partir da globalização, passa a ser uma característica presente não apenas nos níveis da pesquisa e da pós-graduação, mas também no ensino. Dias (2002) afirma que em 1998 a Organização Mundial do Comércio categorizou a educação como um serviço educacional, que pode ser dividido em quatro categorias: serviços de educação primária; serviços de educação secundária, serviços de ensino

superior (terciário) e educação de adultos. Os serviços educativos relativos ao ensino superior podem se dar, também, através da educação “post-secundária” técnica e vocacional e serviços que levam à obtenção de diploma universitário ou equivalente.

A educação como serviço, em contraposição à concepção de educação como um direito e um bem público, respaldada pela soberania do Estado, vem cada vez mais a agravar e dificultar a autonomia das instituições de ensino superior.

A internacionalização do ensino superior, numa lógica de mercadorização da educação, funciona como uma forma das instituições responderem as demandas competitivas e econômicas do mundo globalizado. Por meio de programas de intercâmbio de alunos nos diversos níveis, desde a graduação a pós-graduação, as instituições são projetadas no cenário internacional, proporcionando uma troca de saberes, através da oferta de novos conhecimentos formais e informais, como costumes, culturas, comportamentos, enriquecendo o ensino-aprendizado.

Por outro lado, no contexto da globalização e da expansão do mercado internacional, as nações em desenvolvimento, como o Brasil, compreendem significativos consumidores de serviços de educação superior (MOROSINI, 2006). A autora aponta que o conhecimento é um bem valioso mais concentrado nos países do hemisfério norte e que é de suma importância a sua posse, favorecendo a sua comercialização. Assim “países soberanos não deverão criar nenhuma restrição à ação dos grupos e instituições dos países ricos que, sem escrúpulo algum, tentam oferecer formações aos países em desenvolvimento que nada têm a ver com seus interesses, nem com suas necessidades, nem com suas culturas ou valores”, (DIAS, 2002, p.12).

Com esta tendência à comercialização da educação, assim como a sua percepção como um serviço, defendida pela OMC, Dias (2002) explica que ao controlar esse produto (a educação), pode-se obter grandes lucros. “Significa também – e isto é o essencial - o controle sobre as mentes e representa uma pá de cal final no pouco que resta, nestes tempos de globalização, de soberania aos estados nacionais” (Idem, 2002, p.1).

Portanto, Morosini (2006, p.113) aponta alguns fatores essenciais para se compreender a lógica da internacionalização:

A transnacionalização universitária como decorrência do processo de globalização; o acelerado processo de concepções de políticas públicas educacionais estatais e não estatais de transnacionalização não mais entre países do Mercosul, mas extensível à América Latina, à União Européia e ao mundo; a consolidação do Estado avaliativo/regulador/supervisor na educação; o acelerado processo de expansão da educação superior em quase todos os países, principalmente no Brasil; e a possibilidade da classificação da

educação superior como serviço e com o predomínio de conceito isomórfico de qualidade.

Esses fatores corroboram com a ideia de que as instituições de ensino superior passam a responder às demandas competitivas e econômicas do mundo globalizado, defendida pelos organismos internacionais.

Diante destes novos caminhos que a educação superior vem percorrendo, a internacionalização pode ser considerada como um dos fatores de maior destaque, sendo apoiada pelos organismos internacionais como Banco Mundial e Unesco.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior (CMES) promovida pela Unesco, em Paris no ano de 2009 apontou importantes orientações para as Instituições de Ensino Superior no tocante à internacionalização, com o objetivo de transferir e compartilhar conhecimentos além da fronteira, possibilitando o desenvolvimento dos países mais pobres. O documento intitulado “As Novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social” norteou ações no tocante aos seguintes aspectos: i) a responsabilidade social da educação superior; ii) a internacionalização, regionalização e globalização; iii) ensino, pesquisa e inovação; iv) educação superior na África; v) convite à ação: estados membros e, por fim, vi) convite à ação: Unesco. (UNESCO, 2009).

As políticas públicas que promovem a internacionalização da educação superior através de programas de intercâmbio estudantil devem, entretanto, estarem atentas às dimensões éticas dos programas, para evitar a chamada “fuga de cérebros”⁹, termo utilizado quando um profissional deixa o seu país de origem, geralmente periférico, para servir em outro país mais desenvolvido. O Programa Ciência sem Fronteiras, um dos principais programas brasileiro de intercâmbio estudantil da atualidade prevê a atuação do estudante intercambista em seu país em período, no mínimo, igual ou superior ao prazo de concessão da bolsa.¹⁰ O escopo desse programa, será abordado de forma mais aprofundada no Capítulo IV deste trabalho.

Para promover o desenvolvimento nacional e atender a globalização do mercado, o governo brasileiro tem apoiado a cooperação acadêmica internacional. Esta mobilidade, segundo Laus e Morosini (2005), tem exercido um importante papel na internacionalização do mundo acadêmico, aumentando o domínio de línguas estrangeiras, introduzindo novos

⁹A Declaração Mundial sobre Ensino Superior para o século XXI (UNESCO, 1998) trata sobre esse assunto em seu artigo 16 intitulado “Da “perda de quadros” ao “ganho de talentos” científicos”.

¹⁰ De acordo com o manual do bolsista, no item 7. Encerramento da concessão: “Conforme o Termo de Compromisso, o bolsista assume a responsabilidade de retornar ao Brasil no prazo de até 30 (trinta) dias após a conclusão dos estudos, conforme a data que consta no Termo assinado, e permanecer no país por um período, no mínimo, igual ou superior ao prazo de concessão da bolsa”.

costumes e tecnologias, metodologias e modelos de qualidade em instituições nacionais. Elas enfatizam que: "Aumentar a internacionalização é a chave para fortalecer a educação a nível nacional, institucional, individual e profissional"¹¹ (*Ibidem*, p.148, Tradução nossa). Defendem que através da internacionalização se pode fortalecer a base tecnológica e científica de uma nação, promovendo seu desenvolvimento sustentável e inserindo-o no mercado internacional, preservando seus interesses locais.

Diante do exposto, entende-se que a internacionalização da educação superior tem ganhado uma nova ressignificação nas últimas décadas e tem sido enfatizada na agenda dos governos, inclusive no Brasil. No entanto, o termo ganha novos contornos com o passar dos anos. Diferente de “educação internacional” que remete ao estudo no exterior, recebimento de estudantes de outros países, intercâmbio, a internacionalização advém da globalização e sua intensificação cada vez mais acelerada está relacionada a fatores como o tratamento do ensino como *commodity* e a noção de uma economia e sociedade global do conhecimento. (DE WIT, 2013)

Inferese, portanto, que a internacionalização é um processo complexo, com características estratégicas ligadas à globalização e à regionalização das sociedades e seus impactos na educação superior acarretam uma nova forma de pensar a universidade, através da instalação de uma nova cultura organizacional, que, bem planejada, pode vim a trazer benefícios para a qualidade do ensino ofertado. Primeiramente através da consolidação do ensino de línguas estrangeiras, possibilitando ao aluno descobrir um novo idioma e com isso mergulhar num universo novo e atrativo, ampliando novas formas de adquirir conhecimento. Segundo, proporcionando, através da internacionalização, a oportunidade de aprimoramento didático pedagógico e trazendo para o país tecnologias e expertise que auxiliem no desenvolvimento do país e na conseqüente melhoria da qualidade de vida do cidadão. No entanto, por outro lado, o caráter contraditório da internacionalização passa a ser visto como negativo, quando a educação passa a ser tratada como produto, *commodity*, e esse passa a ser o foco da política pública, sem que se leve em conta as particularidades de cada realidade na qual está inserida.

1.4 AS POLÍTICAS DE INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

¹¹ Citação original em Espanhol “Aumentar la internacionalizacion es clave para fortalecer la educacion a nivel nacional, institucional, individual y profesional” (LAUS E MOROSINI, 2005, p.148)

Nos anos 2000, surge o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), antes denominado Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A década foi marcada por várias políticas de incentivo ao setor através de parcerias público-privada. Dentro dessa agenda governamental de fomento à ciência e tecnologia, embasada nos ideais dos órgãos internacionais, há um incremento nas instituições de ensino superior visando a produção do conhecimento voltada a estas áreas. A criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica vem a responder a estes interesses juntamente com o fortalecimento da pesquisa aplicada e da inovação tecnológica. Os programas que visam a internacionalização como o CsF também estão inseridos nesta política.

O Plano de Ação do Ministério para 2007 a 2010 contempla algumas atividades, como por exemplo:

Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional; atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do País, em especial energia, aeroespacial, segurança pública, defesa nacional e Amazônia; e promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência, e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população. (MCTI, 2007, p. 8-9).

O plano propõe também uma melhoria no ensino das ciências nas escolas como uma das estratégias a serem adotadas, resgatando a necessidade de produção e difusão de tecnologias para o desenvolvimento social. Dentre as ações descritas no documento estão:

Contribuir para o desenvolvimento social do país, promovendo a popularização da C,T&I e colaborando para a melhoria da educação científico-tecnológica e de inovação, por meio de: apoio a programas, projetos e eventos de divulgação científico-tecnológica e de inovação; realização anual da Semana Nacional de C&T, com ampliação do número de cidades abrangidas; estabelecimento de cooperação internacional para a realização de eventos de educação e divulgação científico-tecnológica e de inovação; criação e desenvolvimento de centros e museus de ciência; desenvolvimento de programas de educação científica, tecnológica e de inovação, em colaboração com o MEC, como olimpíadas de matemática e de ciências, feiras de ciências; produção de material didático inovador e de conteúdos digitais na internet para apoio a professores e estudantes e para divulgação científico-tecnológica e de inovação mais ampla. (MCTI, 2007, p. 27).

Na primeira fase do Governo Dilma (2011 – 2014) observa-se a continuidade destas ações. O Plano Plurianual de 2012 a 2015, instituído através da Lei nº 12.593/12, previa a intensificação de esforços na pesquisa e desenvolvimento para a inovação com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas. O PPA também traçou como meta a cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação, bem como a expansão da formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação, impulsionando o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio da concessão de bolsas.

Nesse contexto desenvolvimentista e dentro da perspectiva de incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, surge o Programa Ciência sem Fronteiras. Sua atividade estava prevista como prioritária na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os anos de 2012 a 2015 do MCTI. As características do Programa CsF e os seus objetivos dentro de uma perspectiva de internacionalização e desenvolvimento nacional serão reportadas no Capítulo IV.

A seguir, no próximo tópico, abordou-se sobre as metodologias de avaliação de políticas públicas, que servem de subsídio na análise do Programa Ciência sem Fronteiras.

1.4.1. Avaliação de Políticas Públicas e suas Metodologias

Entende-se por política pública como um resultado da atividade política, compreendendo o “conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos” (RUA, 2009, p. 19). No entanto, nem toda decisão política enseja uma política pública.

De um modo geral, as políticas públicas são decisões tomadas por agentes governamentais através de ações que visam atender e resolver problemas de caráter público de determinadas setores da sociedade, como saúde, educação, segurança, habitação, cultura e outras.

No cenário atual, cuja transparência das ações governamentais é democraticamente exigida pela sociedade, não basta apenas elaborar e implementar uma política pública. Se faz necessário um constante monitoramento e avaliação, ações introduzidas a partir da reforma do estado gerencial, conforme foi citado anteriormente. Ao aumentar o volume de políticas públicas para suprir as deficiências e necessidades da educação brasileira, por exemplo, cresce também a cobrança por resultados e a demanda populacional pela efetividade dos programas

implementados. É nesse sentido, em que a avaliação de políticas públicas, através da criação de instrumentos que quantifiquem e qualifiquem os resultados, tem sido vista como um fator primordial nos tempos atuais.

A preocupação com os resultados de uma determinada política pública, assim como suas causas e consequências são os fatores que desencadeiam a análise de políticas públicas. Essa necessidade vem à tona com a mudança das relações entre o Estado e a sociedade e com a criação de políticas sociais.

Desde meados da década de 1980, no âmbito do grande processo de mudança das relações entre o Estado e a sociedade e da reforma da administração pública, que passa do primado dos processos para a priorização dos resultados, a avaliação assume a condição de instrumento estratégico em todo o ciclo da política pública. (RUA, 2010, p.108)

A autora contextualiza a ideia de avaliação como um processo formal, fruto de um avanço histórico, quando se passou a buscar maiores resultados das intervenções, não só no tocante à eficácia e eficiência, como também, a longo prazo, da efetividade.

Assim, para a autora, a avaliação consiste no “exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidade e/ou impactos” (RUA, 2009, p.109).

Ao avaliar uma determinada política obtêm-se conhecimentos de forma contínua sobre os seus resultados e sua aplicabilidade social. É através da avaliação que um governo ou uma gestão pode tomar conhecimento do andamento de determinado programa e tomar decisões estratégicas que viabilizem a sua continuidade ou até mesmo que fomentem mudanças ou aperfeiçoamentos em seu ciclo vigente. Além de possibilitar o controle social. No entanto, avaliar não é uma tarefa fácil, pois no processo de avaliação está implícito a subjetividade do avaliador, atribuindo um juízo de valor. O uso correto dos instrumentos de avaliação é imprescindível para que seus resultados não sejam um reflexo de suas posições pessoais. Desta forma, não existe neutralidade no processo avaliativo, conforme analisa Arretche: “Não existe possibilidade de qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas serem apenas instrumental, técnica ou neutra” (ARRETCHE, 1996, p.30).

Nota-se que muitos programas são concebidos, implantados, reformulados e até mesmo extintos sem que haja evidências empíricas que consubstanciem tais decisões. Muitas vezes elas refletem a opinião de apenas um grupo de pessoas que as criaram. Desta forma, Bauer e Sousa (2015, p. 260) enfatizam a necessidade de se pensar na avaliação dentro de um processo

formativo e não meramente burocrático “buscando incorporar o uso dos resultados obtidos para eventuais mudanças de rumo, reajustes e melhorias das políticas públicas, e o controle social das intervenções realizadas”.

As políticas públicas tendem a ser avaliadas, quanto à sua finalidade, no tocante à três aspectos: efetividade, eficácia e eficiência. A avaliação deve se ater à qualidade do resultado obtido, não apenas às suas metas quantitativas. Estes critérios são fundamentais para determinar seu sucesso ou fracasso.

Esta dissertação irá se apoiar no estudo de Graça Rua (2010) para definir os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. Estes conceitos norteiam e dialogam com a análise do Programa Ciência sem Fronteiras, objeto de estudo desta dissertação, em nível local no IFPB.

Eficiência

A eficiência está relacionada à análise dos custos e prazos esperados na implantação de uma política, nos remetendo à otimização dos recursos, que devem ser empregados da melhor forma possível para que os resultados sejam alcançados de maneira satisfatória. Essa avaliação verifica também se os custos dos recursos do programa (insumos e atividades) foram menores do que os resultados por ela alcançados. Para Rua (2009, p. 29), “a ideia de eficiência envolve o cálculo dos valores sociais, políticos e econômicos sacrificados ou alcançados pela política pública”.

Arretche (1996) defende que essa deve ser uma das avaliações mais urgentes a ser realizadas, pois o poder público exige racionalização dos gastos, os universos populacionais a serem cobertos pelos programas são cada vez mais crescentes e por fim, pelo fato da eficiência ser um objetivo da democracia, uma vez que os recursos empregados na política pública vêm do contribuinte.

Eficácia

A eficácia está ligada aos resultados imediatos e à contribuição de uma atividade para o cumprimento dos objetivos almejados iniciais, intermediários e finais. Um programa é eficaz quando ele atinge seus resultados em menos tempo, com menor custo e mais alta qualidade.

A avaliação de eficácia é uma avaliação de processo, que busca identificar os fatores de ordem material e institucional que foram preponderantes para o desempenho positivo ou negativo do programa. Para uma política pública ser eficaz, esses fatores facilitadores de

resultados devem demonstrar quantidade e qualidade máxima e curtos períodos de execução. O critério de eficácia relaciona as metas previstas com as metas alcançadas pelo programa.

Assim, Rua (2009, p.117) relaciona a eficácia como sendo uma “análise da contribuição de um evento para o cumprimento dos objetivos almejados ou do projeto ou da organização”, estando a mesma relacionada a um resultado mais imediato. Arretche (1996, p.34) pontua que a avaliação de eficácia é uma avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos de um determinado programa e seus resultados efetivos, podendo ser feita relacionando as metas propostas e as metas atingidas.

Efetividade

Há uma linha tênue entre os conceitos de eficácia e efetividade. Enquanto a primeira está relacionada a um resultado mais imediato, a efetividade exige uma análise a longo prazo, num maior espaço de tempo. A efetividade, portanto, não é um critério fácil de se mensurar.

A efetividade se dá a partir da relação entre um programa e seus impactos sobre os beneficiários, verificando se houve mudança nas condições sociais de determinado público-alvo por conta de determinada política. Rua (2009, p.118) acrescenta que “a efetividade relaciona o produto com seus efeitos na realidade em que se quer transformar”. Ou seja, para que um programa seja de fato efetivo, é preciso que modifique as características daquela sociedade na qual o programa incide.

A grande dificuldade de se identificar a efetividade de uma determinada política pública, como citado anteriormente, é o fato de demonstrar que os resultados alcançados sejam fruto dos produtos oferecidos por esta política, ou se está relacionado a outro fator.

A exigência por resultados satisfatórios e a participação dos cidadãos na formulação das políticas vem exercendo um importante papel na gestão pública. Para um Estado democrático, no qual, teoricamente, deve prevalecer o protagonismo social, através do interesse público, a avaliação é um instrumento importante e imprescindível, auxiliando na racionalização dos gastos, no controle social e na transparência das informações. Quanto menos transparente for o desenho da política pública, mais difícil será avaliá-la.

No próximo capítulo levou-se à tona a história dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que são instituições criadas a partir da fusão dos Cefets e das Escolas Agrotécnicas e têm como ponto de partida a difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos, prestando um suporte aos arranjos produtivos locais, promovendo pesquisa aplicada e estão atrelados à formação técnica e superior voltada para atender às demandas do

mercado de trabalho. Serão apresentadas no capítulo seguinte as características presentes nestas escolas desde a sua criação, em 1909, como Escola de Aprendizizes Artífices e suas diversas nomenclaturas adquiridas ao longo dos seus mais de 100 anos de existência. Como o foco deste trabalho é avaliar o programa CsF no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba se faz necessário conhecer como surgiu e como estão sendo implementadas as políticas de ensino técnico e tecnológico nos IFs.

2. A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O SURGIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A educação superior brasileira sofreu constantes mudanças ao longo do tempo. Nos últimos anos passou por um forte processo de reformas e expansão. Viu-se crescer, no Brasil, o número de Instituições de Ensino Superior, tanto na esfera pública, quanto privada, houve democratização do acesso através da política de cotas e ações afirmativas, visando à inclusão social.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) também foi um fator que contribuiu para a expansão da educação superior, aliada ao ensino técnico, profissional e tecnológico e o fortalecimento do desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Os Institutos emergiram com a proposta de atender ao mercado de trabalho com a oferta de cursos de rápida duração, como os tecnólogos, mas também visavam suprir a demanda por professores licenciados para a rede pública de ensino, sobretudo nas áreas de ciências, abastecendo as escolas públicas com profissionais formados e capacitados em suas áreas de atuação (BRASIL, 2008).

A transformação dos então denominados Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, teve o intuito contribuir para a ampliação e a democratização do ensino superior no país, bem como a melhoria da educação básica e o desenvolvimento da sociedade através da formação de jovens para o mercado de trabalho (PACHECO, 2011). O art. 6º da Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, estabelece como objetivos destas instituições:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008)

Os Institutos Federais são, portanto, instituições pluricurriculares e multicampi, que possibilitam a oferta da educação profissional verticalizada, permitindo ao educando cursar desde a educação básica, passando pela educação superior até a pós-graduação. A nova concepção destas instituições também perpassa pela oferta de ensino, pesquisa e extensão, pilares indissociáveis para a educação.

Contudo, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia já passou por diversas denominações. São 106 anos de história, desde a criação da Escola de Aprendizes Artífices até os IFs, que nasceram da fusão dos Cefets e das Escolas Agrotécnicas Federais, espalhadas em todo país.

Neste capítulo, ao buscar responder ao primeiro objetivo específico da pesquisa que é refletir sobre a internacionalização da educação superior no contexto de expansão dos Institutos Federais, será abordada a criação dos Institutos Federais e a sua trajetória ao longo dos seus 106 anos de existência. Dar-se-á ênfase ao seu papel social e econômico dentro do contexto político de cada época. Em seguida, será feita uma explanação sobre a internacionalização, mostrando como os Institutos Federais deram seus primeiros passos dentro desta concepção e quais programas foram fundamentais para a consolidação deste processo.

2.1 A Expansão dos Institutos Federais e sua Trajetória na Paraíba

Os Institutos Federais foram criados através da Lei 11.892/2008, a partir da fusão entre os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e as Escolas Agrotécnicas Federais nos estados do país.

No entanto, a história destas instituições nos remete ao ano de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, através de Decreto nº 7.556 de 23 de setembro, quando o então presidente Nilo Peçanha criou 19 escolas nas capitais dos estados da república.

Na Paraíba, os primeiros cursos ministrados eram os de Marcenaria, Serralharia, Alfaiataria e Encadernação. Nos primeiros anos do século XX, poucos anos após a abolição da escravidão (1888), o país passava por um período conturbado, no qual os escravos libertos migravam para os centros urbanos e sem emprego, eram marginalizados, representando um problema para a paz e à ordem social (FERREIRA, 2002). Para o autor, os cursos da Escola de Aprendizes Artífices tinham um caráter assistencialista e visavam atender prioritariamente a demanda de jovens excluídos socialmente. Seus primeiros alunos eram frutos das classes desvalidas que entravam na escola para ter um ofício, através de trabalhos manuais, e assim se verem disciplinados e livres da ociosidade. A Escola enfrentou dificuldades em seus anos iniciais, pois o trabalho manual ainda era visto com preconceito pela sociedade na época:

Numa sociedade em que havia tanto preconceito sobre a formação profissional, em que as escolas profissionais eram quase que equiparadas a centros correcionais, era natural que as Escolas de Aprendizes Artífices enfrentassem dificuldades para se imporem como tais. O trabalho, ao invés de ser considerado como um fator de progresso, como instrumento de construção social e individual do homem e cidadão, era tido como algo vergonhoso, como um castigo. (LEITE, 1979, p.10)

A ideia era de que a Escola servisse às massas populares e formasse mão-de-obra especializada, que aos poucos foi se adequando às necessidades econômicas do país. Este modelo de escola voltado aos menos favorecidos proporcionava uma dualidade no ensino: escola para os ricos e escola para os pobres. Esse fenômeno foi criticado por Gramsci, que dizia que as escolas profissionais “eternizariam as diferenças tradicionais aumentando as estratificações internas fazendo apenas nascer a impressão de possuir um caráter democrático” (GRAMSCI, 1978, p.137 *apud* CANDEIA, 2013, p.25). Sendo assim, Gramsci (1982) propõe uma alternativa a esse modelo que seriam as escolas unitárias, com as formações técnicas e intelectuais interligadas, fundamentada no trabalho industrial, moderno para a época, como princípio educativo.

Assim, com o início da industrialização e as transformações sociais ocorridas nas décadas de 1920 e 1930, mudou-se a clientela das Escolas de Aprendizes Artífices, e esta passa a denominar-se Liceu Industrial. Neste período, na Paraíba, a escola, que antes funcionava nas

instalações do Quartel da Polícia Militar, passa a ter uma sede própria, a partir de 1929, na Avenida João da Mata, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa.

As demais escolas, em sua maioria, tiveram como sede as capitais do país, local onde o contingente populacional e a economia eram maiores.

Após as Escolas de Artífices foram criados os liceus industriais, em 1937, pela Lei federal nº 378, de 13 de janeiro, responsáveis pelo ensino em nível ginasial, não mais de nível primário, como era na Escola de Aprendizes Artífices, assumindo a função de escola profissional, também destinada às classes menos favorecidas, atendendo às necessidades trazidas pela urbanização e pela industrialização, levando em conta as atividades locais e regionais. (CANDEIA, 2013)

Em 1942, o Decreto Lei nº 4.127 estabeleceu as bases da organização da Rede Federal de Instituições de Ensino Industrial em todo país, atribuindo formalmente a missão de preparar profissionais para atender ao processo de industrialização do país. Com a Reforma de Capanema¹² houve modificações no ensino industrial, passando a ser dividido em ciclo básico e ciclo técnico. Já as escolas tradicionais eram organizadas em ramos secundário (ginasial ou comercial), normal, industrial, comercial e agrícola. A reforma de Capanema transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais, que perdurou até 1965 com a criação das Escolas Técnicas Federais (CANDEIA, 2013). Neste período o Brasil atravessa um período de transição em sua economia, deixando o perfil agrário-exportador, pelo nacional-desenvolvimentista. Assim, a tentativa de alavancar o desenvolvimento, através da industrialização e rompendo com o modelo agrícola, causa um forte impacto na educação. Para fazer valer o projeto de nação da época, eram necessários, além de investimentos na indústria nacional, mão de obra qualificada para exercer funções específicas exigidas pelas fábricas.

O Decreto-Lei Nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, regulamentou o ensino industrial que passou a ser ministrado em dois ciclos. O primeiro abrangia o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e aprendizagem. O segundo era voltado para o ensino técnico e o ensino pedagógico. Na Paraíba, a Escola Industrial ministrava apenas o primeiro ciclo.

As escolas de aprendizes artífices, na época da promulgação da “lei” orgânica denominadas de liceus industriais, foram logo adaptadas à nova legislação, continuando a integrar a rede federal criada por Nilo Peçanha em 1909. Se uma dessas unidades de ensino oferecesse apenas o 1º ciclo, ela se chamaria

12 A gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação editou as “leis orgânicas”, entre elas a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942).

escola industrial, referida ao nome do estado onde se achasse localizada. Se não tivesse sua sede na capital do estado, receberia o nome da cidade. Assim, a rede federal abrangia tanto a Escola Industrial do Piauí quanto a Escola Industrial de Campos (RJ). Já os estabelecimentos de ensino dessa rede que, além do 1º ciclo oferecessem o 2º, receberiam o nome de escolas técnicas, vindo a do Rio de Janeiro a se chamar Escola Técnica Nacional, por analogia simbólica às unidades da Universidade do Brasil, cujas faculdades e escolas eram todas adjetivadas de nacionais” (CUNHA, 2005, p. 40).

Em 1958, a Escola Industrial de João Pessoa, passa a ser denominada Escola Industrial Coriolano de Medeiros, por força da Lei nº 3.412, DE 18/06/1958, em homenagem ao ex-diretor da Escola de Aprendizes Artífices (1920 a 1940). Depois passa a se chamar Escola Industrial Federal da Paraíba (Lei nº 4.759, de 20 de Agosto 1965) (CANDEIA, 2013).

Em 1967, a Escola Industrial passa a ser denominada Escola Técnica Federal da Paraíba, através de portaria do Ministério da Educação e Cultura, ganhando, no início da década, uma nova sede, na Avenida Primeiro de Maio, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa. A sede antiga passa a ser denominada de Edifício Coriolano de Medeiros. (LEITE, 1971). Foram implantados os primeiros cursos técnicos em nível de segundo grau: Construção de Máquinas e Motores; Pontes e Estradas. A Lei 4.024 de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, permitiu aos egressos do ensino técnico e do ensino acadêmico regular o ingresso no ensino superior, sob as mesmas condições. (*Ibidem*, 1971).

Ainda assim, nesta época eram evidentes as diferenciações entre os dois tipos de ensino. Os técnicos, voltados às classes populares, que precisavam de uma formação rápida para entrar no mercado de trabalho, desde que cursassem o então segundo grau. O propedêutico, voltado para as classes mais favorecidas que desejavam ingressar no ensino superior. O profissional de nível técnico iria exercer um papel intermediário dentro da empresa, sendo um mediador entre os profissionais com formação de nível superior.

Na década de 1970, sob o governo dos militares, há uma reforma no ensino secundário, através da LDB 5.692/71. Fruto de acordos entre o MEC e a USAID (*United States Agency for International Development*)¹³ a tendência era massificar o ensino técnico, ampliando sua atuação e impondo sua obrigatoriedade a todas as escolas de segundo grau. A reforma visava a conter a demanda pelo ensino superior, através da profissionalização do segundo grau e a atender a necessidade de mão de obra qualificada para as empresas que chegavam ao Brasil e

13 A USAID é um órgão assistencial do governo americano, que estabeleceu, junto com o governo brasileiro, acordos de cooperação na área de educação.

aparelhar também as empresas estatais. A oferta do ensino superior não atendia a demanda total de estudantes e assim, era necessário fornecer-lhes uma profissão.

Com a reforma, algumas escolas técnicas federais, localizadas em áreas de perfil industrial, receberam incentivos do governo, que tinha um projeto nacional de transformar o país numa potência mundial emergente, com o apoio de grupos internacionais, capitaneado pelos Estados Unidos, através do apoio a indústria nacional e a expansão dos serviços estatais.

Para suprir essa demanda, foram criados na Escola Técnica Federal da Paraíba cursos como Eletrotécnica, Edificações e Saneamento. Leite (1971) afirma que esses cursos foram criados a partir de um minucioso estudo do mercado de trabalho da região, que teve sua industrialização fomentada e transformada com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. “O acelerado crescimento da indústria da região bem como a expansão da construção civil, como consequência da execução do Plano Nacional de Habitação, exigia uma maior participação das Escolas no processo desenvolvimentista da região” (LEITE, 1971, p.22).

Ainda de acordo com o autor supracitado, os anos dourados das escolas técnicas (anos 70) foram resultados de uma política de valorização e reconhecimento do profissional de nível técnico. A equivalência do ensino técnico com o secundário, a descaracterização e a queda na qualidade das escolas públicas de segundo grau, com a obrigatoriedade de oferta do ensino técnico, fortalecendo o ensino privado, os investimentos realizados nas escolas técnicas federais, fizeram com que estas escolas técnicas recebessem cada vez mais alunos, e aos poucos, o perfil do ingressante deixava de ser aquele “desvalido da sorte” e passava a ser de estudantes de classe média.

Após a ditadura militar, com a democratização do país, a rede pública passa por um período de estagnação, resultado da política ditatorial e da falta de recursos, ocorrendo um forte crescimento da rede privada de ensino básico. A década perdida (1980) foi marcada pelo desemprego e alta inflação. Na década de 1990, o Estado passa por um processo de reforma, sob os ares da lógica neoliberal, perdendo seu poder intervencionista. Vários planos econômicos são lançados na tentativa de conter a inflação, até a chegada do plano real. Na educação há o crescimento de instituições de ensino superior privadas e o sucateamento de universidades públicas. A educação passa a ser vista como um produto. As transformações no mundo do trabalho e os avanços das tecnologias da comunicação e informação implicaram em novas formas de ensino e também na mudança de comportamento da sociedade.

Em 1994 é lançado o decreto Lei 8.948, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e instituía gradativamente a criação dos Centros Federais de Educação

Tecnológica, a partir das Escolas Técnicas Federais (ETFs) e das Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). Na Paraíba o fato veio se concretizar em 1998 com a transição da Escola Técnica Federal da Paraíba para Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Cefet-PB).

Neste cenário nasce uma nova reforma do ensino. Os níveis técnicos e tecnológicos são estruturados e à educação profissional cabe o papel de preparar o novo trabalhador, pronto para atuar no novo mercado de trabalho que estava a surgir com as privatizações e a globalização. Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, regulamentada na parte de Ensino Profissional pelo Decreto 2.208/97 os níveis médio e técnico são desvinculados, através da criação de matrizes curriculares e matrículas distintas para o estudante de nível técnico, permitindo ao estudante cursar o ensino técnico em uma instituição e o médio em outra, ao mesmo tempo ou em épocas distintas¹⁴.

Observa-se ainda traços dualistas da educação profissional, utilizada como um instrumento alternativo ao ensino regular, promotor de uma rápida inserção no mercado de trabalho e contendo a procura pelo ensino superior universitário. Assim, de acordo com Tavares (2012), foram criados os Cursos Superiores de Tecnologia, com duração menor que os de bacharelados e voltados para áreas consideradas estratégicas do ponto de vista econômico.

Os primeiros cursos ofertados pelo Cefet-PB¹⁵ nesta modalidade foram os Redes de computadores, Sistemas de Telecomunicações, Construção de Edifícios, Design de Interiores, Geoprocessamento e Sistemas para Internet, na unidade em João Pessoa e Desenvolvimento de Softwares e Automação Industrial, na unidade em Cajazeiras. Já os cursos profissionais de nível técnicos ofertados eram Edificações, Eletrotécnica, Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Instalação e Manutenção de Equipamentos de Informática e Redes, Instalação e Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, Instalação e Manutenção Eletromecânica, Manutenção de Equipamentos Mecânicos, Recursos Naturais, Suporte a Sistemas de Informação, Música.

A expansão dos Cefets se deu a partir do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), fruto de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal agência financiadora da educação profissional. Para Lima Filho (2002 b), a partir desse processo, passa a ocorrer uma diversificação e fragmentação da educação superior, idealizadas pelo BID.

14 Art. 5º: A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

15 PDI Cefet-PB 2005 a 2014

Esta é a diretriz de equidade orientada pelos organismos internacionais e, mais uma vez, é importante não confundi-la com igualdade. O modelo de ensino superior técnico não universitário foi, então, retomado pelo MEC por meio da modalidade de educação profissional de nível tecnológico, conforme o disposto no Decreto nº 2.208/97. (LIMA FILHO, p.286-287)

Com a descaracterização do ensino profissional, que ao longo de sua história era ministrado integrado ao ensino médio, ambas as modalidades passam a ser desvinculadas. Os Cefets ofertavam também o ensino médio e os cursos técnicos de forma separada, podendo o estudante cursá-los de forma concomitante (ensino médio em uma instituição e técnico em outra na mesma época ou sequencial, primeiro o ensino médio, depois o ensino técnico).¹⁶

Na primeira década do século XXI, com o término do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e o início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o país assumiu uma postura mais voltada para as transformações sociais, refletindo em políticas públicas diferentes das ocorridas na década de 1990. A proposta era de uma educação mais democrática e que alcançasse as camadas mais populares. Para isso, aumentou-se o número de vagas na educação superior, com a criação de novos campi e até mesmo novas universidades, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. Profundas mudanças ocorreram também na Educação Profissional. Em contrapartida observou-se também um forte avanço das instituições privadas de ensino superior.

Em 2008, o Ministério da Educação criou a Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da fusão dos Cefets e das Escolas Agrotécnicas Federais, passando a integrar uma única autarquia.

Estas instituições passam a ganhar um novo desenho, cabendo a ampliação da oferta de cursos de nível superior como bacharelados, tecnólogos e licenciaturas, bem como cursos de nível técnico nas modalidades integradas e subsequentes ao ensino médio.¹⁷

¹⁶ Embora este fato tenha se consolidado com a criação dos Cefets, desde 1982 já existiam os cursos técnicos subsequentes com o nome de curso técnicos sequenciais. (HENRIQUES, 1999)

¹⁷ O Decreto no. 5.154/04 estabelece no Art. 4º que: A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - **integrada**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - **concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades

A política de criação destas unidades de ensino veio como uma proposta de fortalecimento do desenvolvimento econômico e tecnológico, através do processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho dentro de uma perspectiva apregoada pelos organismos internacionais.

O documento do Banco Mundial de 1999, por sua vez, além de também destacar a necessidade de diversificação das instituições, defende que o sistema de educação superior dos países periféricos deve contar com poucas unidades de pesquisa, seguidas por universidades de formação profissional de quatro anos, institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos. (OTRANTO, 2006, p.44)

Assim, o Banco Mundial considera que o modelo de educação superior baseado nas universidades de pesquisa é muito oneroso e não é válido para o momento econômico vivenciado pelos países periféricos, defendendo um modelo de ensino com cursos de curta duração, que possibilite a rápida inserção no mercado de trabalho. Nesta ótica, para a autora, os Institutos Federais funcionam como um modelo alternativo aos da universidade de pesquisa.

Foi nesse cenário onde nasceu a necessidade do país se projetar no cenário internacional, no mundo globalizado, capitalista e neoliberal, cuja economia extremamente competitiva é alimentada por áreas estratégicas ao desenvolvimento como as ciências, tecnologia, matemática e engenharias. As políticas de internacionalização do ensino superior começam a ganhar força nesse período. A adesão dos Institutos Federais aos programas de internacionalização será abordada mais adiante, quando será focado o programa Ciência sem Fronteiras.

A primeira fase do Plano de Expansão destas instituições começou em novembro de 2005, com a publicação da Lei 11.195. Em todo Brasil, foram construídas mais 64 novas unidades de ensino. Os primeiros campi começaram a ser construídos a partir de 2006. Na Paraíba havia apenas os campi de João Pessoa e Cajazeiras, que era denominada Unidade de Ensino Descentralizada do então Cefet-PB e o Campus Sousa, oriundo da Escola Agrotécnica Federal da Paraíba. Com a expansão I foi criado o campus de Campina Grande, com construção iniciada em 2006. Em meados de 2008, novos campi foram criados com o Plano de Expansão II: Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel. Em 2013, mais campi começaram a ser construídos através da Expansão III: Guarabira, Santa Rita, Itaporanga, Itabaiana, Esperança e Catolé do Rocha. Hoje o IFPB conta com um total de 15 campi e mais 6 unidades avançadas

educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - **subsequente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

nas cidades de Areia, Soledade, Santa Luzia, Pedras de Fogo e no bairro de Mangabeira na capital paraibana. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na Paraíba conta ainda com duas escolas técnicas vinculadas à UFPB: Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, Escola Técnica de Saúde e uma escola vinculada à UFCG: Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras.

Em nível nacional, no ano de 2014, segundo dados do MEC, são 562 escolas em funcionamento, dentre Institutos Federais, Universidade Tecnológica, Cefets e escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, conforme mostra a figura abaixo.

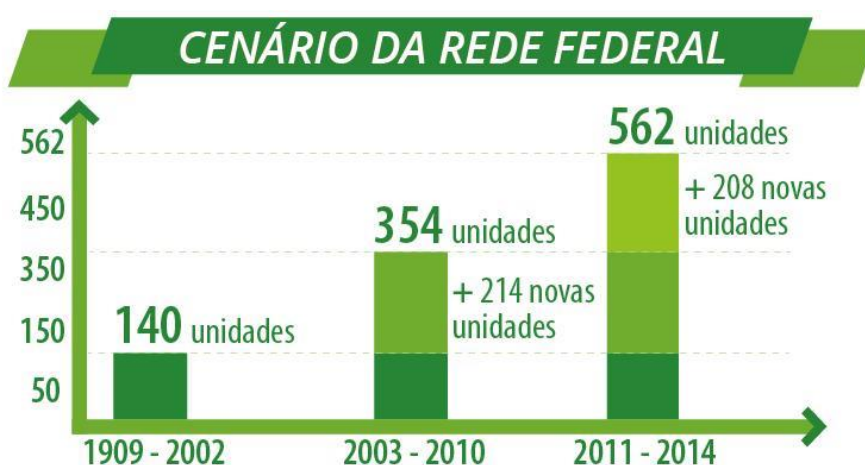


FIGURA 01: Quantitativo de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

FONTE: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

Em 2008, antes da expansão o cenário era de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a universidades.

2.2 A Política de Internacionalização dos Institutos Federais e suas Implicações Atuais

No Brasil, a partir dos anos 1990, com o incremento do capitalismo e o neoliberalismo se espalhando pelo mundo, cresceu a demanda por iniciativas que visassem diminuir as desigualdades sociais e fizessem com que o país acompanhasse o desenvolvimento das novas

tecnologias. Nesse momento surgia a necessidade de incentivo à área de ciência e tecnologia através das inovações tecnológicas para alavancar a indústria e o desenvolvimento econômico.

O país, diante da necessidade de se posicionar de forma equânime no mercado internacional, através de políticas públicas que possibilitem o incremento da pesquisa e de estudos nas áreas acima elencadas, passa a investir na qualidade da educação superior, gestão e financiamento (MOROSINI, 2011).

Na educação superior, a internacionalização é um conceito que vem transformando o cotidiano das instituições. Novas exigências foram estabelecidas para a avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país, no governo do Presidente Itamar Franco (1992 a 1994). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) passa a exigir critérios como intercâmbio de conhecimento em eventos e publicações, criação de redes interativas, mobilidade dos professores e estudantes e projetos internacionais de pesquisa. No entanto, é após o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que essas políticas de avaliação se consolidam, através da institucionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, em 2004. No Plano Nacional de Educação (PNE- Lei 13.005/2014), a internacionalização é posta em algumas de suas metas e aparece não só na pós-graduação como também na graduação.

Meta 12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior. (...)

Meta 13.7) Fomentar a formação de consórcios entre IES públicas, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. (...)

Meta 14.9) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (PNE, 2014)

Dessa forma, a internacionalização citada no Plano, estabelecida a partir de convênios de cooperação, tem por objetivo a consolidação do intercâmbio na graduação e pós-graduação, bem como de grupos de pesquisa, através da troca de experiências internacionais, além dar evidência as ações de ensino, pesquisa e extensão em âmbito nacional e internacional.

Nos Institutos Federais, o fator internacionalização foi impulsionado com a criação do Fórum Nacional de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Forinter), em 2009. A partir deste fórum foi estabelecida uma política de relações internacionais no âmbito coletivo de todos os institutos, bem como a sugestão de criação de políticas locais. O objetivo é de promover a internacionalização através da ampliação dos acordos de cooperação e de intercâmbios internacionais, possibilitando uma melhor formação dos alunos, docentes e servidores técnico-administrativos.

Como estratégias de internacionalização dos Institutos foram criadas as Assessorias de Relações Internacionais (Arinter)¹⁸. No IFPB, o funcionamento do setor foi detalhado no regimento interno, o qual define as suas competências e responsabilidades:

- I. Planejar, coordenar e executar as ações ligadas ao relacionamento internacional, primando pela colaboração multilateral entre as pessoas e órgãos envolvidos, em articulação com as Pró-Reitorias e as Direções Gerais dos Campi;
- II. Encaminhar para organismos de fomento internacional propostas recebidas dos campi e acompanhar a execução das respectivas atividades;
- III. Gerenciar, em articulação com os diversos setores do Instituto, junto a entidades financiadoras públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, visando à captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas diversas áreas do conhecimento;
- IV. Gerenciar, encaminhar e viabilizar, em conjunto com os diversos setores do Instituto, a realização de acordos e/ou convênios de cooperação internacional com instituições estrangeiras;
- V. Promover e manter intercâmbios com instituições de ensino superior e da educação profissional, além de outros organismos internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
- VI. Manter relacionamento com outros organismos que desempenhem atividades correlatas, visando seu constante aperfeiçoamento;
- VII. Manter contatos permanentes com entidades internacionais conveniadas, buscando oportunidades de acordos de cooperação técnico científicos;
- VIII - Promover o intercâmbio do IFPB com as instituições e agências de cooperação técnica e científica do Exterior;

18 Antes da criação da Arinter, no estatuto e regimento interno de 2010, o órgão responsável pelos assuntos internacionais era a Coordenação de Projetos e Assuntos Internacionais, que funcionou durante a época do Cefet-PB.

IX - Divulgar as atividades do IFPB, em outros países, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão;

X - Promover intercâmbio de correspondência com professores visitantes e articular-se com as unidades acadêmicas e coordenações do IFPB para análise de seus currículos;

XI - Elaborar e supervisionar a execução de programas internacionais entre o IFPB e outras entidades;

XII - Realizar contatos com Embaixadas e Consulados, com os Corpos diplomáticos acreditados e outras estrangeiras, sediadas no Brasil;

XIII - Divulgar as informações internacionais que chegam à Assessoria para professores, alunos e funcionários dos Campi do IFPB;

XIV - Fornecer informações sobre o IFPB para a comunidade acadêmica internacional;

XV - Apoiar a recepção de missões, delegações e visitas internacionais ao IFPB;

XVI - Apoiar a organização de missões do IFPB no/ao exterior; XVII - Intermediar acordos e convênios institucionais de natureza internacional;

XVIII - Supervisionar a execução de programas internacionais entre o IFPB e outras entidades;

XIX - Encaminhar processos de afastamento do País de servidores para missões, participação em congressos e similares ou para cursos de pós-graduação, e

XX - Manter e ampliar a política de intercâmbio institucional, dentro e fora do país, proporcionando o conhecimento das diversas possibilidades de estudo e de trabalho no exterior (REGIMENTO GERAL DO IFPB, 2010).

Ainda na década de 1990 houve dois acordos internacionais entre o então Cefet-PB e universidades em Portugal e Estados Unidos, que perduram até os dias atuais.

No entanto, os primeiros acordos de cooperação internacional ocorridos após a transformação em IFPB remetem aos anos 2000. O maior deles foi o Mulheres Mil, acordo de cooperação entre Brasil e Canadá, implantado em alguns Institutos da Rede Federal, que teve por objetivo a formação profissional e tecnológica de mil mulheres em situação de vulnerabilidade nas regiões norte e nordeste. Outros acordos de menor amplitude possibilitaram o envio de professores ao exterior para cursar a pós-graduação e para fazer cursos de capacitação, conhecendo a experiência do ensino profissional realizada em outros países. Antes

disso, o IFPB enviava alunos para o exterior através do programa *Fulbright* e recebia alunos estrangeiros através do convênio com a AFS Intercultura Brasil.

Os acordos internacionais estão pautados nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Tecnológica (Setec). Foram incentivados convênios com instituições de países em desenvolvimento, sobretudo os da América Latina e África.

Ainda assim, foi durante a segunda década dos anos 2000 que o IFPB se consolidou no cenário internacional através do envio de estudantes para estudar no exterior. Esse fato foi possível graças a adesão ao Programa Ciência sem Fronteiras, lançado pelo Governo Federal, em 2011. Com essa estratégia, o governo pretendeu qualificar seus estudantes para conseguirem uma melhor colocação no mercado de trabalho, através da experiência e aprendizagem adquirida no exterior e ainda promover a expansão e a internacionalização nas áreas de ciência, tecnologia, engenharias e matemática.

Desde então a temática sobre internacionalização tem sido uma constante na agenda das Instituições de Ensino Superior, impulsionada pelo programa Ciência sem Fronteiras e outros acordos de cooperação internacional e mobilidade estudantil.

Faz-se importante destacar também que a internacionalização pode contribuir com o aprendizado de experiências inovadoras, através de novas práticas pedagógicas não só por parte dos alunos, como também aos docentes. O Programa Professores para o Futuro na Finlândia¹⁹ é um exemplo de um programa de capacitação internacional voltado para os docentes dos Institutos Federais.

Como forma de incentivar o aprendizado e aperfeiçoar o ensino de idiomas nas IES, capacitando alunos para estudos no exterior, o governo se mostrou empenhado ao criar o Programa Idioma sem Fronteiras²⁰, voltado para estudantes e servidores destas instituições. O programa visa auxiliar o processo de internacionalização de toda a rede de ensino superior federal.

O programa funciona através da oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância. Com a adesão ao programa, as IES se tornaram aptas a aplicar os testes de proficiência, pré-requisitos para a participação no Programa Ciência sem Fronteiras.

19 Instituído em 2014, pela Secretaria de Educação Profissional do MEC, através do Edital de chamada Pública nº 15/2014, no qual teve por objetivo selecionar propostas de pesquisa aplicada da educação profissional e tecnológica, permitindo a capacitação de educadores da Rede Federal.

20 Instituído a partir da Portaria MEC nº 1466 de 18 de dezembro de 2012

Para atingir seus objetivos, a internacionalização tem se mostrado um caminho. O debate sobre a internacionalização dos Institutos Federais e suas vicissitudes está longe de ser esgotado e nos últimos anos tem tomado grandes proporções.

No capítulo seguinte será abordada a metodologia adotada na pesquisa e em seguida, de forma específica, o Programa Ciência sem Fronteiras a nível nacional e local, objeto de estudo desta dissertação. Nesse tópico será realizada a análise a discussão dos dados coletados, com vistas a responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos da dissertação.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos utilizados para traçar esta dissertação, se deram através de um estudo de caso, que de acordo com Gil (2009), trata-se de um instrumento de investigação que tem por objetivo um estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que se permita um amplo e detalhado conhecimento. O estudo de caso tem como característica o estudo de uma unidade, com a preocupação de não analisar apenas o caso em si, mas o que ele representa dentro do todo.

A unidade é estudada como um todo, podendo ser constituída por um indivíduo, um grupo, um evento, um programa, um processo, uma comunidade, uma organização, uma instituição social, ou mesmo por toda uma cultura (GIL, 2009, p. 7).

Por tratar-se de uma investigação de um programa educacional em uma única instituição que é o IFPB, caracterizou-se a pesquisa como um estudo de caso, que permitirá a análise detalhada do Programa Ciência sem Fronteiras.

Para a fundamentação teórica fez-se uso de pesquisa bibliográfica e documental, proporcionando a construção de um arcabouço que está por trás do fenômeno estudado. A revisão bibliográfica também se faz necessária para situar o leitor sobre o que os autores preconizam sobre o tema. Posteriormente foi realizada a pesquisa empírica, através da leitura de documentos e da aplicação do instrumento de coleta de dados que será detalhado mais adiante.

Quanto aos seus objetivos a pesquisa foi caracterizada como descritiva e explicativa, uma vez que os fatos foram registrados e descritos e também interpretados. Para Gil (2002, p. 28) “Esse tipo de pesquisa é o que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por explica a razão e o porquê das coisas”. Nos estudos descritivos busca-se “especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos”.²¹ (SAMPIERI *et. al* , 2006, p.102, TRADUÇÃO NOSSA). Já os estudos explicativos visam estabelecer a causa do evento e do fenômeno que se estuda (*Ibidem*). Os estudos de caso podem assumir com frequência caráter descritivo e explicativo, conforme indica Gil (2009, p.14). “Muitos estudos de caso têm propósitos descritivos. São utilizados para a descrição de características de indivíduos, grupos, organizações e comunidades. ”

²¹ Citação original em espanhol “*especificar las propiedades, las características y los perfiles de personas, grupos, comunidades, procesos, objetos.*”

Para Sampiere *et. al* (2006, p.755, TRADUÇÃO NOSSA), o enfoque predominante é quali-quantitativo ou misto, uma vez que serão aplicados questionários e entrevista. “O enfoque misto é um processo que coleta, analisa e vincula dados quantitativos e qualitativos em um mesmo estudo ou em uma série de investigações para responder a uma exposição do problema”²². Portanto, será dada ênfase tanto aos números do programa, expostos em sua plataforma *on-line*, possibilitando a análise de cumprimento das suas metas, como aos dados qualitativos, adquiridos através dos instrumentos de pesquisa aplicados diretamente aos públicos envolvidos no programa.

O método científico corresponde à linha de raciocínio empreendida na pesquisa, através de um conjunto de processos ou operações mentais empregadas na investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013). Assim, visando assegurar o rigor científico necessário para os resultados satisfatórios do estudo de caso, esta pesquisa procurou se orientar através do método de abordagem fenomenológico, cuja essência é o próprio fenômeno, visando a interpretação do mundo através da consciência do sujeito, com base em suas experiências. (GIL, 2009). A fenomenologia é bastante aplicada em estudos de caso, sendo “[...] frequente a preocupação dos pesquisadores de utilizá-los com o propósito de compreender fenômenos sociais complexos, retendo as características significativas e holísticas da vida real.” (*ibidem*, p.31).

Assim, o emprego da fenomenologia neste estudo de caso fará com que o Programa Ciência sem Fronteiras seja estudado tal como ele é para os alunos que fizeram uso dele para aprimorar seus estudos e para o gestor do programa na instituição que buscou a melhor forma para a sua implementação.

Cabe ressaltar que a escolha do método é um grande desafio, pois é por meio dele que toda pesquisa será norteadada. Devido a sua complexidade nos tornamos contínuos aprendizes, na tentativa de fazer-se aproximar cada vez mais este objeto de estudo ao método escolhido.

Sendo assim, no tocante ao método de procedimento, dada a complexidade da investigação, e entendendo que não há apenas uma técnica a ser seguida pelo pesquisador, adotou-se o monográfico e o observacional. O método monográfico visa estudar um caso em profundidade (indivíduos, instituições, grupos), sendo este considerado representativo de muitos outros ou mesmo e todos os casos semelhantes (GIL, 2008).

Já o método observacional facilita o conhecimento da realidade, através da ação dos sujeitos da pesquisa e é adotado de forma associada com outra estratégia como, por exemplo, a

²² Citação original em língua espanhola: ““El enfoque mixto es un proceso que recolecta, analiza y vincula datos cuantitativos y cualitativos en un mismo estudio o una serie de iuvestigaciones para responder a un planteamiento del problema””,

entrevista. Gil (2009) defende que, nos estudos de caso, é por meio da observação em que o pesquisador entra em contato com o fenômeno que está sendo estudado.

3.1 Universo e Amostra

Em uma pesquisa social, geralmente os pesquisadores trabalham com amostras, uma vez que o universo estudado é composto por elementos impossíveis de ser considerados. Entende-se por universo ou população como sendo a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Assim, a amostra corresponde a uma pequena parte representativa dos elementos que compõem o universo, selecionada a partir de critérios previamente estabelecidos.

Dados de 2016 apontam um total de 92.880²³ estudantes participantes do Programa Ciência sem Fronteiras em todo país. No Instituto Federal da Paraíba esse número chega a 121. O estudo foi delimitado nos anos de 2012 a 2015, período de vigência do Programa, tendo em vista que em 2016 nenhuma bolsa de graduação foi ofertada no IFPB.

Envio-se um questionário *on-line* para o e-mail de todos os participantes do Programa. O questionário foi produzido e montado a partir da plataforma *Google Docs*. Em um segundo momento, foram escolhidos uma amostra representativa não probabilística de 05 alunos a partir de variáveis seguindo os critérios de sexo, curso e campi para proceder a aplicação da entrevista, possibilitando um aprofundamento da análise. Entende-se por amostra não probabilística “aquelas em que a escolha dos elementos não depende da probabilidade e sim das causas relacionadas com as características da investigação” (SAMPHERE, *et. al.* 2006, p.241)²⁴.

Assim, dentro do universo de alunos que responderam ao questionário, foram convidados 05 participantes para responder a uma entrevista estruturada de forma a aprofundar pontos chaves da pesquisa contando a trajetória de suas experiências no exterior e seus pontos positivos e negativos. A escolha desses entrevistados se deu a partir de critérios de curso e campus de origem do aluno, de forma a contemplar discentes oriundos do litoral ao sertão do estado. Aos gestores do programa foi aplicada uma entrevista semiestruturada, possibilitando a abordagem sobre a importância do programa junto a internacionalização da educação, as dificuldades na sua implantação e continuidade e perspectivas futuras.

²³ Dados do Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras, disponível em www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle

²⁴ Citação em língua espanhola: “*En las muestras no probabilísticas, la elección de los elementos no depende de la probabilidad, sino de causas relacionadas con las características de la investigación*”

Foram resguardadas a identidade de todos os participantes. Na análise dos dados referentes às entrevistas dos alunos, identificou-se os alunos a partir de suas iniciais; já os gestores foram denominados de Gestor 01 como sendo o primeiro gestor do CsF e Gestor 02 o gestor atual do programa junto ao IFPB. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPB, instituição na qual o mestrado está vinculado e ao do IFPB, local da pesquisa foi realizada, obtendo parecer favorável, conforme nº 61833216.7.0000.5188 (parecer nº 1824395)

3.2 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento aplicado para a coleta de dados é o questionário, construído, a partir de um roteiro previamente estabelecido. Lakatos e Marconi (2003) entendem que questionário corresponde a um instrumento de coleta de dados composto por uma série de perguntas ordenadas que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do pesquisador. É o meio de obter respostas sobre determinado assunto, revelando informações e conhecimentos do seu domínio. O questionário foi enviado através de e-mail, possibilitando a chegada aos alunos que residem em outras cidades e até em outros estados. O instrumento ficou disponível durante dois meses na plataforma *Google Docs* e os estudantes foram convidados via e-mail a responde-lo de forma voluntária. Conseguiu-se a adesão de 40 alunos, representando uma taxa de resposta de 32%.

Em seguida, conforme explanado anteriormente, aplicou-se, a um número de 05 alunos, uma entrevista estruturada possibilitando uma melhor ênfase na avaliação do programa. Marconi e Lakatos (2003), definem entrevista como sendo um encontro realizado com a finalidade de se obter informações sobre determinado assunto, através uma conversa de natureza profissional. As autoras complementam a definição: “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (*Ibidem*, p.195).

Portanto, à luz do olhar do estudante, serão apontadas as principais dificuldades enfrentadas no exterior, sobretudo com relação à língua estrangeira, refletindo como esta experiência contribui com a formação profissional e tecnológica dos mesmos.

No questionário aplicado aos estudantes, cujo conteúdo na íntegra está disponível no apêndice, foram abordadas as seguintes perguntas: qual a maior dificuldade enfrentada durante a estadia no exterior; qual foi a mudança mais significativa na vida acadêmica após este período; o que o influenciou na escola do país; qual a contribuição do programa para a sua formação

profissional e se o mesmo teria condições de participar de um programa de intercâmbio estudantil particular. Desta forma, busca-se conhecer o fenômeno do ponto de vista dos próprios sujeitos, os estudantes. À entrevista coube a missão de elucidar e ilustrar com a experiência própria dos alunos, pontos que foram abordados no questionário. Portanto, elaborou-se 08 perguntas norteadoras abordando sobre: quanto tempo passou no exterior; quais foram as principais dificuldades e como conseguiu contorná-las; quais os pontos positivos e quais precisam ser melhorados na visão do participante; como se deu o aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior; qual a palavra que define o programa e qual a ocupação atual. Buscou-se selecionar estudantes oriundos dos cursos do IFPB que mais enviou alunos e buscou-se contemplar também aqueles que residiam no interior, na tentativa de se aproximar ainda mais da realidade do programa.

Para o gestor do programa foram questionados, através de entrevista, os seguintes fatores: a importância da adesão do IFPB ao programa Ciência sem Fronteiras no tocante à formação profissional de seus alunos regulares; o que mudou no contexto da internacionalização do IFPB após a vinda do Programa Ciência sem Fronteiras; quais foram as dificuldades enfrentadas pela gestão na implementação do Programa Ciência sem Fronteiras; o que a gestão identificou como a maior dificuldade dos alunos no exterior; houve no IFPB alguma ação de incentivo de aprendizado de línguas estrangeiras após a implementação do CsF e por fim, a questão do aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior nos cursos no Brasil.

Com essas questões norteadoras, busca-se proceder a avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras como política pública de internacionalização da educação superior no IFPB, objetivo geral da pesquisa, e cumprir os objetivos específicos de analisar a importância do programa para a formação profissional e tecnológica dos estudantes do IFPB, traçar um perfil dos estudantes do IFPB participantes do programa e apontar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes no exterior.

O objetivo específico de refletir sobre a internacionalização da educação superior no contexto de expansão dos Institutos Federais será contemplado no capítulo 2, onde trata do surgimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e suas ações de internacionalização, a partir de dados coletados em documentos oficiais.

Postuladas estas questões, ao final da análise pôde-se fazer um panorama dos aspectos que foram eficazes e eficientes no Programa sobretudo para o IFPB.

3.3 Tratamento dos Dados:

Levantados os dados quantitativos e coletadas as entrevistas, foi procedida a análise dos mesmos, que baseada na descrição e possíveis explicações dos resultados obtidos, implícitas nas respostas dos participantes.

Para tanto, a técnica empregada para o tratamento dos dados se deu através da análise descritiva e também da análise de conteúdo no tocante as entrevistas. Segundo Bardin (2004), análise de conteúdo significa:

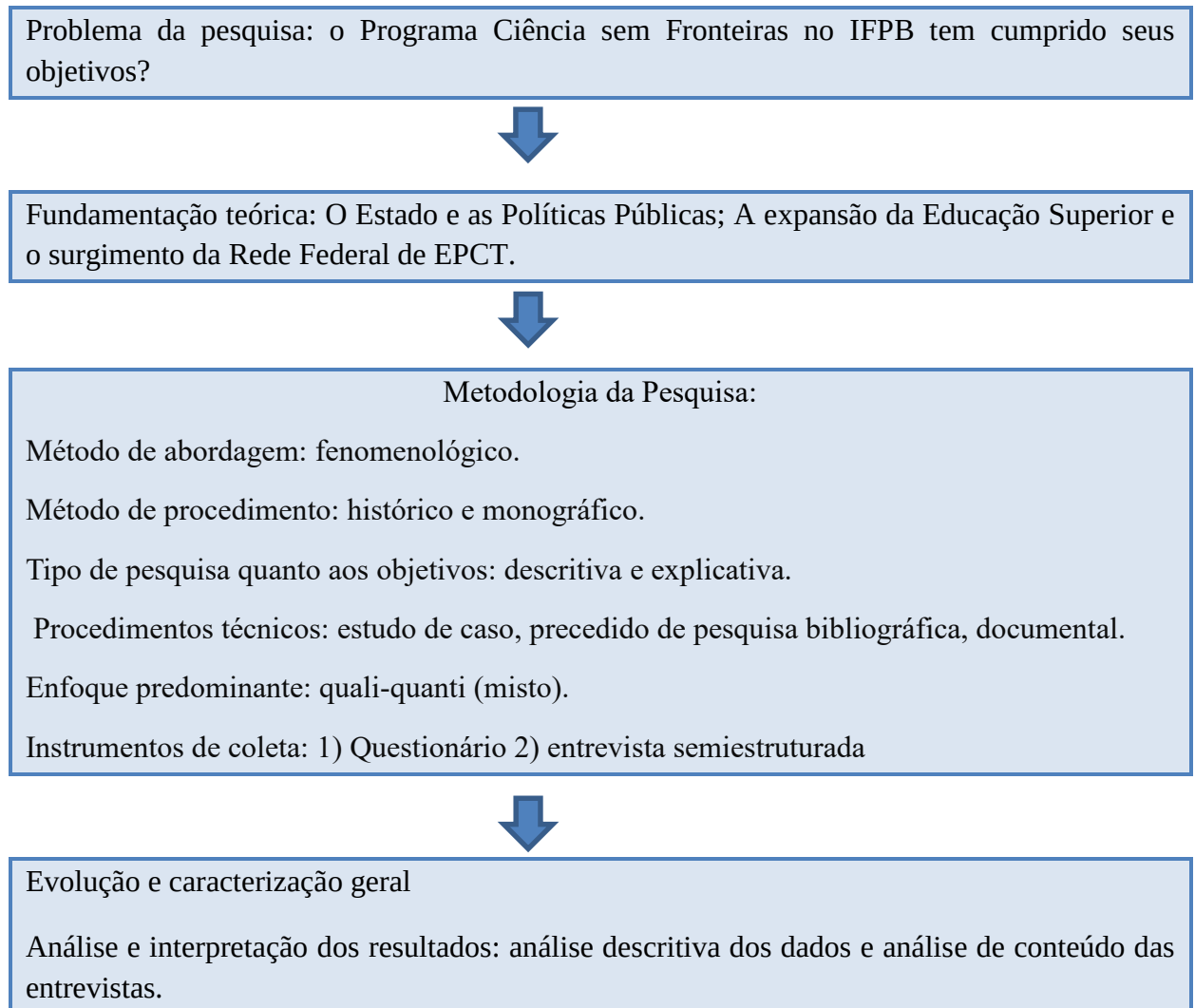
Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (2004, p. 37)

Também foi feito uso dos dados disponibilizados através do painel de controle do programa, uma plataforma *on-line* que contém informações no tocante ao total de bolsas implementadas, modalidades, áreas do conhecimento, estado e região de origem, país de destino, gênero e instituições integrantes do Ciência sem Fronteiras. Esse material foi útil para se traçar uma visão geral do programa exemplificando os países que mais atraem estudantes, as regiões, as instituições e os cursos que mais enviam alunos para o exterior, possibilitando uma caracterização e evolução regional e nacional. Para tanto, foram utilizadas as variáveis disponíveis nesta ferramenta como: região, estado, áreas, gênero, número de bolsas ofertadas e destino.

Os dados foram tabulados e apresentados a partir de gráficos; já as entrevistas, através de citações diretas, podendo algumas das respostas serem sintetizadas, sem perder a ideia principal. Será feito um resumo do que foi exposto pelos alunos e pela gestora, levando em consideração aspectos que levam ao cumprimento dos três últimos objetivos da pesquisa que é o de analisar a importância do programa para a formação profissional e tecnológica dos estudantes do IFPB, traçar um perfil dos estudantes do IFPB participantes do programa e apontar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes no exterior. Ademais, enfatiza-se novamente que para resguardar a identidade dos participantes não foi citado seus nomes na exposição dos dados, apenas as iniciais de cada estudante. Já os professores, que foram os coordenadores institucionais do Programa, identificou-se como gestor 01 e gestor 02.

A análise dos dados teve como foco a avaliação do Programa CsF em nível institucional permitindo atestar se o mesmo vem cumprindo sua proposta.

O quadro abaixo ilustra de forma resumida o delineamento teórico-metodológico deste estudo.



QUADRO 01: Etapas da pesquisa

FONTE: Elaborado pela autora em julho de 2016

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os dados coletados durante a pesquisa de campo, bem como os dados constantes na plataforma *on-line* do programa. Inicialmente foi aplicado um questionário a uma amostra de 40 participantes do programa no IFPB e em seguida selecionados cinco alunos e realizada uma entrevista. Além disso, ouviu-se duas gestoras do CsF no IFPB que tiveram a frente da Coordenação Institucional do Programa em períodos distintos. A primeira de 2012 a 2014 e a segunda de 2014 até atualmente. Os alunos pesquisados foram os participantes do programa no período compreendido entre 2012 a 2015 mostrando como o programa foi implantado e materializado no IFPB. Os roteiros destes instrumentos encontram-se na íntegra no apêndice desta dissertação.

A proposta desse capítulo é responder aos três últimos objetivos específicos deste trabalho que visam, **traçar um perfil dos estudantes do IFPB participantes do programa, apontar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes no exterior e analisar a importância do programa para a formação profissional e tecnológica dos estudantes do IFPB**

Para tanto, será apresentado um preâmbulo sobre o programa desde a sua criação até os dias atuais em que se encontra em fase de suspensão de novas bolsas, com a perspectiva de ser reformulado a partir de novos parâmetros. Em seguida, com base nas informações colhidas na pesquisa de campo, será feita a sua caracterização a nível nacional e local, destacando alguns aspectos como: país e instituição que mais recebeu alunos, regiões de origem, gênero, áreas mais procuradas. No tópico seguinte será abordada, com base nas entrevistas às gestoras e aos alunos, a contribuição do Ciência sem Fronteiras para a formação profissional e os entraves encontrados nesse percurso. Por fim, será mostrado o resultado dos questionários aplicados aos estudantes, com um perfil desse público participante e suas principais percepções e dificuldades acerca do programa, fatores estes que foram enfatizados a partir de entrevista aplicada aos cinco alunos. Todos os dados apresentados servem de subsídio para a análise do programa enquanto política pública de internacionalização no tocante à sua eficiência e eficácia, categorias de análise de políticas públicas trabalhadas no início desta dissertação.

4.1 O Programa Ciência Sem Fronteiras: Contextualização e Objetivos

Estudar no exterior, em busca de adquirir novos conhecimentos e enriquecer o currículo, poderia ser, para alguns, um sonho distante, privilégio de estudantes de classe alta. Mas, para muitos alunos, esse sonho virou realidade com o Programa Ciência sem Fronteiras.

O Programa nasceu em 13 de dezembro de 2011, através do Decreto nº 7.642, financiado pelo Governo Federal através das agências de fomento do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dentre os objetivos do Ciência sem Fronteiras pode-se destacar: investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; e atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil. (BRASIL, 2011).

O programa estabeleceu como meta, em sua primeira fase, ofertar um total de 101 mil bolsas, sendo 75 mil financiadas pelo Governo Federal e 26 mil pela iniciativa privada, até o ano de 2015. Neste mesmo ano, após o término da primeira etapa, a Capes informou em nota oficial publicada em seu portal ²⁵ que não havia novos recursos para a sua continuidade, mas garantiu recursos para os bolsistas que já estavam no exterior. A segunda etapa do programa, iniciada em 2014, teve por meta a oferta de 100 mil vagas na tentativa de dar continuidade ao programa, cuja proposta é de contribuir com desenvolvimento econômico, social e cultural do país através da qualificação de seus estudantes e pesquisadores, para posteriormente aplicarem os conhecimentos adquiridos em sua nação.

Atualmente o Programa Ciência sem Fronteiras encontra-se com a oferta de bolsas para graduação suspensa. Após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, em setembro de 2016, o presidente atual Michel Temer, através do Ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, planeja reformular e aperfeiçoar o programa, com propostas de manter as bolsas para a pós-graduação e ofertar novas bolsas para estudantes do ensino médio das escolas públicas,

²⁵ Nota publicada pelo portal oficial da Capes em 26 de julho de 2016. Disponível em <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8052-programa-ciencia-sem-fronteiras-tera-novo-foco-com-objetivo-de-beneficiar-alunos-mais-pobres>

com foco no ensino de idiomas (PORTAL BRASIL, 2016). No entanto, não há nada formalizado. Até o fim desta pesquisa, o projeto de Lei do Senado nº 798/2015 que definirá os rumos do programa encontra-se em tramitação no Senado. Os bolsistas que estão no exterior devem retornar ao Brasil até o início de 2017.

Financiado pelo governo e através das agências de fomento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o programa deu a oportunidade a mais de 90 mil jovens de estudar no exterior e ter o seu currículo enriquecido com experiências em universidades estrangeiras. Para garantir a continuidade do pagamento das bolsas dos estudantes que se encontram no exterior, o MEC incrementou o orçamento do programa, conforme citado anteriormente.

A concepção inicial do Programa CsF partiu do pressuposto de que o avanço em áreas estratégicas do conhecimento como as ciências exatas e suas tecnologias poderiam colocar o Brasil em uma posição favorável internacionalmente, consolidando-o como uma potência emergente.

Os recursos para a efetivação do programa são também oriundos de empresas parceiras que tenham núcleos de pesquisas autônomos ou em parceria com outras instituições. De acordo com informações do site do programa as empresas têm o compromisso de receber bolsistas de pós-doutoramento (jovens talentos) e pesquisadores visitantes especiais, além de ampliar a capacitação de seus pesquisadores, utilizando instrumentos do programa, como a bolsa de mestrado profissional.²⁶

O CsF funciona através da oferta de bolsas para estudos no exterior em nível de graduação até pós-doutorado, bem como estágio em universidades e empresas. Em contrapartida, o governo visa atrair pesquisadores do exterior para atuar no Brasil ou desenvolver parcerias com pesquisadores locais ou até mesmo criar oportunidades para pesquisadores receberem treinamento especializado no exterior.

Há sete modalidades de bolsas no exterior ofertadas pelo programa: Graduação-sanduíche, educação profissional e tecnológica, doutorado-sanduíche, doutorado-pleno e pós-doutorado. Para os alunos estrangeiros são ofertados dois tipos de bolsas: pesquisadores visitantes estrangeiros e jovens talentos. Este estudo foca as bolsas da modalidade graduação sanduíche e educação profissional e tecnológica, áreas de atuação do IFPB.

²⁶ Informação disponível no portal <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/empresas>

As áreas tidas como prioritárias a serem contempladas pelo programa foram definidas através da Portaria Interministerial nº01/2013 (MEC/MCTI): engenharias e demais áreas tecnológicas; ciências exatas e da terra; biologia, ciências biomédicas e da saúde; computação e tecnologias da informação; tecnologia aeroespacial; fármacos; produção agrícola sustentável; petróleo, gás e carvão mineral; energias renováveis; tecnologia mineral; biotecnologia; nanotecnologia e novos materiais; tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; biodiversidade e bioprospecção; ciências do mar; indústria criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); novas tecnologias de engenharia construtiva; e formação de tecnólogos. A área de Ciências Humanas não é contemplada pelo CsF. De acordo com o seu decreto de criação, o programa deve conceder bolsas a áreas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. (BRASIL, 2011)

Para o estudante participar do programa é necessário ter obtido uma pontuação mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 600 pontos. Em caso de empate, é dada prioridade ao aluno que possui premiações em olimpíadas científicas no país ou exterior, bem como àqueles que já foram bolsistas de iniciação científica ou tecnológica do CNPq (PIBIC/PIBITI) ou PIBID da Capes.²⁷ A seleção dos alunos se dá através de dois editais: uma pré-seleção interna em cada IES e a submissão ao edital nacional. Os editais internos realizados em cada IES participante do programa visam escolher seus melhores alunos, baseados nos critérios e pré-requisitos do programa. Uma vez aprovados na seleção interna da IES, os alunos aguardam a homologação de seus nomes pela Capes ou CNPq. Um dos critérios de seleção é de que o aluno esteja regularmente matriculado em cursos de graduação ligados às áreas prioritárias, ter excelente desempenho acadêmico e ter exame de proficiência, caso seja exigido pela universidade estrangeira. Toda interlocução entre a IES e a Capes/CNPq se dá através do Coordenador Institucional do programa, cargo atribuído a um servidor de cada IES que fica responsável pelo mesmo em âmbito local.

São concedidos aos selecionados benefícios de bolsa mensal, auxílio instalação, auxílio material didático, passagens aéreas e seguro saúde. O estudante que participa do programa pode passar até 18 meses no país estrangeiro. No entanto, ao regressar, deve se comprometer a passar

²⁷ PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica que visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa.

PIBITI: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação que tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.

PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência que tem por objetivo o incentivo e a valorização do magistério e aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica.

pelo menos dois anos do Brasil, na tentativa, por parte do governo, de fazer com que ele contribua para a sua nação o que foi investido nele, através de sua estadia no exterior.

Conforme o Termo de Compromisso, o bolsista assume a responsabilidade de retornar ao Brasil no prazo de até 30 (trinta) dias após a conclusão dos estudos, conforme a data que consta no Termo assinado, e permanecer no país por um período, no mínimo, igual ou superior ao prazo de concessão da bolsa. (MANUAL DO BOLSISTA, p.24)

Assim, evita-se a “fuga de cérebros”, conforme se mencionou no capítulo I como uma das preocupações da Unesco, atestada na Declaração mundial sobre ensino superior para o século XXI ao tratar, em seu artigo 16, sobre a “perda de quadros” e o “ganho de talentos” científicos. Com a proposta de reformulação do programa, o governo está possibilitando a permanência do bolsista no exterior para atividades de desenvolvimento do Brasil, não tendo mais a obrigação de retornar ao país. Essa medida foi instituída a partir da Portaria da Capes, nº 176 de 17/10/2016.

Na visão de alguns autores, há uma certa dificuldade no Brasil de absorção destes profissionais ao retornarem do intercâmbio, então permanecer no exterior contribuindo de alguma forma para o desenvolvimento parece ser uma opção válida. Para Spears (2014, p.161):

O Brasil precisa encontrar uma maneira de absorver os talentos em sua economia nacional quando eles retornarem para o país. Bhandari e Blumenthal (2009) nos lembram de que as economias emergentes, como o Brasil, tradicionalmente têm sido os fornecedores de estudantes internacionais para os Estados Unidos, mas enfrentam a difícil tarefa de serem capazes de proporcionar empregos aos seus estudantes quando o intercâmbio termina.

Desta forma, nota-se que é preciso mais do que apenas investir nos seus estudos, mas também proporcionar oportunidades de emprego formal.

Um outro projeto criado para dar apoio ao programa Ciência sem Fronteiras, sobretudo no tocante ao preparo do estudante em línguas estrangeiras, foi o programa Inglês sem Fronteiras (IsF). O plano de ação foi instituído em dezembro de 2012. Posteriormente, o IsF passa a fazer parte de um programa de maior abrangência, o Idioma sem Fronteiras (Portaria Nº - 973, de 14 de novembro de 2014), com o objetivo de oferecer oportunidades de acesso a estudantes da IES públicas a programas de mobilidade internacional através de capacitação em língua estrangeira. Os cursos de inglês são ofertados através da plataforma “*My English Online (MEO)*”, cujo número de matrículas já ultrapassam um milhão, de acordo com dados do programa, coletados em outubro de 2016. O curso, além de ser *on-line* é gratuito para os universitários. Uma das exigências para participar de programas de mobilidade, como o Ciência

sem Fronteiras, é ter um diploma de proficiência na língua estrangeira. Para isso, o Programa Idioma sem Fronteiras possibilitou que diversas IES fossem credenciadas e ofertassem o TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*), além de cursos de línguas presenciais e a distância.

4.2 Caracterização do CsF em Nível Nacional e Local

Neste tópico serão apresentados alguns indicadores do Programa Ciência sem Fronteiras, tanto a nível nacional como local. As informações foram obtidas a partir da consulta aos dados disponibilizados pela plataforma *on-line* do Programa Ciência sem Fronteiras. Com base nisso, realizou-se a discussão de alguns desses indicadores para que posteriormente, ao apresentar o programa no âmbito do IFPB, seja feita a análise desta política pública em relação a sua eficiência e eficácia.

Os índices regionais do CsF mostram que os EUA foi o país que mais recebeu estudantes paraibanos, seguidos de Reino Unido e Canadá, três países de vanguarda em questão de desenvolvimento e cuja língua materna é o inglês, considerada a língua universal.

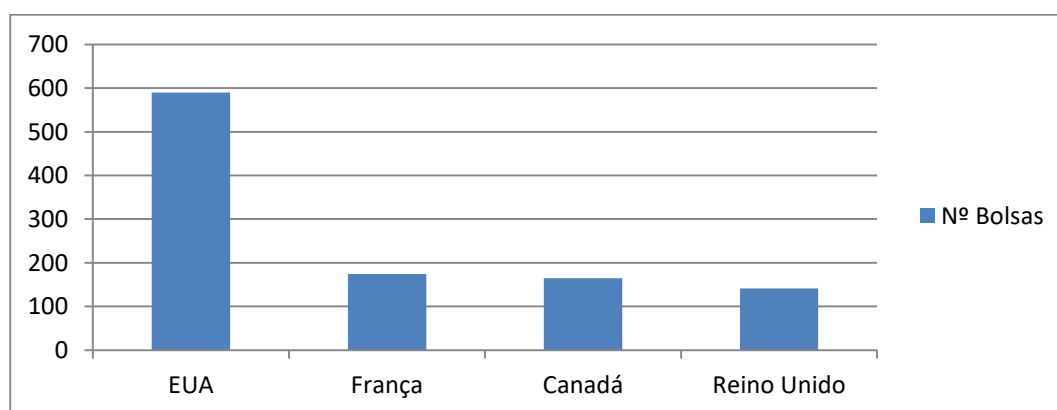


GRÁFICO 1: Os quatro países que mais recebera alunos do CsF na Paraíba de 2012 a 2015

FONTE: Painel de controle do CsF. Acesso em 04/10/2016

Destes quatro países, os Estados Unidos aparecem com 590 bolsas, seguidos da França com 174, Canadá com 165 e Reino Unido com 141. Comparando com o índice nacional, os EUA também surgem na frente com 27.821, seguido do Reino Unido por 10.740, Canadá 7.311 e França 7.279. Portanto estes quatro países aparecem como os que mais receberam alunos tanto em nível local como nacional.

Desta forma, a iniciativa de ofertar cursos de idiomas, sobretudo de inglês, por parte do Governo, vem responder a demanda para aumentar a participação de estudantes em programas de intercâmbio, sobretudo do Ciência sem Fronteiras, melhorando os índices de aprovação em países nativos de língua inglesa como os que aparecem no topo dos mais procurados.

No entanto, a dificuldade em dominar um idioma diferente da sua língua materna, fez com que muitos estudantes optassem por países de mesma língua ou de outros idiomas latinos, como é o caso de espanhol. Outros, não tinham opção, pois a escolha da universidade está ligada ao curso do aluno. A Espanha é o 7º país mais procurado e Portugal ocupa a 9ª colocação.

Por conta da dificuldade em relação à língua estrangeira, algumas exigências foram modificadas e a Capes e o CNPq passaram a aceitar estudantes cuja nota mínima no exame de proficiência não havia sido alcançada²⁸, permitindo ao aluno realizar um curso de idiomas no exterior, no período de três a seis meses de duração. Esse fato mostra uma clara adaptação do programa às demandas e características da sociedade.

De acordo com Martins (2015), com relação à predominância de bolsas nos EUA, pode-se interpretar que não foi por acaso. O país, em 2008, embora consolidado como produtor de tecnologia e inovação, atravessara uma das maiores crises dos últimos anos. A aproximação com a América Latina era uma oportunidade para os EUA de expandir sua economia. Já o Brasil, pouco afetado pela crise mundial da época, tinha o interesse de apropriar-se do alto conhecimento tecnológico e inovador dos EUA e firmar parcerias.

No tocante ao número de alunos atendidos, a Paraíba, com relação aos demais estados da região nordeste, no período compreendido entre os anos de 2012 a 2016, ocupa a 5ª colocação dentre os estados que mais enviou alunos (1.663). O primeiro lugar foi ocupado por Pernambuco (3.598), seguido de Ceará (3.112), Bahia (2.975) e Rio Grande do Norte (2.007), Paraíba (1.663), Maranhão (959), Sergipe (667), Alagoas (622) e Piauí (606), projetando a região Nordeste como a segunda que mais enviou alunos, perdendo apenas para o sudeste.

²⁸ Informação do menu “Perguntas Frequentes” do portal do Ciência sem Fronteiras. Disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=1a8975ea-fb36-4d1d-a755-a6d9a2495173&groupId=214072>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

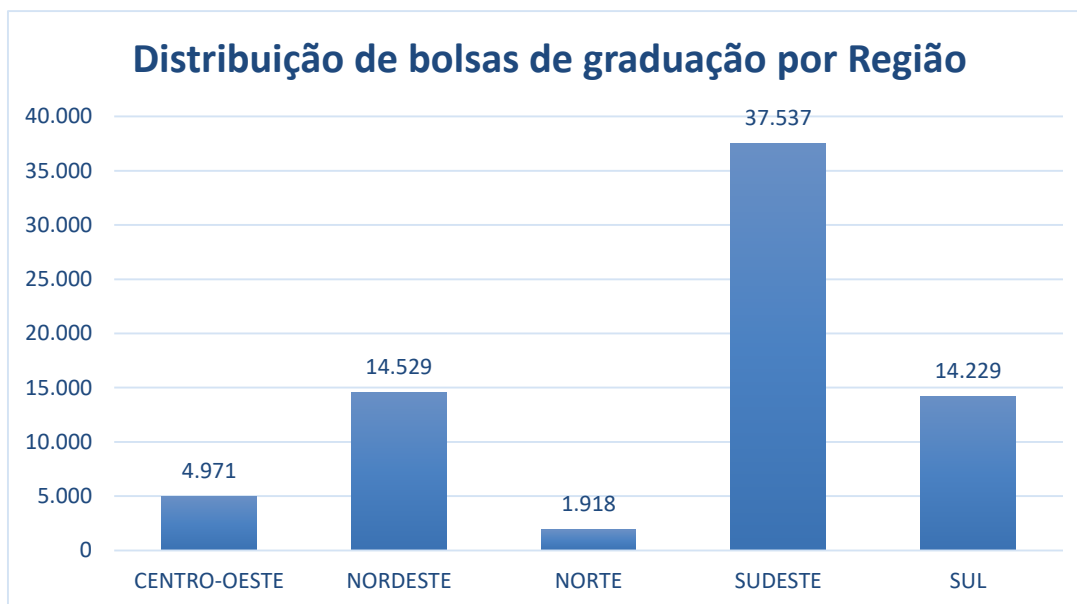


GRÁFICO 2: Evolução da distribuição de bolsas de graduação na Região Nordeste de 2012 a 2016

FONTE: Painel de controle do CsF em 04/10/2016.

Fazendo uma comparação entre os Institutos Federais do Nordeste, observa-se que o IFPB desponta como o terceiro IF que mais enviou alunos, empatado com o IFBA com 121 e ficando atrás do IFMA com 251, do IFCE com 199. O quadro abaixo mostra o número de alunos dos Institutos do Nordeste que participaram do CsF.

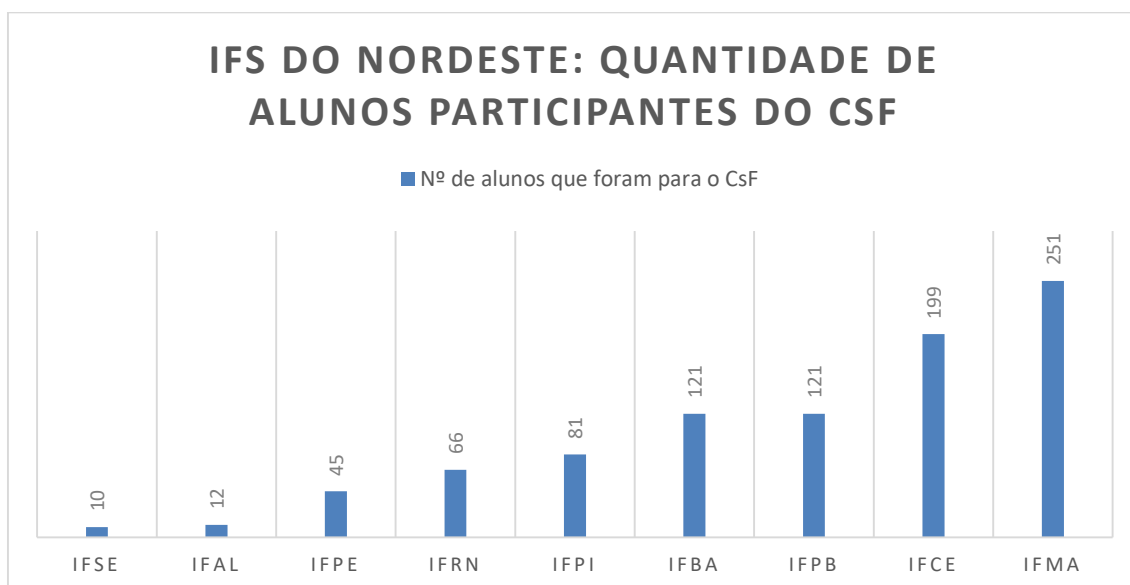


GRÁFICO 3: Quantidade de alunos enviados para o CsF nos Institutos Federais do Nordeste de 2012 a 2016.

FONTE: Painel de Controle do CsF. Acesso em 10/10/2016

Vale salientar que alguns Institutos Federais possuem ações de internacionalização efetivadas através de programas internos o que favorece na instituição a criação de toda uma cultura de estudos no exterior. Enquanto o IFPB ainda não criou nenhum programa, IFs como o do Maranhão se destaca na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por ter ações de internacionalização além do CsF, sobretudo para a África do Sul, através do Programa de intercâmbio cultural Abrace o Mundo, que beneficia alunos de baixa renda, matriculados em cursos técnicos. O IF do Ceará possui o programa de bolsas IFCE Internacional, que é um intercâmbio acadêmico voltado para alunos dos cursos superior que queiram cursar um semestre letivo do seu curso nos países conveniados.

Comparando com o número total de alunos matriculados em cada uma destas instituições, nota-se que o IFMA foi o instituto que tem o maior percentual (0,94%) de alunos enviados ao exterior, seguido pelo IFCE (0,77%), IFPB (0,49%) e IFBA (0,36%). Veja no quadro abaixo.

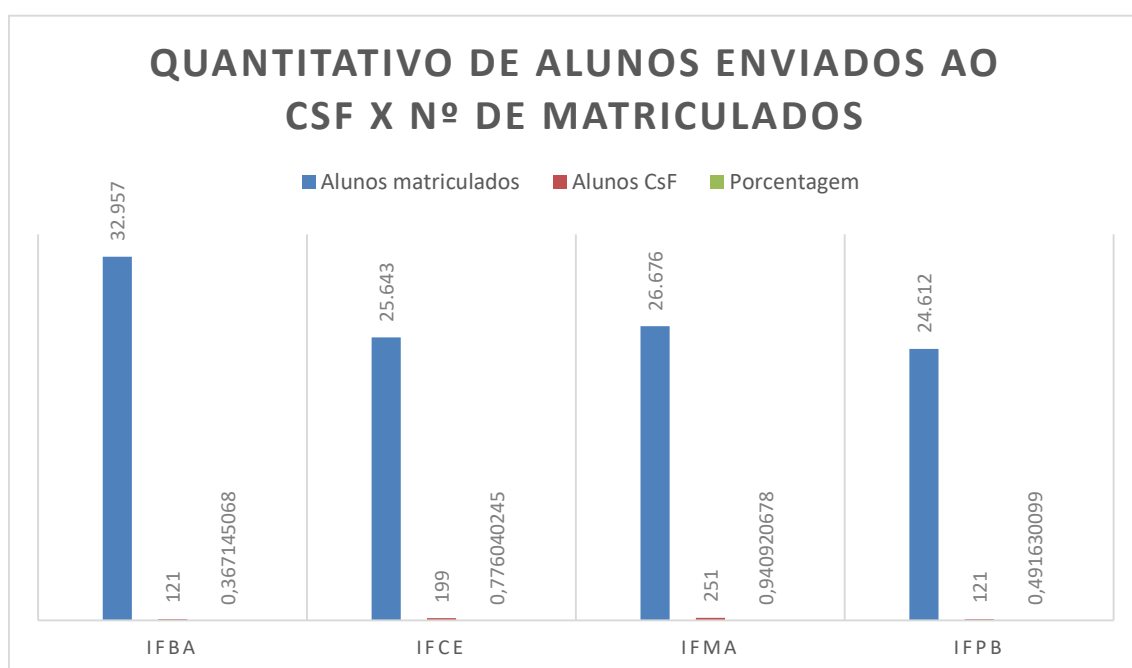


GRÁFICO 4: Comparativo dos quatro IFs do Nordeste que mais enviaram alunos para o CsF de 2012 a 2016 em proporção ao número de estudantes matriculados no ano de 2016.

FONTE: Painel de Controle do CsF, acesso em 10/10/2016; Relatórios Anuais de Gestão 2015 IFBA, IFCE, IFMA e IFPB.

Assim, de forma proporcional ao número de matriculados, o IFPB sai em terceiro lugar dentre os Institutos Federais do Nordeste que mais enviou alunos, o que simboliza um destaque na Rede Federal.

A proposta do governo com o CsF foi de enviar estudantes para as universidades e institutos de pesquisa de excelência e referência no ensino. De acordo com os dados do programa, a instituição que mais recebeu alunos brasileiros foi a norte-americana “*University of California System*”, seguida da “*California State University*” e “*State University of New York*”. Já no Reino Unido, que foi o segundo país que mais recebeu brasileiros bolsistas, as três universidades foram: “*University of Strathclyde*”, “*University of Liverpool*” e “*University of East London*”. Tomando como referência o ranking internacional *QS World University Rankings*²⁹, divulgado pela Capes, percebe-se que as 20 universidades mais bem conceituadas estão localizadas nos EUA, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia, Cingapura, Hong Kong, Austrália e China. No entanto, as três universidades que mais receberam alunos não aparecem entre as melhores nesse ranking. As três universidades do Reino Unido também não aparecem citada nesse ranking. Segue tabela divulgada em documento oficial da Capes.

TABELA 01: Relação das melhores universidades segundo o ranking *QS World*

Classificação	Nome	País
01	California Institute of Technology	United States
02	Massachusetts Institute of Technology	United States
03	Stanford University	United States
04	Princeton University	United States
05	University of California Berkeley	United States
05	Harvard University	United States
06	University of Cambridge	United Kingdom
07	Swiss Federal Institute of Technology Zurich	Switzerland
08	University of Oxford	United Kingdom
08	University of California, Los Angeles (UCLA)	United States
09	Imperial College London	United Kingdom
10	Georgia Institute of Technology	United States
11	Carnegie Mellon University	United States
12	Cornell University	United States
12	National University of Singapore (NUS)	Singapore
13	University of Toronto	Canada
14	University of Michigan	United States
15	University of Illinois - Urbana	United States

²⁹ QS World University Rankings (<[http://www.topuniversities.com/university-rankings/world-universityrankings/2013#sorting=rank+region="+country="+faculty="+stars=false+search="](http://www.topuniversities.com/university-rankings/world-universityrankings/2013#sorting=rank+region=)>

16	National University of Singapore	Singapore
16	Yale University	United States
17	Columbia University	United States
17	University of California Santa Barbara	United States
18	Northwestern University	United States
18	University of Texas at Austin	United States
18	Nanyang Technological University (NTU)	Singapore
19	University of Hong Kong	Hong Kong
19	University of Chicago	United States
19	The University of Melbourne	Australia
20	Tsinghua University	China
20	Hong Kong University of Science and Technology	Hong Kong

FONTE: Tabela disponível em documento da Capes, emitido em 2011, disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf

No entanto, ao levar em consideração outros rankings, como por exemplo o da revista norte-americana Forbes, a “*University of California System*” encontra-se situada na 40ª colocação, já a “*California State University*” ficou em 309º lugar e a “*State University of New York*” é referenciada como a 77ª melhor universidade neste ranking.

Embora não se saiba quais os critérios utilizados para a classificação dessas universidades, percebe-se que esse fato vai na contramão do que foi divulgado na proposta inicial do programa, que era de incluir estudantes nas melhores instituições de destino disponíveis.

Os estudantes e pesquisadores do Ciência sem Fronteiras terão o seu treinamento nas melhores instituições e grupos de pesquisa disponíveis, prioritariamente entre os mais **bem conceituados** para cada grande área do conhecimento de acordo com os **principais rankings internacionais** (CsF, 2014, grifo nosso).

Percebe-se, portanto, que os estudantes foram para países em que possuem universidades de excelência, mas nem todos foram destinados às melhores, o que significa que o programa teve que se moldar à realidade vigente.

Outra característica importante do CsF é que, tanto a nível nacional como a nível estadual, os estudantes selecionados são, em sua maior parte, oriundos das áreas de engenharias e demais áreas tecnológicas, o que reafirma o incentivo ao avanço e à inovação tecnológica, proposto no plano de ação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, apresentado no Capítulo 1 desta dissertação. Estas áreas representam também o foco da economia mundial e

são consideradas, pelo governo, como prioritárias para o desenvolvimento industrial em tecnológico do país. Abaixo, segue o gráfico onde ilustra estas 10 áreas prioritárias.

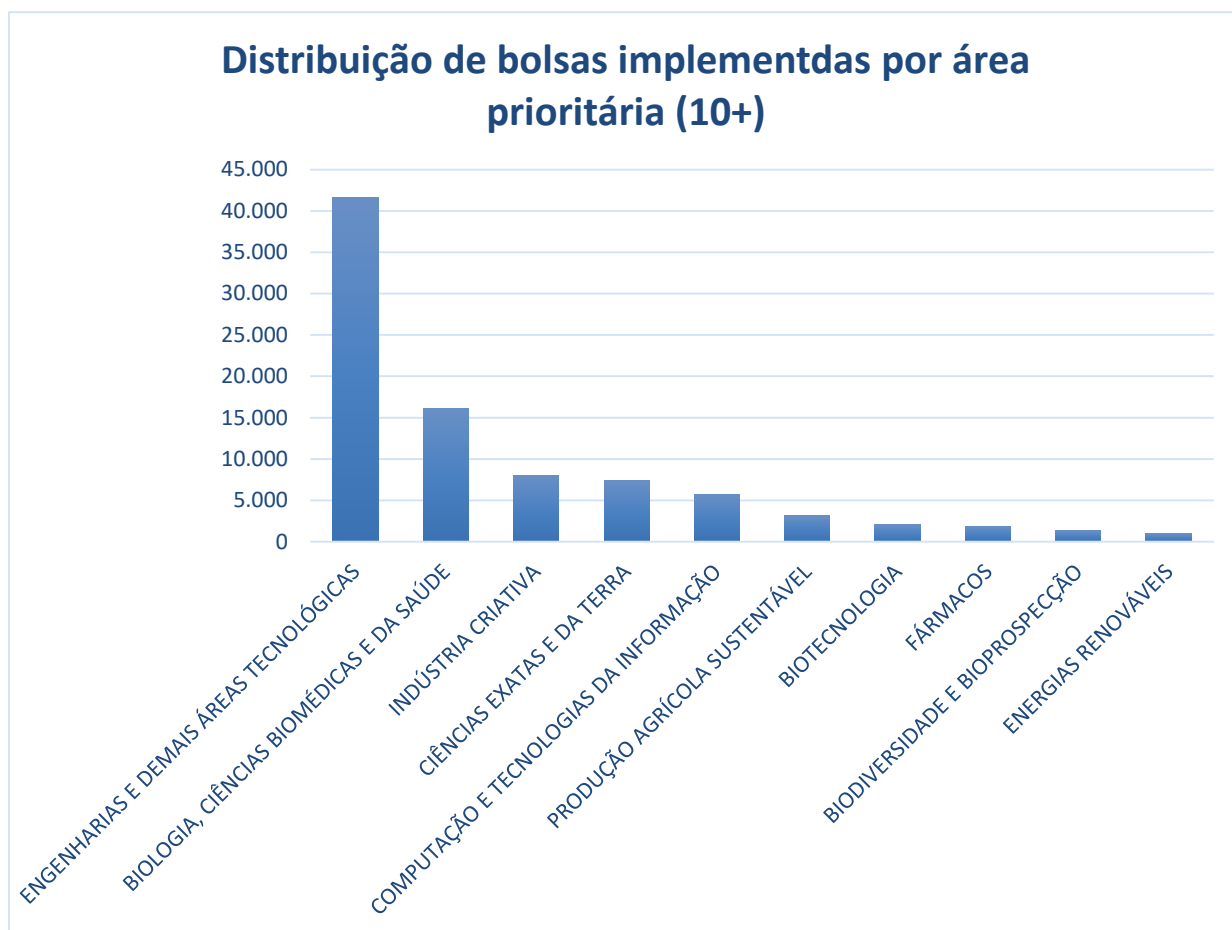


GRÁFICO 5: Distribuição de bolsas implementadas em dez áreas do conhecimento no período de 2012 a 2016.

FONTE: Painel de controle do CsF em 04/10/2016

A segunda área de destaque no gráfico é de cursos da área de saúde, como biologia e ciências biomédicas, totalizando 16.076 bolsas concedidas. A indústria criativa aparece em terceiro lugar com 8.061 bolsas. Essa área engloba alguns cursos como arquitetura, design, software, jogos de computadores, cinema, vídeo, fotografia, música, artes, televisão, conteúdos digitais, editoração e publicação eletrônica. Em seguida, Ciências exatas e da terra, com 7.361 bolsas; computação e tecnologias da informação com 5.694; produção agrícola sustentável com 3.197 e biotecnologia, fármacos, biodiversidade e energias renováveis com menos de 3 mil bolsas cada.

Abaixo mostra-se um gráfico com as áreas de destaque na Paraíba.

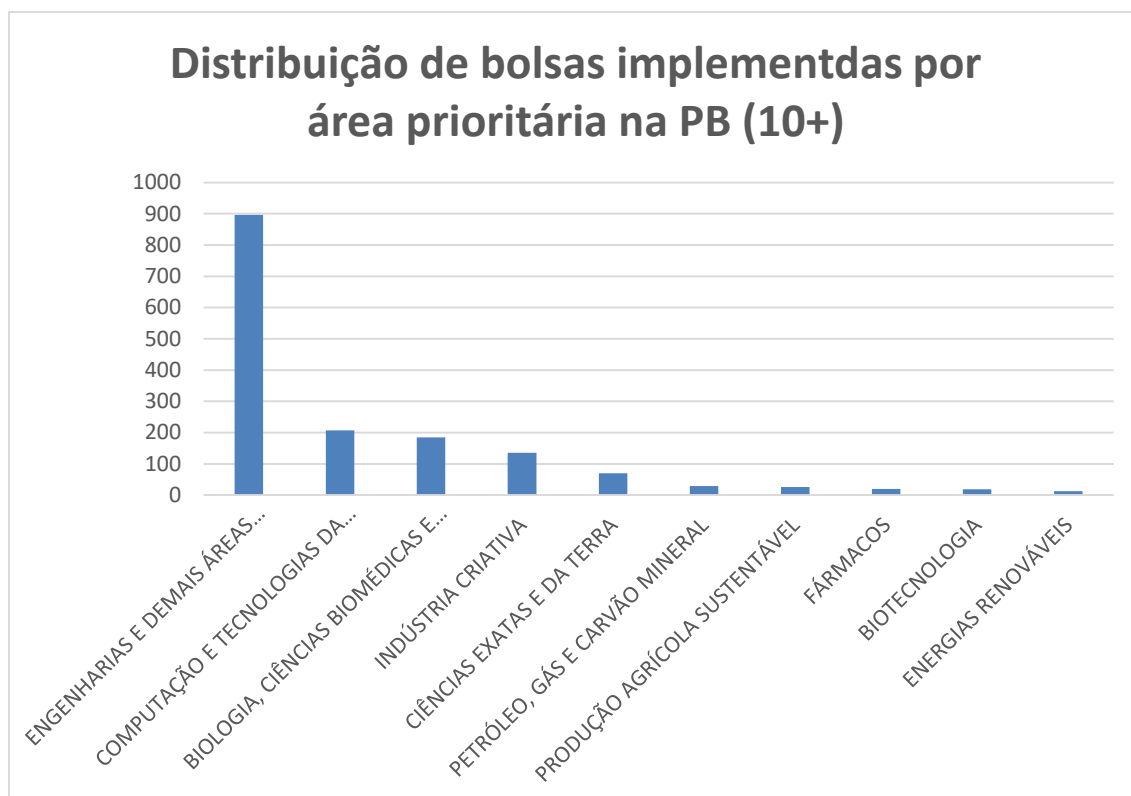


GRÁFICO 6: Distribuição de bolsas implementadas por área do conhecimento no Brasil e na PB entre 2012 e 2016

FONTE: Painel de controle do CsF em 04/10/2016

Na Paraíba, a área que mais se destacou na concessão de bolsas foi a de engenharia e demais áreas tecnológicas (896 bolsas), seguindo uma tendência nacional. Computação e tecnologias da informação, foi a segunda área de destaque, com 207 bolsas, corroborando com a vocação tecnológica da região. Já em nível nacional esta área está em quinto lugar na concessão de bolsas. Biologia e ciências biomédicas aparece em terceiro lugar com 185 bolsas; em seguida vem indústria criativa com 135, acompanhado por ciências exatas e da terra, petróleo, gás e carvão mineral, produção agrícola, fármacos, biotecnologia e energias renováveis com menos de 100 bolsas cada.

Outro indicador importante que merece ser observado neste capítulo é com relação a predominância do gênero masculino no programa. 51.787 bolsistas são do sexo masculino, o que corresponde a 56%, enquanto 40.488 são do sexo feminino, o correspondente a 43%. Na Paraíba, 1.036 (62%) bolsas foram destinadas aos homens e 618 (37%) bolsas para as mulheres. No entanto, quando analisados por área do conhecimento, o gênero feminino prevalece na área de Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde, com 10.009 (62%) bolsas concedidas para as mulheres, enquanto para os homens foram 5.957 (37%), totalizando 15.966. Na área das

Engenharias, que engloba o maior número de bolsas, 27.500 foram para os homens, enquanto 14.002 foram para as mulheres, totalizando 41.502.

Mesmo sendo as mulheres a maioria da população brasileira, segundo o IBGE³⁰, e a maioria das matrículas do ensino superior são também de mulheres, de acordo com dados do Censo da Educação Superior³¹, percebe-se que o intercâmbio acadêmico da graduação ainda é dominado pelos homens. Provavelmente por conta da área de atuação que é a das ciências exatas, área cuja maioria dos matriculados são do sexo masculino. No Censo da Educação Superior encontra-se descrita relação entre os cursos e o gênero dos alunos matriculados.

Os cursos mais procurados pelo sexo masculino são aqueles das áreas de “Engenharia, Produção e Construção” e “Ciências, Matemática e Computação”, o que pode ser visualizado pelos elevados percentuais de matrículas alcançados, sendo que nas IES públicas, essas áreas representam 66,4% e 65,2% das matrículas, respectivamente, e nas IES privadas, 71,5% (“Ciências, Matemáticas e Computação”) e 69,4% (“Engenharia, Produção e Construção”). (INEP, Censo da Educação Superior – Resumo Técnico, 2013)

Além de Instituições de Ensino Superior públicas, as Instituições privadas também tiveram a oportunidade de enviar através do CsF seus alunos para o exterior, porém em menor escala. Em São Paulo, o Estado que mais enviou alunos, a universidade privada que se destacou foi a Presbiteriana Mackenzie com 562 alunos enviados, o que representa 2,92% do total de alunos enviados no estado de São Paulo (Total 19.232). Já na Paraíba, o Centro Universitário de João Pessoa, foi a instituição privada que mais enviou alunos, totalizando 11 estudantes, representando 0,66% do total de estudantes de IES paraibanas enviados (Total 1.663). Dessa forma o programa se mostra amplo, uma vez que, todos os estudantes, sejam de IES públicas ou privadas, podem participar, desde que sua instituição tenha assinado o termo de adesão com o governo e que preencham os pré-requisitos para se candidatarem.

A seguir, será abordado de forma detalhada o programa em âmbito institucional, no IFPB, desde sua implementação em 2012, quando os primeiros alunos foram enviados para o exterior, até o ano de 2016.

4.3 O Programa Ciência Sem Fronteiras no IFPB

³⁰ <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4707>

³¹ Dados de 2013, obtidos a partir do resumo técnico do Censo da Educação Superior, disponível em http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) aderiu ao Programa Ciência sem Fronteiras no ano de 2011, sendo este o principal programa de internacionalização em vigor na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No ano seguinte, em 2012, foram enviados os primeiros alunos para o exterior, totalizando 10 discentes. Já no ano seguinte, em 2013, foram 78 selecionados, e em 2014, 23 estudantes. Em 2015, 13 estudantes foram para o exterior e retornaram entre o final do ano de 2016 e início de 2017.

Todos os processos de seleção dos estudantes se deram por meio de editais internos, realizados previamente, e posteriormente a inscrição no portal do CsF. Os editais internos tinham o intuito de selecionar os candidatos que preenchessem os requisitos básicos de inscrição, como também níveis de excelência acadêmica. Foi necessário também que os alunos realizassem um teste de proficiência de língua estrangeira. A partir do ano de 2013, este teste passou a ser ofertado de forma gratuita através de uma parceria com o Programa Idioma sem Fronteira, o que possibilitou um aumento no número de participantes do CsF.

Nos dois anos iniciais do Programa Ciência sem Fronteiras (2012 a 2014), estudantes de 06 campi do IFPB foram selecionados. Nesse período o IFPB possuía 10 campi. A tabela abaixo mostra a quantidade de alunos selecionados nestes 06 campi.

TABELA 02: Relação de alunos por campi participantes da primeira etapa do Programa Ciência sem Fronteiras de 2012 a 2014.

Campi	Número de Alunos
Cabedelo	5
Cajazeiras	7
Campina Grande	14
João Pessoa	80
Monteiro	1
Sousa	4
Total	111

FONTE: Organizado pela autora em outubro de 2016 com base no Relatório CsF IFPB 2014

Na segunda etapa do Programa, 83 alunos se inscreveram no edital interno, 72 atenderam aos pré-requisitos deste edital de seleção interna do IFPB. Com o orçamento limitado Capes e CNPq indeferiram 57 e habilitaram apenas 15 para conceder a bolsa de estudos. Deste total 02 desistiram e apenas 13 viajaram.

TABELA 03: Relação dos alunos por campi na segunda etapa do Programa Ciência sem Fronteiras de 2015 a 2016

Campi	Número de Alunos
Cabedelo	01
João Pessoa	11
Monteiro	01
TOTAL	13

FONTE: Organizado pela autora em outubro de 2016 com base no Relatório CsF IFPB 2015.

Ao total, apenas 04 campi consolidados do IFPB não enviaram alunos para o exterior através do Ciência sem Fronteiras: Guarabira (campus recém-implantado), Picuí, Princesa Isabel e Patos. O Campus João Pessoa, o mais antigo da instituição e com o maior número de cursos e de alunos saiu na frente com o envio de 91 alunos, seguido por Campina Grande, região conhecida por ser referência em tecnologia, que enviou 14 alunos, estando na frente de outros campi mais antigos como Sousa, com 4 alunos e Cajazeiras com 7.

As cidades paraibanas com alunos do IFPB contemplados pelo programa CsF, preenchem as quatro mesorregiões do Estado: Mata Paraibana (alunos de João Pessoa e Cabedelo), Agreste (Campina Grande), Borborema (Monteiro) e Sertão (Sousa e Cajazeiras), conforme mostra o mapa abaixo.

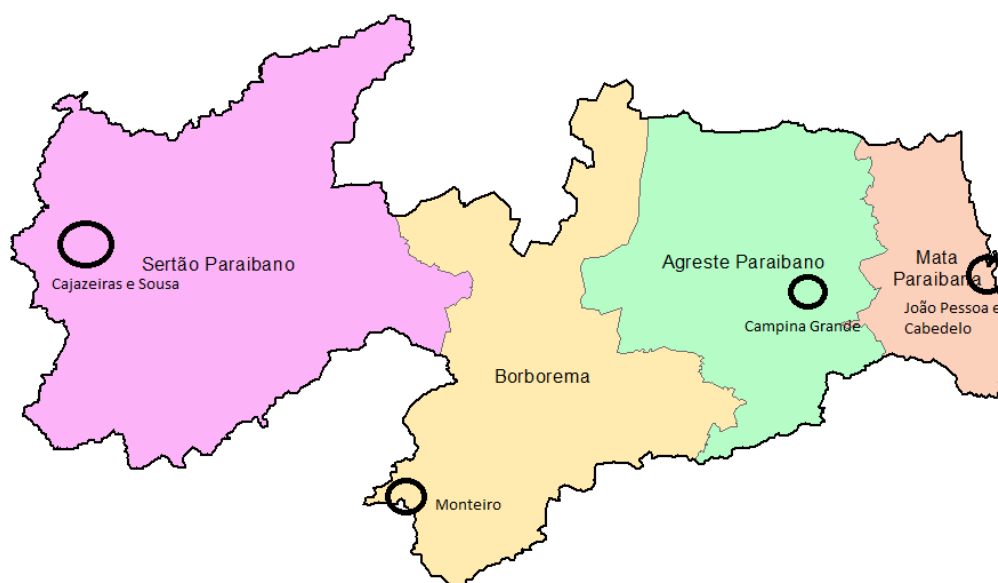


FIGURA 02: Mapa das mesorregiões da Paraíba e os campi do IFPB com alunos contemplados pelo CsF.

FONTE: Organizado pela autora em outubro de 2016 com base no Relatório CsF IFPB 2014 e 2015.

O Programa, ao contemplar alunos oriundos destas quatro regiões geoeconômicas do Estado, quebra com o paradigma de que apenas as cidades do litoral e da capital, por sua vez mais ricas e desenvolvidas, são capazes de oferecer alunos em condições de participar de programas internacionais e obter sucesso educacional, formando um profissional mais bem preparado para atuar dentro ou fora da região.

Dos 80 alunos do Campus João Pessoa, 50 são oriundos do curso de Engenharia Elétrica, que desponta como o curso que mais enviou alunos para o Programa. O Bacharelado em Engenharia Elétrica é um curso criado em 2006 e reconhecido pelo MEC em 2011, conquistando o conceito 4, sendo ofertado apenas pelo Campus na capital. O segundo curso que mais enviou alunos foi o de Tecnologia em Construção de Edifícios, ofertado em João Pessoa, Campina Grande e Monteiro. O terceiro foi o curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, também ofertado pelo Campus João Pessoa. O gráfico abaixo representa quantidade de alunos participantes do programa por curso de origem.

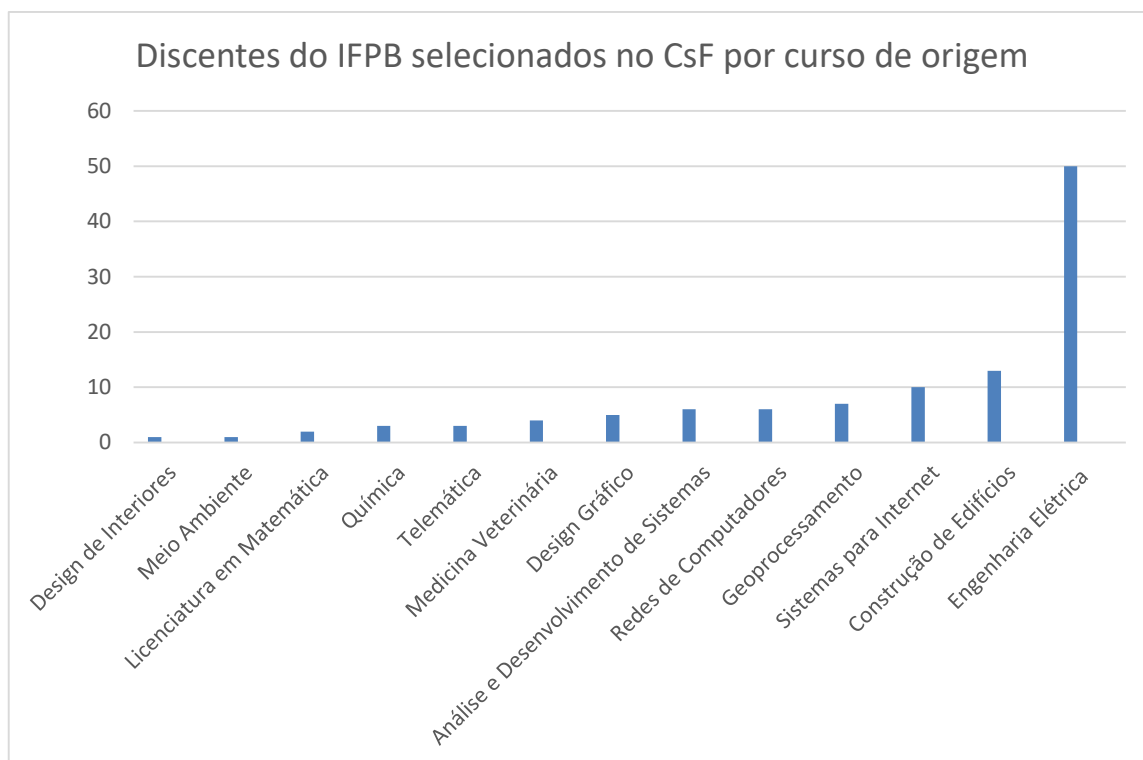


GRÁFICO 7: Discentes do IFPB selecionados no CsF por curso de origem.

FONTE: Organizado pela autora em outubro de 2016 com base no Relatório CsF IFPB 2014 e 2015

Ao todo 13 cursos tiveram alunos selecionados para participar do CsF. O IFPB oferta um total de 24 cursos superiores, sendo 22 de áreas contempladas pelo programa.

Outro dado que merece destaque ao caracterizar o CsF no IFPB é com relação aos países de destino dos alunos. Os EUA foi o país que mais recebeu estudantes oriundos do IFPB, conforme mostra o gráfico abaixo

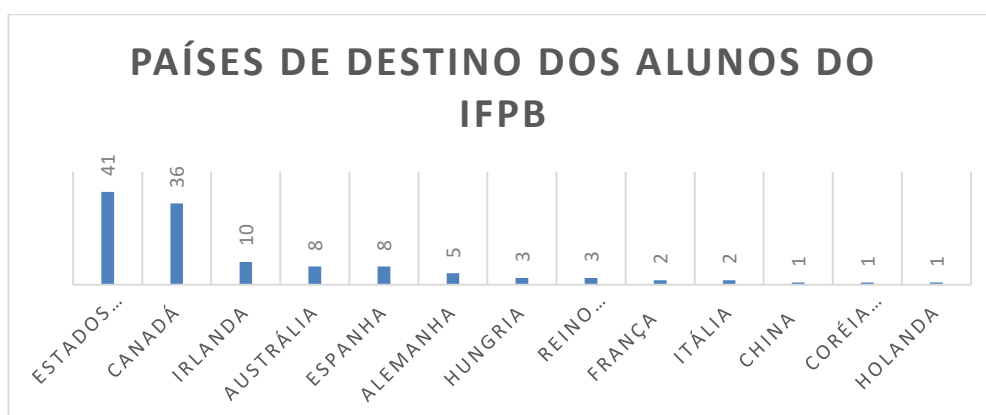


GRÁFICO 8: Países de destino dos alunos do IFPB

FONTE: Organizado pela autora em outubro de 2016 com base no Relatório CsF IFPB 2014 e

Essa característica também está presente ao comparar com o total de alunos enviados por todo o Brasil. Logo, não só na Paraíba, como em todo país, prevalece os EUA como o país que mais recebe alunos. O IFPB, em particular, já possuiu programa de cooperação acadêmica com a Universidade do Estado de Oklahoma, com o objetivo de consolidar a pesquisa e a visibilidade internacional, mas por enquanto não há um plano de trabalho fixo em andamento, apenas ações pontuais. O Canadá aparece como o segundo destino dos estudantes. Vale salientar que o IFPB também tem convênio de cooperação com os “*Colleges*” Canadenses, o que facilitou o envio destes estudantes, sobretudo nos primeiros editais.

O fato corrobora com os objetivos do CsF que é o de proporcionar o envio de estudantes e pesquisadores para instituições de excelência no exterior, uma vez que os EUA é conhecido por sua referência em tecnologia.

Ao longo dos três anos em que o IFPB enviou alunos para o exterior, observa-se, no início, uma evolução com o crescimento do número de países de destino dos estudantes, bem como, no último ano, o seu decréscimo.

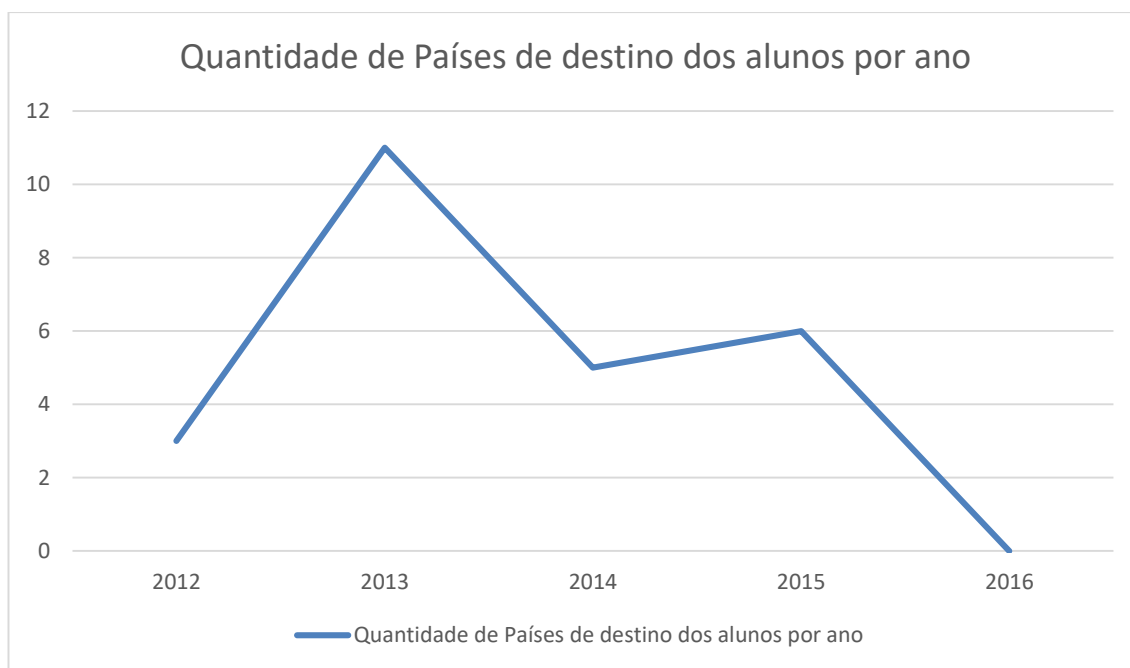


GRÁFICO 9: Quantidade de países que receberam alunos do IFPB por ano

FONTE: Organizado pela autora em outubro de 2016 com base no Relatório CsF IFPB 2014 e 2015

Observa-se que no ano inicial do programa (2012), os 10 alunos do IFPB foram encaminhados para apenas 3 países: Canadá (04 alunos), Espanha (05 alunos) e Estados Unidos

(01 aluno). Já no ano de 2013, com o programa mais conhecido no exterior, a oferta aumentou e saltou para 11 o número de países de destino dos alunos. Nesse ano, 78 alunos foram enviados. Em 2014, 05 países receberam 23 estudantes do IFPB. Em 2015, o número de países aumentou para 06, porém o número de alunos atendidos caiu para 13. A seguir, será mostrado o número de alunos enviados por ano.

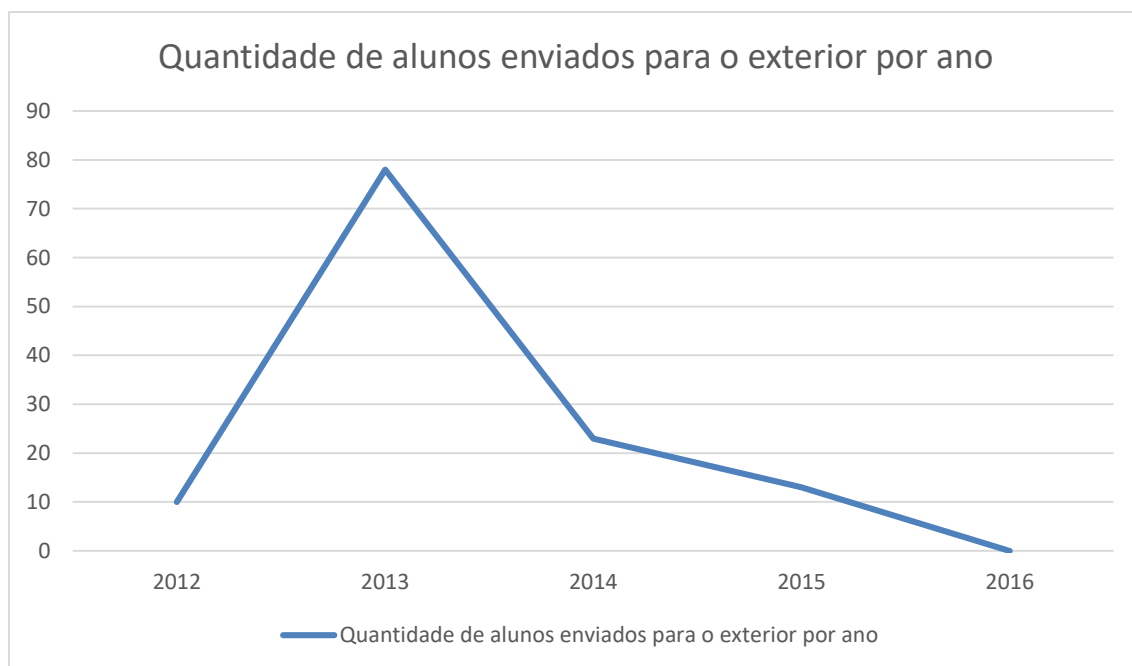


GRÁFICO 10: Quantidade de alunos do IFPB enviados ao exterior por ano

FONTE: Organizado pela autora em outubro de 2016 com base no Relatório CsF IFPB 2014 e 2015

Observa-se que o auge do programa se deu em 2013. Um dos fatores que possibilitaram o aumento de alunos selecionados e consequentemente enviados para o exterior foi a oferta gratuita do teste de proficiência *TOEFL* por parte da instituição em três campi: João Pessoa, Campina Grande e Sousa, dando oportunidade a alunos de todo o Estado. Após o seu auge em 2013, houve o decréscimo, até chegar em 2016 onde não foram ofertadas seleções.

A seguir será mostrado os resultados do questionário e entrevistas aplicados aos alunos e gestores. A partir dessa análise responde-se aos objetivos da pesquisa, no que tange a: **traçar um perfil dos estudantes do IFPB participantes do programa, apontar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos no exterior e analisar a importância do programa para a formação profissional e tecnológica dos estudantes do IFPB**. Conforme descreveu-se na metodologia, os questionários foram enviados e respondidos de forma *on-line* para os alunos do IFPB que participaram do CsF. Em seguida, de posse dos resultados, selecionou-se

cinco alunos e aplicou-se uma entrevista. Foram feitas entrevistas também aos gestores locais do programa, chamados de Coordenadores Institucionais, que exerceram o cargo no período compreendido entre os anos de 2012 a 2016.

4.3.1 O Ciência Sem Fronteiras sob o olhar dos Alunos do IFPB

Neste tópico será mostrado o Programa Ciência sem Fronteiras sob o olhar do estudante participante, identificando seu perfil e suas principais dificuldades. Para isso, enviou-se, através de *e-mail*, um questionário, que ficou disponível na plataforma *Google Docs*, durante dois meses, para os 121 alunos da graduação participantes do programa pelo IFPB. Responderam ao questionário um total de 40 participantes, representando uma taxa de resposta de 33,05%. Deste total, selecionou-se 05 alunos, contemplando os que residem tanto na capital, onde concentra-se o maior número de estudantes egressos do CsF, como os do interior. A este grupo aplicou-se uma entrevista que possibilitou o aprofundamento de alguns pontos do questionário. Neste tópico serão apresentados os resultados do questionário intercalando-se com o discurso dos alunos nas perguntas efetuadas por meio da entrevista, que possibilitaram ilustrar, esclarecer e ressaltar os pontos discutidos no questionário, elucidando alguns paradigmas e pontos controversos e polêmicos do programa.

Abaixo será apresentado o perfil socioeconômico destes alunos participantes do questionário.

Idade

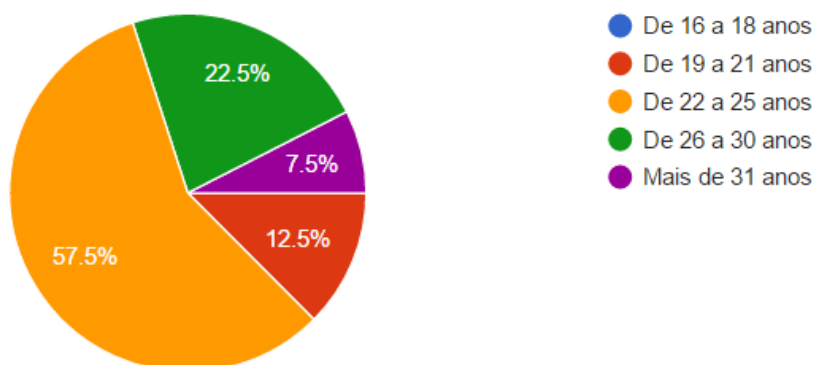


GRÁFICO 11: Faixa etária dos alunos do CsF/IFPB pesquisados

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Mais da metade dos estudantes está na faixa situada entre 22 a 25 anos. Observa-se que para se inscrever no CsF, o aluno deveria ter cursado entre 20% e 90% do currículo previsto do seu curso de graduação (o período de integralização do curso deveria ser de 20% a 90%). Então, nem poderiam ser recém-ingressantes, nem concluintes. Assim, se levar em consideração a idade regular em que o aluno ingressa o ensino superior, a faixa etária de 22 a 25 anos é condizente com esse dado.

Cor ou Raça

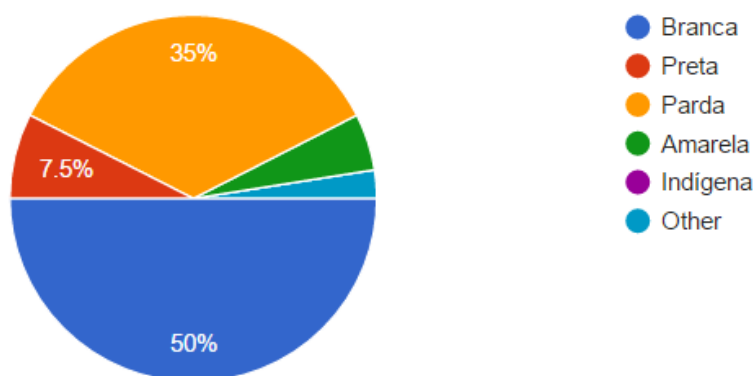


GRÁFICO 12: Cor ou raça dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados.

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

No tocante a raça ou cor, observa-se a predominância da cor branca e parda (50% e 35%, respectivamente). 7,5% autodeclarou-se negro, 5% amarela e 2,6% não identificou sua raça.

Escolarização

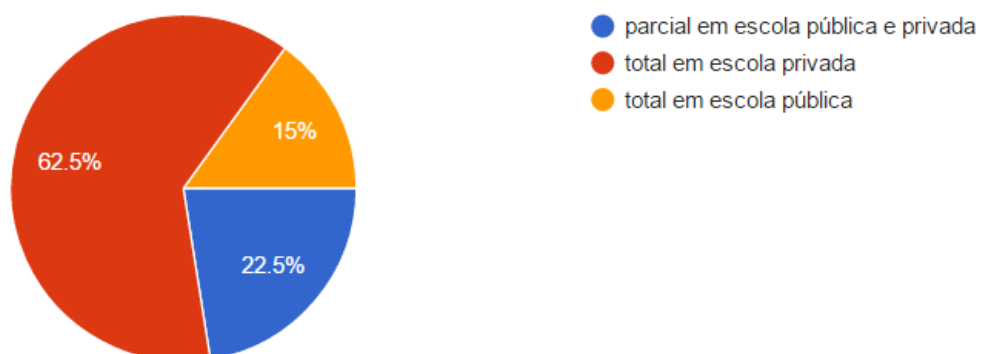


GRÁFICO 13: Escolarização dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Os dados sobre escolarização apontam que a maioria (62,5%) dos estudantes pesquisados realizaram as séries da educação básica em escolas privadas. Apenas uma parcela de 15 % realizou totalmente em escola pública e 22,5% de forma mista, ou seja, algumas séries em escolas públicas e algumas em escolas privadas.

Sexo

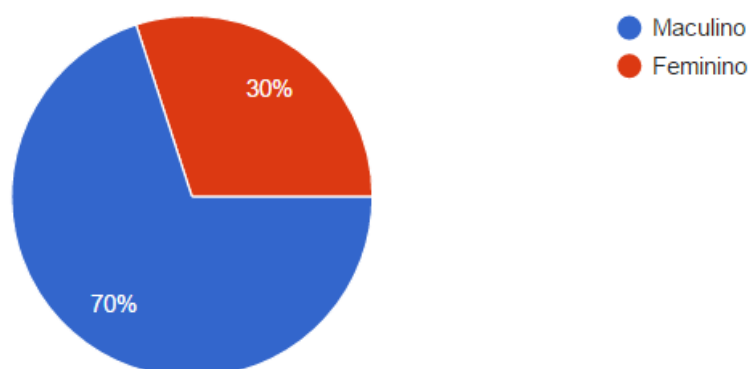


GRÁFICO 14: Sexo dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

A predominância dos alunos participantes do CsF é masculina (70%). As mulheres compreendem um percentual de 30%. Essa característica é observada também nos dados nacionais e regionais do programa, abordados anteriormente, onde notou-se uma maioria (56%) de homens a nível nacional e 62% a nível de Paraíba. Culturalmente os cursos da área tecnológica são mais procurados por homens.

Cotistas

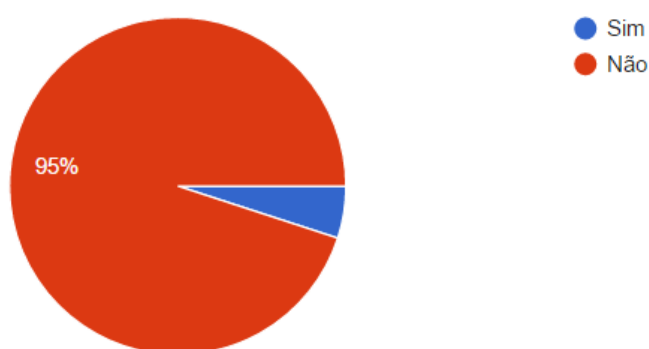


GRÁFICO 15: Porcentagem dos estudantes cotistas e não cotistas participantes da pesquisa

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Apenas 02 dos alunos pesquisados ingressaram no IFPB através do sistema de cotas voltados para os que estudaram em escolas públicas, o que compreende um percentual de 5%. O restante, 95% foram oriundos de seleção através da ampla concorrência. Esse dado faz sentido quando observamos que a maioria dos alunos pesquisados são oriundos do sistema de ensino particular. É importante lembrar que metade das vagas ofertadas pelos Institutos Federais são voltadas para as cotas sociais, ou seja, para alunos que estudaram em escolas públicas. Mesmo assim, dentre os estudantes pesquisados, o programa atingiu mais aos alunos não cotistas.

Renda familiar

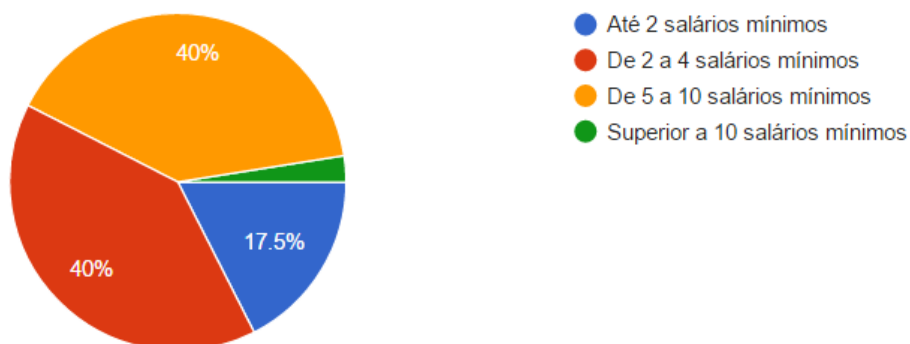


GRÁFICO 16: Renda dos estudantes do CsF/IFPB pesquisados.

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

No aspecto da renda familiar percebe-se uma igualdade entre os que recebem na faixa de 2 a 4 salários mínimos (40%) e de 5 a 10 salários mínimos (40%). Enquanto a renda de 17,5% é igual ou inferior a 2 salários mínimos e 2,5% superior a 10 salários. Esse dado mostra um equilíbrio entre os que recebem na faixa de 02 até 10 salários mínimos, mas mostra que o programa conseguiu beneficiar também do estudante mais desprovido (menos de 02 salários) ao mais rico (mais de 10 salários).

Naturalidade

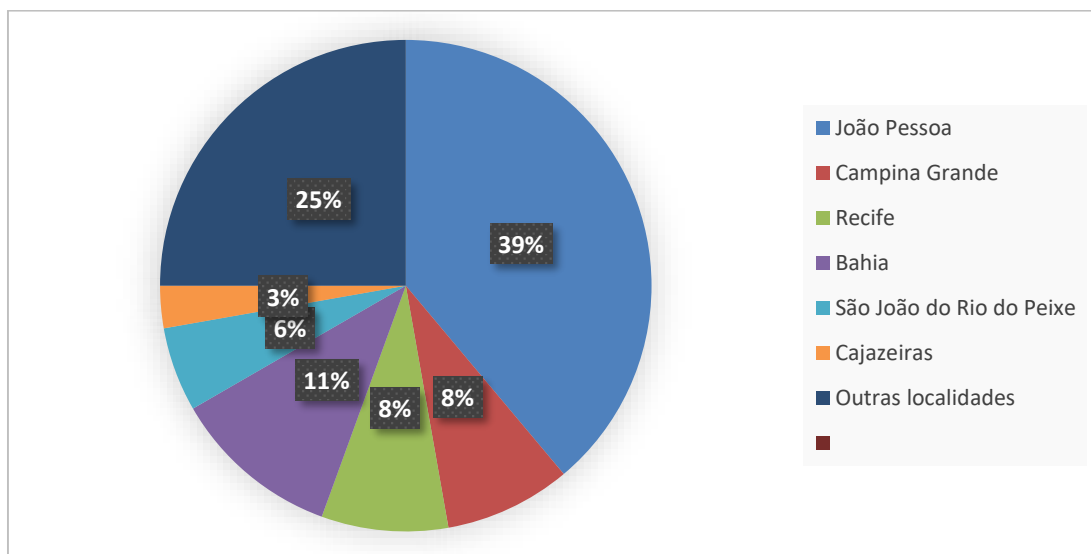


GRÁFICO 17: Naturalidade dos estudantes pesquisados

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Maior parte dos alunos que responderam ao questionário são naturais da capital paraibana (39%). O dado faz sentido quando retomamos que os cursos do IFPB que mais enviaram alunos são os do Campus João Pessoa. No entanto há alunos naturais de outros estados como Bahia (11%), Pernambuco (Recife) (8%) e ainda estudantes naturais de cidades do sertão como São João do Rio do Peixe (6%), Cajazeiras (3%). Outros, em menor escala, são oriundos de cidades como Esperança – PB, Maceió, Caruaru, São Paulo, Macapá, Caicó e Serra Talhada. A partir desse gráfico observa-se um dado interessante em que, embora em pequena escala, há a presença, no IFPB, de estudantes de outros estados, uma tendência que provavelmente se acentuou após a adoção de sistemas de seleções como o Enem/Sisu, em que o aluno faz a prova na sua cidade, mas pode concorrer a uma instituição em qualquer lugar do país.

Portanto, de acordo com os dados socioeconômicos dos alunos respondentes, podemos traçar um perfil desse grupo: 57,5% são jovens de idade entre 22 a 25 anos; maioria autodeclarada branca (50%); a escolarização de 62,5% dos alunos pesquisados foi realizada totalmente em escolas privadas; 70% são do sexo masculino; 95% não ingressaram no IFPB pelo sistema de cotas, apenas 5%, ou seja, 02 alunos do CsF eram cotistas; a renda familiar apresenta-se dividida: 40% dos estudantes declaram a renda familiar de 5 a 10 salários mínimos, outros 40% declaram a renda familiar entre 02 a 04 salários mínimos, ou seja, 80% dos alunos atingidos pelo programa recebem entre 02 a 10 salários mínimos. O restante, 17,5% têm renda inferior ou igual a 02 salários mínimos e 2,5% superior a 10 salários; e, por fim, 39% são naturais da capital do Estado, João Pessoa.

Assim, levando em consideração que o IFPB possui cerca de 80% dos seus alunos com renda familiar per capita inferior ou igual a 1,5 salário mínimo³², temos que os 20% restante são os que conseguiram sucesso para alcançar programas como o Ciência sem Fronteiras. A pesquisa mostra que grande parte dos alunos que participaram do programa tiveram sua formação escolar básica no ensino privado, o que configura talvez o déficit da educação básica pública comparado com a privada, proveniente da falta de incentivo por parte do governo, sobretudo no tocante ao acesso à segunda língua. No entanto, esse fato não anula a possibilidade de estudantes mais pobres e cotistas ingressarem no Programa, levando em consideração o número de egressos do CsF com baixa renda no IFPB (57,5% com renda familiar até 4 salários

³² Dados do Relatório Anual de Gestão 2015

mínimos). Ou seja, muitos estudantes considerados pobres, conseguiram ingressar no Programa.

Deve-se considerar também que o estudante que não teve uma formação sólida no ensino básico possui mais dificuldades no ensino superior, o que descarta a possibilidade de ser selecionado para um intercâmbio no exterior. Remete-se aqui a fala da primeira gestora do programa no IFPB, em que ela admite que presenciou alunos de outras instituições sendo selecionados com baixo Coeficiente de Rendimento Escolar, em torno de 5, e que no IFPB a seleção era mais rigorosa.

[...] Para estes alunos, ficava difícil acompanhar. O que aconteceu é que muitos destes não conseguiam pagar nenhuma disciplina no exterior. Voltava sem fazer nenhuma disciplina porque não tinha como acompanhar. No nosso primeiro edital colocamos uma nota de CRE um pouco elevada, pelo menos um 7 ou 7,5, tinha que ser um aluno bom. (GESTORA 1)

Os estudantes além de preencher ao pré-requisito de ter obtido mais de 600 pontos no Enem, precisava apresentar um coeficiente escolar mínimo exigido nos editais internos de seleção de cada IES. Essas exigências tentaram minimizar a ida do estudante despreparado para o exterior, fazendo com que fugisse ao objetivo do programa que era o de oferecer uma aprendizagem de excelência.

Outro fator a considerar é de que, para incentivar os alunos e aumentar a taxa de participantes em programas de mobilidade internacional, se faz necessária uma política mais sólida de aprendizado de línguas estrangeiras. Talvez esse seja o aspecto mais importante e primordial para a internacionalização.

Ambas as gestoras entrevistadas evidenciaram em suas falas essa necessidade. O resultado é que em 2014, a gestora 01 deixou encaminhado o processo de institucionalização de um Núcleo de Aprendizado de Idiomas (NAI) para aprovação no Conselho Superior do IFPB que até o fim desta pesquisa ainda não havia sido aprovado. Esse aspecto será aprofundado em tópico posterior.

O questionário abordou ainda pontos voltados para a estadia do estudante no exterior e mercado de trabalho, para aqueles que já se formaram. Ao apresentar estas respostas, serão intercaladas algumas falas dos alunos coletadas durante a entrevista como forma de ilustrar e aprofundar as questões abordadas. Para garantir o anonimato do aluno, será referenciado apenas as iniciais do seu nome e sobrenome.

A primeira pergunta foi com relação ao nível de conhecimento do idioma estrangeiro antes de viajar. Um percentual de 40% afirmou ter nível intermediário; 37,5% nível básico e

12,5% declarou falar fluentemente. No entanto, o que mais chama atenção é que 10% informou que não possuía nenhum conhecimento no idioma do país no qual estudou.

Nível de conhecimento do idioma

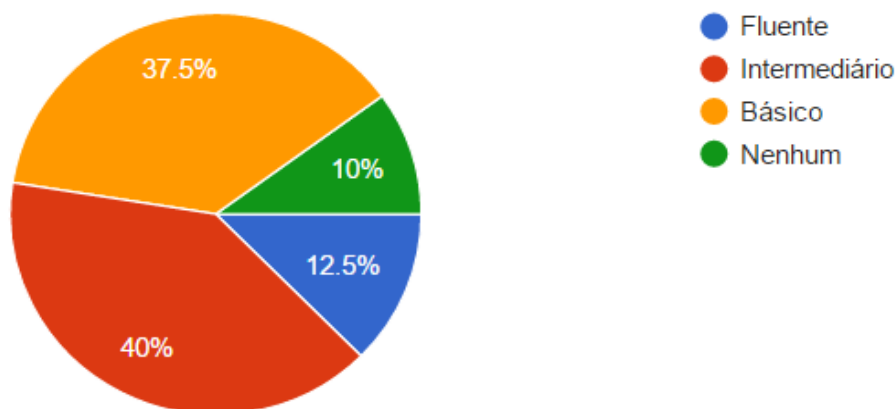


GRÁFICO 18: Nível de conhecimento do idioma estrangeiro antes da viagem por parte dos alunos participantes

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

O fato de não falar fluentemente o idioma ou sequer ter tido noções básicas foi um dos aspectos que fez com que um dos estudantes entrevistados sentisse dificuldade em se “entrosar com a turma”:

As dificuldades iniciais foram de comunicação. Por nunca haver falado inglês antes, muito menos com nativos da língua, se tornou inevitável formar “grupinhos” de brasileiros, pois ali todos poderiam se ajudar. Essa dificuldade foi contornada com as aulas de língua inglesa ofertadas pelo programa *American Semester*, o qual nivelou os alunos no curso de ESL (*English as Second Language*). (ESTUDANTE JA)

O estudante KG, embora já tivesse um certo nível de fluência na língua, também mencionou o aspecto da comunicação como uma de suas maiores dificuldades, o que é natural para alunos que nunca se comunicaram com nativos antes. “No primeiro momento, não consegui me sintonizar no ritmo que os nativos falavam, então até por isso me retraí no começo, mas depois de algum tempo me acostumei e consegui acompanhar uma conversação sem maiores problemas. ” (ESTUDANTE KG)

Já o estudante RF participou do CsF com poucos conhecimentos em língua estrangeira, mas afirma que graças a seu esforço pessoal, conseguiu contornar o problema:

Tive que aprender um idioma novo e praticamente do zero, visto que meu conhecimento em inglês era somente de séries/filmes legendados, músicas e videogame. Mas me forcei a aprender, conversando somente com pessoas que falavam o idioma e evitando ao máximo ler, escrever ou até mesmo falar algo em português. (ESTUDANTE RF)

Assim, embora a atual gestão do Ministério da Educação tenha criticado o programa pelo fato dos alunos terem viajado com pouco ou nenhum domínio do idioma, conforme mostrou-se em reportagem anteriormente, observa-se que, no IFPB, a parcela destes alunos foi pequena, uma vez que quase 80% tinha nível de básico a intermediário. Os que não possuíam fluência adquiriram durante o estágio de nivelamento em línguas e venceram os entraves.

Na segunda pergunta procurou-se saber qual a maior dificuldade enfrentada no exterior. Elencou-se três pontos: conteúdo curricular das disciplinas, domínio da língua e adaptação a uma nova cultura. Os respondentes classificaram numa escala de “sem dificuldade”, “pouca dificuldade” e “muita dificuldade”.

Aspectos de dificuldade dos alunos no CsF em porcentagem

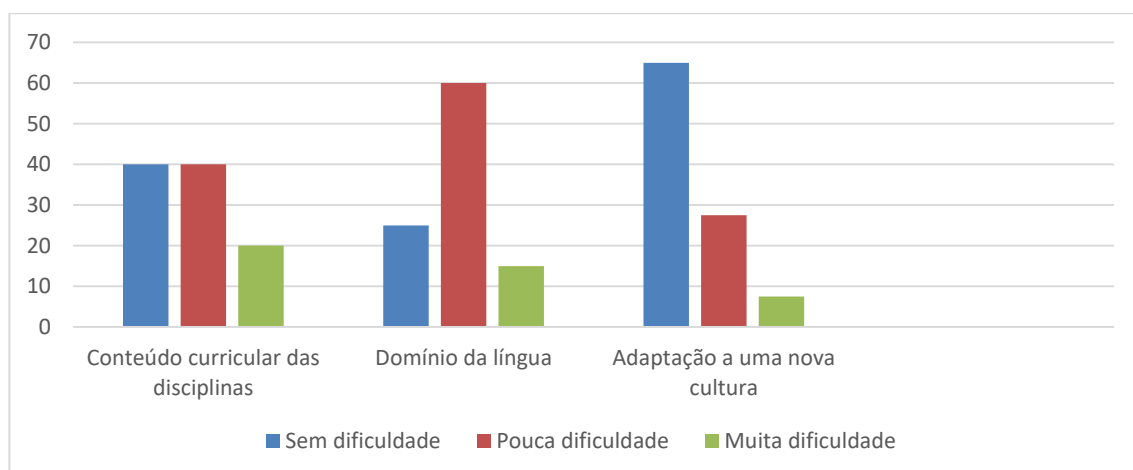


GRÁFICO 19: Aspectos de dificuldade dos alunos durante o CsF

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Com relação ao conteúdo curricular, 40% dos alunos informaram que não tiveram dificuldade, 40% informaram que houve pouca dificuldade e 20% tiveram muita dificuldade.

O aspecto do domínio da língua foi apontado pela maioria (60%) como “pouca dificuldade”, 25% não tiveram dificuldade e 15%, muita dificuldade. Quanto à adaptação a uma nova cultura, 65% não tiveram dificuldade, 27,5% tiveram pouca dificuldade e 7,5%, muita dificuldade. Observando o gráfico, pode-se extrair que o item de maior dificuldade dos alunos foi o acompanhamento do conteúdo curricular das disciplinas e bem próximo, o domínio da língua. Dentre os três itens, o de menor dificuldade foi a adaptação a uma nova cultura.

Na segunda pergunta foram elencados quatro pontos sobre a mudança mais significativa na vida deles após a passagem pelo programa: enriquecimento curricular, novas oportunidades de empregabilidade, o aprendizado adquirido no exterior proporcionou mais familiaridade com a área que pretende atuar e as disciplinas estudadas no exterior foram aproveitadas no curso de origem. Para a maioria dos alunos (82,5%), o enriquecimento curricular proporcionado pelo programa foi muito significativo, apenas 2,5% respondeu que não foi significativo e 15% acharam pouco significativo. Já em relação ao programa proporcionar novas oportunidades de empregabilidade, a maioria (67,5%) considerou muito significativo, 22,5% consideraram pouco significativo e 10% disseram que não foi significativo. Quando indagados sobre os conhecimentos adquiridos no exterior proporcionou mais familiaridade com a área de estudo, 57,5% consideraram muito significativo, 37,5%, pouco significativo e 5% não consideraram esse aspecto significativo. Por fim, sobre as disciplinas estudadas no exterior e seu aproveitamento no curso de origem, a maioria (45%) declarou não ser significativo, enquanto 37,5% achou pouco significativo e 17,5%, muito significativo. O quadro abaixo ilustra estas respostas:

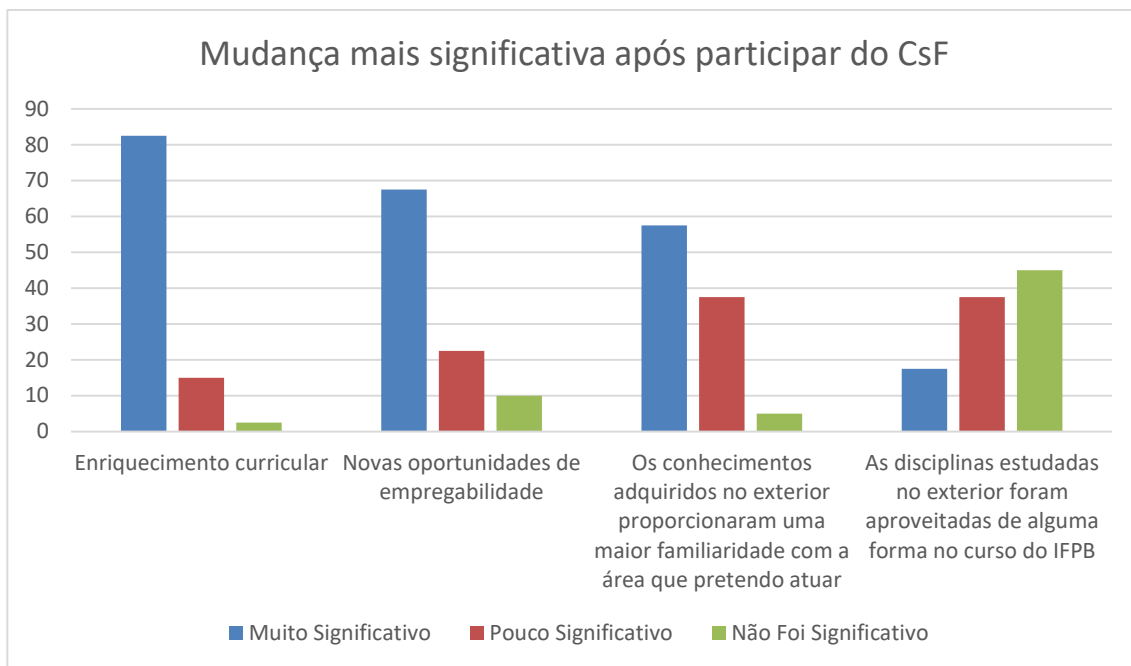


GRÁFICO 20: Mudança mais significativa na vida do aluno após participar do CsF

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

O estudante KG deixou claro em seu discurso que a disciplina que ele cursou no exterior não foi aproveitada em seu curso por divergir na carga horária.: “Eu tentei aproveitá-la no curso, porém como deve ter sido um problema para outras pessoas nesse intercâmbio, a carga horária era menor do que a solicitada no curso de origem, então não consegui aproveitá-la, logo tive que cursá-la da maneira convencional”. (ESTUDANTE KG)

No entanto, ele não vê como um fato negativo, uma vez que sua intenção era adquirir experiência profissional, através do estágio oferecido pela universidade. “Posso dizer que o programa contribuiu mais no estágio do que nas aulas na universidade até porque quando fui já estava com mais da metade da matriz curricular preenchida”. (ESTUDANTE KG)

O estudante JA citou a contribuição acadêmica por meio do seu enriquecimento curricular como um dos maiores legados do programa:

Enquanto estudante do curso de Matemática, eu não possuía tanto interesse, ou mesmo tanta habilidade na área quanto eu adquiri após o intercâmbio. Vi uma considerável melhora na minha escrita matemática, no meu raciocínio e modo de encarar os problemas da área, na minha mentalidade enquanto pesquisador e principalmente uma maior consciência para com os problemas de sala de aula (tanto como aluno, quanto como professor). (ESTUDANTE JA)

Percebe-se, então, que a oportunidade de um enriquecimento curricular através do aprendizado adquirido no exterior e do estágio, gerando maiores oportunidades de empregabilidade, se sobrepõe à possibilidade de aproveitamento das disciplinas no curso de origem. Esse fato evidencia-se quando mesmo sabendo que não poderá aproveitar determinada disciplina, o aluno opta por cursá-la, pois percebe que será importante para o desempenho da profissão. Foi o caso do estudante RF:

Meu foco era basicamente aprender o que eu não veria na faculdade, então peguei mais disciplinas que não estão na minha grade curricular, e só duas que são ofertadas na minha grade. Consegui aproveitar uma e decidi rever a outra, só pelo conteúdo mesmo. Quanto mais conhecimento, melhor. (ESTUDANTE RF)

A terceira e a quarta questão são complementares e indagam se o aluno já havia feito viagem internacional antes de participar do programa e se teria condições financeiras de arcar com as despesas de um intercâmbio particular, sem o auxílio do governo. A maioria, 75%, revelou nunca ter feito viagem internacional antes e apenas 25% afirmou já ter feito. A totalidade dos respondentes afirmou que se não fosse a bolsa do governo não teria condições de realizar o intercâmbio no exterior. Levando em consideração a renda familiar declarada pelos alunos na primeira etapa do questionário (41% recebe de 2 a 4 salários mínimos e 41% recebe de 5 a 10 salários) evidencia-se que de fato não seria possível estudar no exterior sem o financiamento do governo.

Viagem Internacional antes do CsF

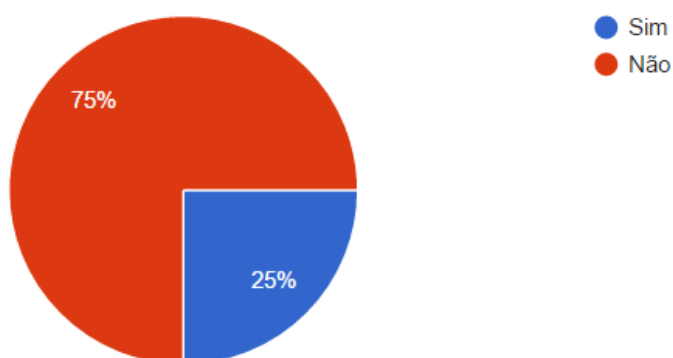


GRÁFICO 21: Porcentagem dos alunos pesquisados que já realizaram viagem internacional antes do CsF.

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Viagem para o exterior sem o auxílio do governo

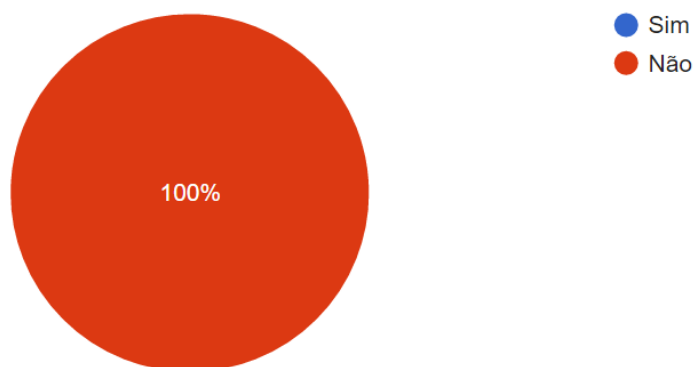


GRÁFICO 22: Porcentagem dos alunos que declararam não ter condições de fazer intercâmbio sem o auxílio do governo

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Portanto, o traço socialmente inclusivo do programa é um ponto importante a ser levado em consideração. Para o estudante AF, a inclusão e a motivação adquirida ao retornar do programa são relevantes para o sucesso do aluno enquanto futuro profissional.

Sem dúvida o maior ponto positivo do programa foi a inclusão do estudante que jamais teriam a chance de ter uma experiência de intercâmbio com recursos próprios. Outro ponto positivo é a capacidade motivadora que o programa exerce sobre os estudantes trazendo de volta estudantes mais motivadas em desenvolver pesquisas no Brasil e um pensamento mais crítico quanto ao próprio país. (ESTUDANTE AF)

O estudante KG faz parte desse grupo em que se não fosse a bolsa de estudos não teria realizado o intercâmbio. Ele explicita em sua fala que foi uma ação válida por parte do governo.

A ideia do programa é extremamente válida, muitos estudantes, incluindo eu, não teriam condição financeira de realizar um intercâmbio, até pelo próprio abismo que há entre a classe mais abastada e a classe menos favorecida no país, então fornecer oportunidades como esta, de intercâmbio para diversos países no mundo, foi uma medida que merece elogio por parte daqueles que usufruíram do programa. (ESTUDANTE KG)

A quinta pergunta foi sobre o que influenciou o aluno na escolha do país. Sabe-se que os editais já eram publicados com as vagas para determinadas universidades e a área de atuação

do curso. No entanto, o aluno poderia optar por se inscrever naquele edital ou esperar um próximo em um outro país. Do total de respostas, 40% afirmou que escolheu o país por este possuir universidades de renome na área de atuação do curso. Já 30% afirmou ter optado pelo país cuja língua fosse melhor dominada, enquanto 17,5% considerou a familiaridade cultural do país de destino com a brasileira e 12,5%, por outros motivos.

O que influenciou o estudante na escolha do país

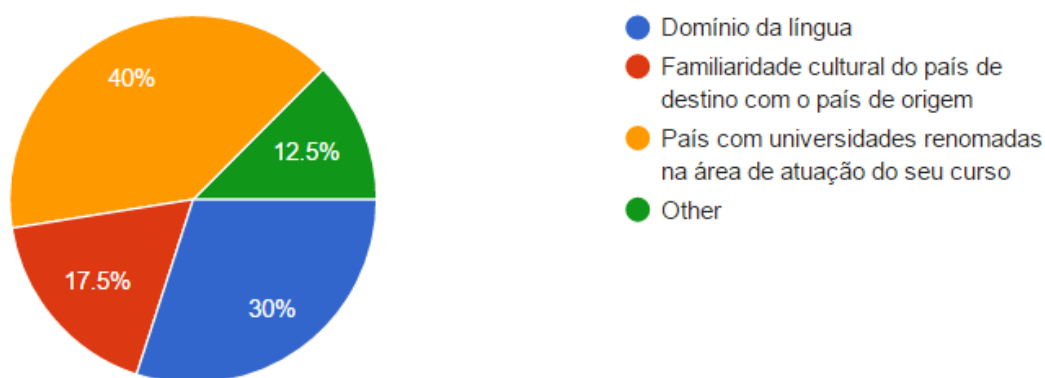


GRÁFICO 23: Aspectos que influenciaram o estudante na escolha do país

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Tendo em vista que a maioria dos estudantes escolheu o país devido ao mesmo ter universidades bem conceituadas, ressalta-se a importância do CsF oferecer bolsas em universidades renomadas, o que nem sempre aconteceu, levando em consideração o *ranking* discutido anteriormente.

Na questão seguinte perguntou-se que avaliação o aluno faria da sua participação no programa. A maioria (87,2%) apontou como satisfatória e 12,8% disse que poderia ter contribuído mais, classificando, portanto, como insatisfatória.

Avaliação do programa por parte dos alunos

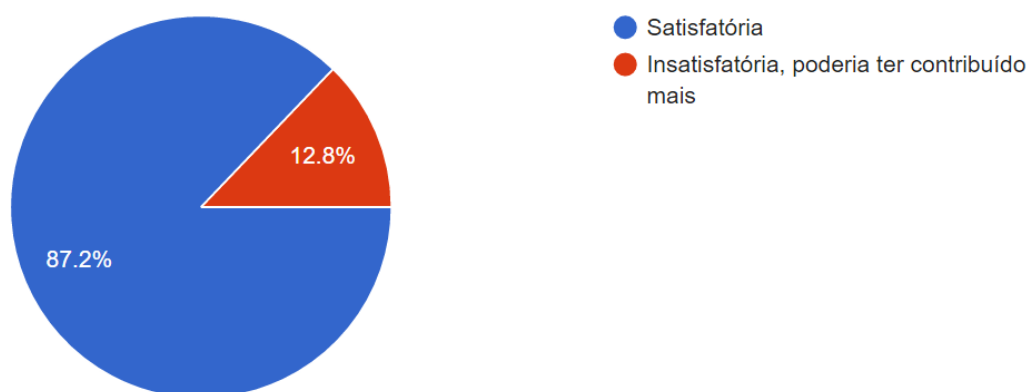


GRÁFICO 24: Nível de satisfação dos estudantes em relação ao CsF

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

A maioria dos estudantes entrevistados ainda não concluiu o curso de origem no IFPB. Apenas 12,5%, o que corresponde a 5 estudantes já terminaram o curso.

Porcentagem de alunos pesquisados que já concluiu o curso superior

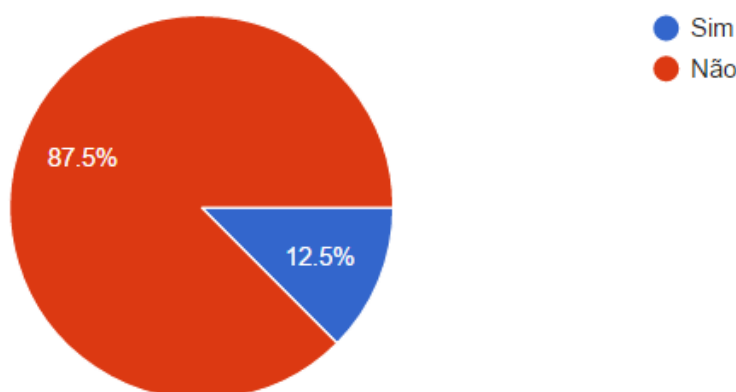


GRÁFICO 25: Porcentagem dos estudantes pesquisados que já concluíram o curso superior

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

A esta parcela de alunos realizou-se perguntas sobre o mercado de trabalho e de que forma o programa facilitou a conquista de um emprego. 80% responderam que estão

trabalhando na área de atuação do curso e 20% estão desempregados. Aos que estão trabalhando indagou-se se a participação no programa facilitou de alguma forma a entrada no mercado de trabalho e todos responderam que sim. Por fim, perguntou-se de que forma ocorreu essa entrada: 60% responderam que os conhecimentos adquiridos no exterior foram o diferencial na conquista da vaga e 20% apontaram a vivência no exterior como fator decisivo para o emprego e os outros 20% apontaram que a fluência na língua estrangeira foi o fator que mais contribuiu para a conquista da vaga. O gráfico a seguir, ilustra estas respostas:

De que forma o CsF facilitou a entrada no mercado de trabalho

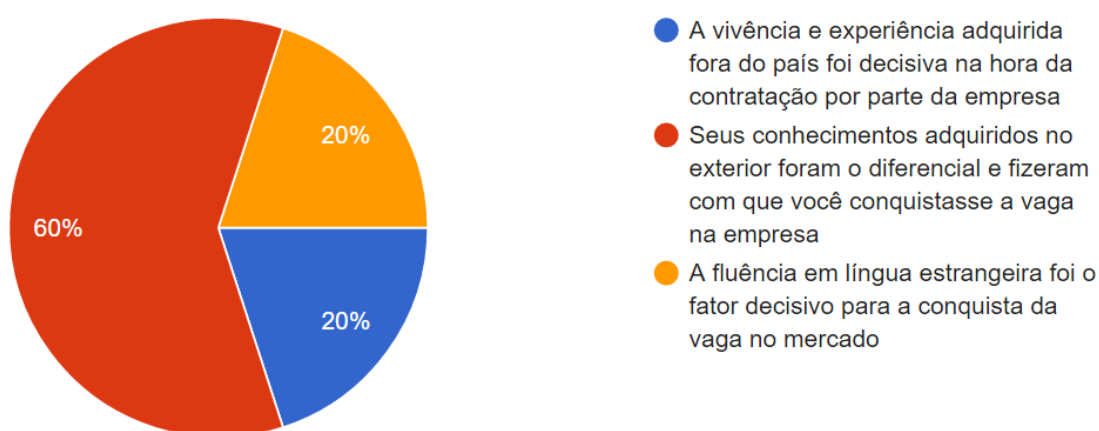


GRÁFICO 26: De que forma o CsF contribuiu para a entrada no mercado de trabalho

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado durante a pesquisa em dezembro de 2016.

Mesmo para os alunos que ainda não se formaram, a contribuição do programa vem se mostrando positiva não só no meio acadêmico, como na vida profissional dos alunos.

No meu caso, o programa ajudou consideravelmente na minha formação profissional, principalmente no quesito de aprender novas tecnologias e novas abordagens em cima do conhecimento que eu já possuía. [...] Pelo programa tive a oportunidade de fazer estágio dentro da Universidade e ser cotado para trabalhar por lá em empresas vizinhas, além de me dar a chance de me destacar no curso e ganhar prêmios o que aumentou minha visibilidade não só como aluno, mas também como um candidato em potencial (ESTUDANTE RF).

O aluno RF é o único discente do IFPB que recebeu o prêmio de melhor estudante na universidade a qual cursou o intercâmbio. RF ainda não terminou o curso, mas afirmou que já trabalha como desenvolvedor de software em uma empresa.

O CsF também abriu portas do mercado de trabalho para o aluno KG. Nesse caso, não foi na área de atuação do seu curso, mas sim como professor de inglês.

Apesar de não ser na minha área de atuação, sempre gostei de aprender línguas, então com o programa tive uma experiência no mundo real de conviver dentro da esfera de um novo idioma, que realmente se difere daquilo que imaginamos que é. Logo naturalmente me capacitei, e hoje me sinto confiante em falar um novo idioma [...]. (ESTUDANTE KG)

Já o estudante AA atribui ao programa o fato de ter ampliado o seu *networking* e de ter conseguido estágio numa grande empresa:

A experiência internacional possibilita um enriquecimento curricular muito grande, além do *networking*. Graças ao intercâmbio pude conhecer a forma de busca de emprego, entrevistas praticadas lá fora, por exemplo [...] Se não tivesse feito o intercâmbio, não teria conseguido o estágio na Siemens. (ESTUDANTE AA)

A vida longe da família, em países distantes, a rotina puxada de trabalhos diários para atender as disciplinas, durante cerca de 18 meses de intercâmbio nem sempre é atravessada com facilidade. Em meio a turbulências desse tipo, o estudante AF, foi acometido de uma forte depressão no início de sua estadia.

Isto tornou tudo mais difícil. O estresse que estávamos submetidos na avaliação da proficiência no idioma, trabalhos acadêmicos que exigiam muita energia e tempo etc. Uma dificuldade em especial passei no estágio de verão. Tínhamos que trabalhar sobre pressão e isso aguçou ainda mais o meu problema psicológico. Mas consegui terminar tudo como um estudante mediano. (ESTUDANTE AF)

Como forma de minimizar estes problemas ele acredita que o governo deveria capacitar mais o aluno no aprendizado de idiomas e orientar melhor o estudante de modo a reduzir o choque cultural:

Um aspecto de melhora que me vem a mente seria uma preparação prévia dos estudantes no Brasil com mais capacitação em idiomas e treinamento prévio em como o estudante poderia aproveitar melhor as oportunidades no exterior. Acontece que uma grande parte dos estudantes ficam sem orientação sobre como fazer para conseguir oportunidades de desenvolvimento profissional e científico no exterior. Em alguns países o impacto cultural é muito grande acarretando um número considerável de desistência por problemas psicológicos. Isso é ruim para o programa e para o governo que não teve retorno no investimento e pelo desgaste do estudante que estava despreparado para enfrentar tamanho choque cultural. (ESTUDANTE AF)

Quanto ao forte “choque cultural” outro estudante também ressalta como uma das grandes dificuldades enfrentadas, o que faz com que muitos fiquem segregados.

Outra dificuldade encontrada foi a barreira cultural (e talvez até linguística mesmo) para interação com nativos, uma vez que estávamos matriculados nos cursos acadêmicos, percebeu-se uma certa ‘exclusão’, ou ‘inclusão forçada’ dos estudantes internacionais, que por falta de opção, se agrupavam com outros estudantes estrangeiros. (ESTUDANTE JA)

A falha ou a falta de comunicação com os intercambistas durante a estadia no exterior e a falta de acompanhamento dos participantes foram aspectos negativos ressaltados por alguns alunos e que, segundo eles, devem ser melhorados numa próxima etapa do programa.

O mais evidente foi a questão do acompanhamento para com os estudantes, afinal, como éramos muitos a comunicação era escassa, além de alguns erros de logística logo no fim do programa, como por exemplo, a extensão de tempo dos alunos na universidade. Tivemos que sair dos quartos antes do prazo, por conta de um erro de comunicação (ESTUDANTE RF).

Acredito que o programa deveria acompanhar melhor os alunos e suas atividades durante o intercambio, e disponibilizar canais mais eficientes de comunicação (ESTUDANTE AA).

Outro aspecto destacado como negativo foi o fato de não haver uma maior fiscalização e acompanhamento dos alunos que estavam no exterior.

Creio que muitas coisas precisariam ser melhoradas, [...] como por exemplo, o controle maior de quem são e como os estudantes se portavam durante a vigência do programa, claro que como é intrínseco do ser humano, quiçá do brasileiro, alguns simplesmente não davam jus ao termo “de excelência”, e iam para determinado país apenas para ‘turistar’, então creio que o requisitos de exigibilidade eram bons, mas um pouco frouxos demais para delimitar aqueles que seriam realmente dignos de ser contemplados. (ESTUDANTE KG)

Observa-se, portanto, que a maior parte da crítica dos alunos em torno do programa foi de fato a falta de acompanhamento *in loco*.

Os cinco alunos entrevistados avaliaram o programa como positivo, embora tenham enfrentados problemas, naturais em um intercâmbio. Durante a entrevista, foi pedido que eles resumissem a experiência no CsF em uma única palavra. O resultado será mostrado a seguir através da nuvem de *tags*.



FIGURA 03: Palavras que definiram a experiência dos alunos no CsF segundo eles mesmos

FONTE: Dados da pesquisa.³³

Os depoimentos dos estudantes elucidaram aspectos controversos do programa, como o domínio do idioma, o estágio em empresas, o sucesso escolar no exterior, o choque cultural e o futuro profissional após o retorno ao país. A partir das respostas do questionário, identificou-se que a principal dificuldade dos alunos foi com relação ao acompanhamento do conteúdo curricular das disciplinas aliado a dificuldade com o domínio do idioma. Muitos se sentiam preparados, como afirmaram em entrevista e outros, no entanto, tiveram pouco contato com a língua estrangeira antes da viagem. Outros fatores como saudade da família, adaptação a uma nova cultura, também foram fatores mencionados pelo grupo.

Da análise realizada pode-se inferir que a maior parte dos entrevistados teve um aproveitamento considerável do programa. Barreiras como a adaptação cultural e a fluência na língua estrangeira são fatores naturais no cotidiano de um intercambista e que, aos poucos, podem ser vencidas. O aproveitamento dos créditos das disciplinas cursadas no exterior nem sempre foi possível de forma integral, mas, para muitos, isso não configura um fator tão relevante diante do aprendizado adquirido no exterior. No tocante ao mercado de trabalho, o CsF abriu portas para os alunos, oferecendo oportunidades em sua área de formação, como também na área de línguas estrangeiras. Embora a maioria ainda não tenha se formado, tiveram oportunidade de estagiar em empresas e sonham com um futuro profissional promissor, graças ao Programa.

³³ Tag construída a partir de <https://tagul.com/create>

Para a maioria dos jovens egressos do programa, alguns oriundos de camadas sociais menos favorecidas, o programa deixou fortes marcas em suas trajetórias acadêmicas e profissionais, relatado por eles como experiência “fantástica”, “única”, de “autoconhecimento”, “incrível”. Para grande parte destes alunos foi a primeira viagem internacional e sem o auxílio do governo não seria possível acontecer toda essa trajetória.

A seguir serão apresentadas as respostas as indagações realizadas junto as gestoras do programa.

4.3.2 O Ciência Sem Fronteiras sob o olhar do Coordenador Institucional do Programa

Neste tópico apresenta-se a análise das entrevistas feitas com as duas principais professoras responsáveis pela condução do programa e pela Assessoria de Relações Internacional e Institucionais (Arinter) no período em tela. A primeira gestora foi a responsável pelo programa no período de 2012 até meados de 2014 e a segunda de 2014 até os dias atuais. As interlocuções buscaram encontrar respostas as indagações sobre a importância do programa para a formação profissional, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e a trajetória para a consolidação do programa com vistas a internacionalização do IFPB. A fim de assegurar o anonimato das entrevistadas, faremos referência a primeira gestora do CsF como Gestora 1 e a atual gestora como Gestora 2.

No contexto do IFPB, o Ciência sem Fronteiras, é considerado o programa de maior destaque no tocante à internacionalização. Antes dele, poucos alunos tinham a oportunidade de fazer um intercâmbio visto que os acordos de cooperação ofereciam poucas vagas e em sua maioria as oportunidades eram voltadas para capacitação do corpo docente. O CsF foi então um divisor de águas, um marco que possibilitou posteriormente que vários outros acordos fossem firmados com diversos países para mobilidade acadêmica, uma vez que o programa fez com que o IFPB se tornasse conhecido no exterior.

O CsF abriu o leque de oportunidades para a gente fazer outros convênios. Antes do CsF só tínhamos dois convênios, um engatinhando. Depois do CsF passamos a ter 24 convênios. As escolas estavam interessadas em receber os nossos alunos”. (GESTORA 1)

Acredito que o CsF foi o grande marco da internacionalização do Brasil. Embora as universidades de ponta já terem um certo respaldo no exterior, a partir do CsF todas, de uma maneira geral, começaram a ser conhecidas no exterior. Especificamente, para os Institutos Federais e o IFPB, o CsF foi o pontapé ou o marco inicial de convênios, acordos, memorando de entendimento [...] troca de experiências, pesquisas. Eu acho que o CsF, sem

dúvida, foi o grande marco no Brasil para a internacionalização. (GESTORA 2)

A gestora 1 enfatiza de forma considerável em seu discurso o aspecto de que o CsF abriu portas para a assinatura de novos convênios e memorandos de entendimento com instituições estrangeiras. De fato, muitas cartas de intenções foram assinadas durante sua gestão, mas na prática ainda não houve planos de trabalhos efetivos com todas as instituições, o que mostra que o IFPB ainda não formulou uma política de internacionalização interna. A gestora 2 também enfatizou o aspecto de que o IFPB assinou muitos convênios e se tornou mais conhecido no exterior após o CsF, mas ponderou que é necessário um maior empenho por parte dos gestores e professores para planejar ações conjuntas e formular planos de trabalho, além de recursos financeiros.

A gente tem ido ao exterior com incremento e fomento do governo, com bolsa do Conif, Capes, CNPq, Setec, de países estrangeiros, como foi o caso do Canadá, que deu duas bolsas para nossos alunos, mas do Instituto de fato ainda não houve nada mais planejado para isso. Por isso dizemos que nós não temos uma política de internacionalização, nós temos algumas ações, que não deixam de ser importantes, mas precisam ser mais incorporadas e incrementadas por parte da instituição. (GESTORA 2)

Ambas as gestoras destacaram o aspecto de tornar o instituto mais conhecido no exterior possibilitando a abertura de novos convênios como um dos principais legados trazidos pelo CsF. Como desdobramento começou a se perceber a importância de oferecer uma formação mais sólida em língua estrangeira para que os alunos pudessem atender às exigências dos editais tanto do CsF como de convênios futuros.

No âmbito dos Institutos Federais batalhou-se junto aos diretores e reitores para a implementação de um núcleo de idiomas. No Campus Campina Grande já tinha um centro de línguas para a comunidade, mas era uma ação de extensão, queríamos focar mais no nosso aluno. Em 2010 houve um projeto para reativar um centro de línguas extinto. Apresentei o projeto várias vezes, mas nunca foi aprovado. Apresentei aos diretores de ensino. O de Sousa aprovou, mas não no formato sugerido. O Campus João Pessoa aprovou e aos poucos outros foram aderindo à proposta. O problema era que para implementar o Centro de Línguas precisava-se de uma sala com boa acústica e muitas vezes não havia sala disponível. Então hoje já temos a semente que foi plantada lá traz e acredito que esteja crescendo. (GESTORA 1)

Assim, campi isolados tiveram centros de idiomas implantados, mas não havia um núcleo institucionalizado pela reitoria com um formato único destinado a todos os campi. O projeto foi elaborado, mas ainda se encontra sem aprovação no Conselho Superior do IFPB. Ou seja, com aulas regulares de idiomas ofertados pelo IFPB, mais alunos estariam preparados para

ingressar em programas de intercâmbio e o número de egressos do CsF seria bem maior. A gestora 2 enfatiza a necessidade de institucionalização desse núcleo.

Há muitos alunos, sobretudo daqueles campi cujas cidades não possuem escolas de línguas que não tem a competência e habilidade exigida para ser aprovado num exame de proficiência. Então para esses alunos, o trabalho do professor de línguas vai ser bem maior. Não é que os alunos não estejam interessados, mas eles não foram preparados, não tem a bagagem. Por isso, o núcleo de idiomas, se for instalado em cada campus, vai ser fundamental. No entanto, essa institucionalização do núcleo de idiomas ainda depende de aprovação no Conselho Superior e posteriormente de orçamento em cada campus, pois envolve recursos humanos e infraestrutura (GESTORA 2).

Portanto, dentro das limitações orçamentárias, seja na área de infraestrutura, recursos humanos, houve um pequeno incentivo para o ensino de línguas no Instituto Federal da Paraíba, por iniciativas isoladas de professores de alguns campi, funcionando em João Pessoa, Campina Grande, Monteiro e Patos. Conforme mencionou a Gestora 1, o projeto foi encaminhado para o Conselho Superior para que o núcleo fosse institucionalizado, implementado e regulamentado, ainda em sua gestão. No entanto, ainda não houve aprovação pelo Conselho Superior até o término desta pesquisa.

Por outro lado, outras ações foram encaminhadas como a capacitação de examinadores para a aplicação dos exames de proficiência, pré-requisito para qualquer intercâmbio internacional. Mas para que os alunos se saiam bem na prova de proficiência é necessário que tenham uma base linguística sólida no idioma estrangeiro.

No interior percebemos que os alunos têm muita vontade, mas ainda não têm as condições favoráveis. Embora a gente se surpreenda, com alguns alunos que se mostram autodidatas, entram na internet, aprendem. Esperamos que no próximo ano, com os novos membros do conselho superior, a gente consiga aprovar o projeto. Uma vez aprovado não significa que todos os campi irão ter, mas a resolução dá a legalidade de criação, implementação e institucionalização. (GESTORA 2)

É importante destacar que por parte do governo foi ofertado o programa Idioma sem Fronteiras, que após realizar o TOEFL, o aluno pode ter acesso a plataforma “*My English Online (MEO)*” e ter aulas a distância, além de, no caso dos estudantes dos IFs, participar dos cursos ofertados pelo e-Tec idiomas, também na modalidade a distância.

Quando perguntado sobre qual a importância do CsF, na visão delas, para a formação profissional dos estudantes, ambas responderam que foi fundamental, para que conseguissem um maior aprendizado, possibilitando mais oportunidades, seja de ingressar numa pós-graduação, como também no mercado de trabalho. A Gestora 1 ponderou sobre o fato de muitos

editais permitirem o ingresso no CsF de estudantes nos primeiros períodos do curso, o que talvez não fosse tão proveitoso, devido à falta de maturidade acadêmica e até mesmo de conhecimentos sobre o curso.

Acho que isso para o aluno, pensando na carreira em si, profissional, não trouxe bons resultados, porque ele não tinha a maturidade acadêmica para fazer um intercâmbio. Mas lógico que foi positivo para a vida pessoal e mesmo para a profissional, pois abriu um leque de oportunidades. Mas se fosse um aluno mais maduro, que tivesse já terminado o segundo ano, o aproveitamento teria sido maior. (GESTORA 1)

A Gestora 2 lembrou os casos de sucesso dos alunos que foram para o exterior e em seguida, ao se formar, conquistaram vagas no mercado e na pós-graduação, tanto no Brasil quanto em outros países. No âmbito do IFPB, ela destacou o aluno que foi premiado por seu excelente desempenho acadêmico durante o intercâmbio.

Há alunos que tem essa capacidade de enxergar mais longe de aproveitar melhor. [...] tivemos alunos que foram laureados com excelente desempenho, recebendo certificação de reconhecimento ao seu desempenho no curso no exterior, dentre os 100 alunos, ele foi considerado um dos melhores. Até então o instituto não tinha tido nenhum aluno com tamanho destaque no exterior. (GESTORA 2)

Pelo discurso, ambas acreditam que o CsF foi importante não só para o aluno, como para a instituição, que se tornou conhecida, possibilitando a abertura de novos convênios e consequentemente para a nação que colherá os frutos dos trabalhos realizados nessa parceria.

Um dos pontos criticados no programa é a questão do aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior nos cursos de origem do aluno. Sobre esse aspecto as gestoras informaram que fica a cargo de cada Instituto Federal ou Universidade aprovar suas normas internas de aproveitamento. No IFPB há uma resolução de mobilidade aprovada durante o CsF, mas mesmo assim, atualmente, ainda há dificuldade nesse aspecto. Faz parte do trabalho da Assessoria Internacional (Arinter) a sensibilização dos coordenadores de curso para que eles compreendam a dinâmica e os processos do ensino no exterior.

Nós temos tido alguns problemas pontuais com os alunos que estão retornando, pois os coordenadores e colegiados tem dificultado esse aproveitamento. Nós temos tentado fazer reuniões com as coordenações, com a Pró-Reitoria de Ensino, e os diretores de ensino para que esses professores aproveitem alguma coisa [...]. Evidentemente que, se as realidades são diferentes, não dá para se enquadrar dentro das normas internas da instituição, mas que prevaleça o bom senso e o princípio da razoabilidade. [...] Até porque não faz sentido. Se o CsF tem o apoio do MEC e as instituições fizeram a

adesão, então não se justifica passar um ano fora, voltar e nada se aproveitar. (GESTORA 2)

A gestora 1 acompanhou os primeiros processos de reaproveitamento de disciplinas pelos alunos e contou que no início não existia um regulamento, ficando a critério de cada coordenador resolver como seria realizado o aproveitamento das mesmas.

No início foi sugerido que a gente faria uma prova aqui para completar aquele conteúdo que não foi visto daquela disciplina, ou colocar como uma disciplina optativa e complementar. [...] Mas era preciso criar uma norma. Eu fiz um regulamento, conversando com os diretores, porque dentro do mesmo curso em dois campi no Estado há diferenças, imagina em dois países. Então era preciso um critério. Com os primeiros alunos, os professores analisavam as ementas, mandavam os alunos estudar os conteúdos que não eram iguais e depois faziam a prova. Quando era possível aproveitava-se como optativa, mas era muito solto. Depois fizemos uma norma interna. Mas é como os alunos disseram, o que vale é o que a gente aprendeu lá e a experiência adquirida. (GESTORA 1)

Percebe-se, portanto, a dificuldade das instituições em aproveitarem de forma efetiva o que foi estudado no exterior, tendo em vista a distinção entre os sistemas de ensino. Tentando dirimir essas dificuldades, o IFPB aprovou, pós CsF, a resolução de mobilidade acadêmica e a resolução de acolhimento ao visitante internacional.

No tocante ao aproveitamento das disciplinas, a Resolução nº 142/2015 que trata sobre as normas, critérios e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional de estudantes do IFPB, em seu capítulo I, Aproveitamento de Estudos, art. 16 dispõe que:

Art. 16º O Colegiado do Curso - graduação ou Coordenação de Curso/Setor pedagógico - Educação Profissional Técnica de nível médio, ao qual o aluno está vinculado deverá deliberar, em articulação com os professores das disciplinas correspondentes, sobre os pedidos de aproveitamento de estudo e competência. (IFPB, 2015)

Dessa forma, conforme as gestoras explicaram, cabe aos colegiados, junto com os professores, aprovarem os pedidos de aproveitamento de estudos no exterior. A resolução, nos artigos 21 e 22, dispõe ainda que, o colegiado do curso pode também deliberar por realizar uma prova da disciplina a ser aproveitada e caso as disciplinas não apresentem equivalência, poderão ser lançadas no histórico como disciplinas complementares.

Sobre esse aspecto a gestora 2 enfatiza a necessidade de uma maior compreensão por parte do coordenador do curso com relação ao sistema de ensino em outros países.

[...] como boa parte dos professores nunca tiveram essa experiência no exterior não sabem lidar, nem conhecem o sistema educacional. Para fazer um reconhecimento e validação ele precisa conhecer o sistema. [...] Normalmente a aceitabilidade maior é daqueles que já tiveram uma experiência no exterior, aqueles que nunca tiveram acham que o nosso sistema é fechado”. (GESTORA 2)

Assim, se faz necessário um amplo trabalho de conscientização e até mesmo de uma cultura organizacional voltada para a internacionalização. É possível que com a criação das coordenações de relações internacionais nos campi essas barreiras sejam amenizadas e se estabeleça um melhor canal de comunicação entre a Assessoria de Relações Internacionais (Arinter) e os colegiados dos cursos.

Perguntou-se qual foi a maior dificuldade identificada pela gestão dos alunos no exterior. Ambas citaram a dificuldade em comunicação com a coordenação geral do programa e dificuldade dos alunos em se adaptar a dinâmica do ensino lá fora. “Se chegassem atrasados em sala de aula, cinco minutos atrasado, o professor já estava com a porta fechada, e ninguém entrava mais e se você pedisse para entrar, eles reclamavam. É um choque cultural. ” (Gestora 1).

As gestoras 1 e 2 afirmaram que a maior dificuldade dos alunos era com relação à língua estrangeira. Houve também problemas pontuais de ordem pessoal dos alunos com relação à adaptação cultural ao país. A gestora 1 enfatizou que o acompanhamento por parte dos alunos que estavam no exterior foi falho: “Uma das coisas que eu achei muito falho no CsF foi que a Capes e o CNPq, não fizeram, nem possibilitaram aos coordenadores institucionais um bom acompanhamento desses alunos”. A gestora 2 também citou esse aspecto, e para tentar minimizar solicitaram o contato do responsável técnico de cada aluno na universidade do exterior: “Procuramos junto à Capes saber quem era o técnico responsável pelo aluno no exterior, porque se o mesmo tivesse alguma dificuldade, poderíamos tentar resolver por aqui”.

Quando se indagou a gestora 02, o que pode ser melhorado para que o programa seja cada vez mais eficiente e eficaz ela citou inicialmente uma ampliação na divulgação interna do programa, mais motivação e sensibilização dos alunos e dos professores, preparando melhor o estudante para ter autoconfiança e enfrentar o desafio de estudar no exterior, incentivar o ensino de línguas e destinar recursos financeiros para tal finalidade.

Como em qualquer programa, o CsF teve suas potencialidades e fragilidades, mas acho que há mais aspectos positivos do que negativos. Eu acho que vale a pena investir. Com a crise em que estamos passando pode ser uma oportunidade de produzir e ser criativos. E de fato as pessoas de repente caem em si e aproveitem a oportunidade e experiência. Nós esperamos que o

governo tenha a sensibilidade de não acabar com o programa, mas que venham com uma nova roupagem, onde o que foi frágil seja minimizado e abra portas para os nossos alunos. (GESTORA 2)

A gestora 02 tem um pensamento crítico em relação à internacionalização do IFPB e fala também da necessidade não apenas dos nossos alunos irem para o exterior, mas também da instituição receber alunos estrangeiros.

Recebemos alunos do exterior mais na época de Cefet do que de Instituto. Depois que se tornou Instituto não recebemos mais alunos de fora como aluno regulares do IFPB, isso é lamentável, nós retrocedemos. [...] Nas outras instituições isso evoluiu bastante. Hoje não temos alunos estrangeiros regulares aqui na nossa instituição. Temos alunos que vem, passam um mês, seis meses, mas é mais pontual. E são intercâmbios particulares. Não é uma ação do governo, nem de nenhum parceiro do Instituto. (GESTORA 2)

Sobre a internacionalização no IFPB, a gestora 2 deixa explícito que para que ela se efetive em uma instituição é preciso que ocorra um engajamento de todos. “Nós ainda estamos muito tímidos. A gente percebe que alguns alunos querem vim para cá, mas mesmo assim ainda não estamos preparados para receber, não temos estrutura. [...] A gestão tem que ver a internacionalização como prioridade – a Arinter só não dá, é um trabalho de formiguinha. No PDI a Arinter não existe.” (GESTORA 2).

De acordo com a gestora, há institutos que possuem tanto a experiência de intercâmbios *inbound* como de *outbound* ³⁴ e na sua visão o IFPB precisa trabalhar melhor estes aspectos.

Então temos institutos que são mais de receber, outros que costumam mais enviar e outros que tanto enviam, como recebem alunos. Temos Institutos, como o do Rio Grande do Norte, que estão com missões no exterior, onde os professores fazem trabalhos em países como Haiti e Moçambique. Os professores ofertam nestes países oficinas, minicursos e os pesquisadores de lá vem para o IFRN. (GESTORA 02)

A gestora 2 citou outros Institutos Federais que estão com um processo de internacionalização mais avançado que o IFPB como Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros que se localizam em áreas de fronteiras.

Ainda assim, observa-se que ambas as gestoras acreditam que a internacionalização da educação é um caminho para a melhoria na formação profissional e acadêmica dos estudantes. A troca de experiências com países que possuem um sistema de ensino diferente do brasileiro pode enriquecer e trazer novas metodologias para sala de aula. Já para a vida profissional do

³⁴ Intercâmbio *Inbound* - Intercâmbio realizado dentro do Brasil, no qual se recebe intercambistas vindos do exterior. Intercâmbio *Outbound* – Intercambio em que alunos vão para fora do Brasil.

aluno é importante o despertar para a sua autonomia, o ganho cultural e o ganho intelectual, possibilitando novos caminhos e trajetórias de sucesso profissional.

Vários alunos foram, voltaram e tiveram bom desempenho. A partir dessa experiência conseguiram passar no mestrado aqui no Brasil. Outros, no entanto, viram nessa oportunidade uma forma de ter uma experiência no exterior, de concluir o curso e voltar para o exterior e trabalhar numa empresa. E outros, ainda, estão voltando para o exterior para fazer o mestrado. (GESTORA 2)

As gestoras acreditam que o Ciência sem Fronteiras foi o precursor desse processo de internacionalização e, a partir dele, novas ideias podem surgir e melhorias podem ser realizadas desde que haja um maior acompanhamento do programa.

Outro aspecto importante do discurso da gestora atual do programa é que ela defende a expansão da internacionalização, num futuro próximo, para os alunos do ensino técnico integrado e subsequente ao médio.

O governo oferece uma certificação para os estudantes do ensino técnico subsequente e integrado, o *Toic Bridge*, que é voltado para o mundo do trabalho. Uma boa parte das multinacionais tem solicitado dos alunos uma certificação da sua competência linguística em inglês, então esse exame, abre portas para os alunos apresentarem às empresas o seu nível de conhecimento. (GESTORA 2)

No entanto, é uma ação que ainda vem iniciando seus passos, uma vez que ainda não há professores suficientes capacitados para a aplicação do exame.

De forma geral, a análise das entrevistas com as gestoras sugere que o programa CsF agiu de forma eficiente e eficaz, dentro de suas limitações, ainda que tenham havido fragilidades durante o seu percurso, naturais de toda política pública. No IFPB não ocorreram problemas de grande magnitude e a experiência foi positiva tanto para os alunos como para as instituições que puderam se tornar mais conhecidas no exterior, assinar novas parcerias e consequentemente enviar profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho.

A importância que o CsF exerceu na formação acadêmica dos alunos e dos egressos é mostrada através das oportunidades que os estudantes tiveram de estagiar em empresas estrangeiras durante o intercâmbio e em empresas nacionais durante o seu retorno, ou até mesmo ingressar no mercado de trabalho, bem como de ter aluno premiado internacionalmente. Não apenas no aspecto profissional, como também no aspecto pessoal, o CsF exerceu influência proporcionando autonomia, independência, aquisição de novas competências.

O programa atingiu também sua meta, mostrando-se eficaz. De acordo com os dados do programa, a meta inicial era conceder 101 mil bolsas até o ano de 2014 e foram concedidas 101.446. No âmbito do IFPB, o instituto se destacou como o terceiro do Nordeste que mais enviou alunos. A segunda etapa do programa, entretanto, que visava conceder mais 100 mil bolsas, teve que ser suspensa por falta de recursos. De acordo com o panorama geral, disponível no site do programa, desde o quarto trimestre de 2015 até o segundo trimestre de 2016, o CsF estagnou com um total de 73.353 bolsas de graduação implementadas, ou seja, não houve aumento³⁵. O governo, por sua vez, visa reconfigurar o programa e, a depender de recursos, relançá-lo com uma nova roupagem no ano de 2017.

Apresentado o programa a partir de sua caracterização nacional, local e institucional a partir do olhar dos alunos e dos gestores, enfatizando suas impressões, dificuldades e possibilidades de melhorias, será discutido, no próximo tópico, sobre a contribuição do programa para a formação profissional destes estudantes à luz do que já foi realizado e das propostas sugeridas pelo atual governo.

4.4 O Ciência Sem Fronteiras como Caminho para a Formação Profissional

Fatores como a globalização e internacionalização vêm ganhando notoriedade nos últimos anos e têm impactado de forma direta no sistema educacional brasileiro. Nos Institutos Federais esse impacto não é diferente. Um dos grandes desafios enfrentados por estas instituições é de que forma realizar a internacionalização da educação profissional, vencendo os entraves financeiros, as barreiras da língua estrangeira e consolidando um modelo que beneficie e reverberem positivamente em toda comunidade acadêmica.

No entanto, é importante salientar que a internacionalização não se restringe apenas à movimentação de estudantes. É preciso que haja toda uma política institucional voltada para este fim, que vão desde a sinalização bilíngue de suas instalações até mudanças nos projetos pedagógicos dos cursos, favorecendo e incentivando a concretização de acordos de cooperação internacional e outras ações que perpassem os pilares do ensino, pesquisa e extensão, com essa finalidade. Portanto, a internacionalização da educação é uma concepção ampla e, a partir dela, há a internacionalização de estudantes e de seus objetos de estudo, que são as ciências.

Percebe-se então que a internacionalização da educação envolve mais do que simples aspectos acadêmicos. Ela passa a ganhar novos contornos, na medida em que o estudante

³⁵ Consulta realizada em 05 de dezembro de 2016

retorna do exterior e passa a contribuir com o desenvolvimento do país, projetando-o num cenário competitivo internacional. Nesse aspecto o Ciência sem Fronteiras vem a preencher essa lacuna na medida em que o egresso assume o compromisso de permanecer no seu país de origem por um período igual ou superior ao que esteve no exterior, evitando a chamada “fuga de cérebros”, discutida anteriormente.

A inclusão social é um fator que merece ser destacado no Programa Ciência sem Fronteiras, conforme afirmam o ex-presidente da Capes, Carlos Nobre e a professora Concepta McManus, em um artigo publicado no jornal Valor Econômico:

Este grau de inclusão social não foi antecipado na implementação do programa e é uma marca de sucesso. A maioria destes jovens, selecionados por critérios de mérito, teve oportunidade única de passar um ano numa universidade de ponta, tornar-se fluente numa outra língua e adquirir visão e vivência internacionais, que certamente lhes abrirão caminhos profissionais e pessoais que dificilmente conseguiriam sem apoio de um programa como o CsF. (NOBRE; McMANUS, 2016)

Assim, o investimento do governo nas bolsas de estudo teve, não apenas um valor econômico, como também social, uma vez que contribuiu para que milhares de alunos, que não possuíam condições financeiras de arcar com os custos, usufríssem de um intercâmbio, alavancando sua carreira profissional e contribuindo de forma positiva na sua formação acadêmica.

Os Institutos Federais, como já foi abordado no início dessa dissertação, são instituições que tem como foco o ensino profissional de nível técnico e superior e possuem a missão estratégica de atuar nas áreas de ciências e tecnologias, então a internacionalização deve exercer um papel estratégico nesse campo de atuação. O Programa Ciência sem Fronteiras, ao nascer com o desafio de contribuir para a formação de pessoal qualificado nestas áreas, oferece como resultado o desenvolvimento do país através da educação, tomando como base conhecimentos dos alunos adquiridos no exterior, inserindo-se num processo de internacionalização e desenvolvimento.

Nas IFES e nas instituições de educação profissional, como é o caso do IFPB, a barreira linguística ainda é um dos grandes desafios a serem enfrentados, configurando um problema da educação brasileira como um todo. Com quase 80% de seus alunos oriundos de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo³⁶, muitos apresentam dificuldades pedagógicas e desconhecimento em língua estrangeira, o que dificulta a consolidação de programas

³⁶ Fonte: Relatório Anual de Gestão 2015

internacionais. Mesmo com todas essas dificuldades, alguns ainda se sobressaem. A implantação de um núcleo voltado para o ensino de línguas estrangeiras na instituição é uma forma de suprir essa lacuna.

Assim, soa como um grande desafio, consolidar um programa de internacionalização em um espaço onde a maioria dos seus estudantes são oriundos de classes populares, os quais não tiveram a oportunidade de realizar um curso de línguas fora da escola, nem muito menos de arcar com os custos de um programa de intercâmbio particular. Daí a necessidade de uma política sólida de ensino de idiomas, seja no país de origem antes do intercâmbio ou no país de destino.

No caso do Ciência sem Fronteiras, o governo possibilitou aos participantes a oportunidade de realizar um reforço linguístico no país de destino para aprimorar o idioma. O curso durava em média três meses e era realizado antes do início das aulas na universidade. Esse fato vem sendo alvo de críticas por parte da atual gestão do MEC, que afirma que os alunos viajaram para o exterior sem domínio da língua e que a maior parte dos alunos selecionados foram de classe média, que poderiam arcar com os custos do intercâmbio, o que não se identificou no caso do IFPB.

Em matéria publicada no Portal Brasil, do Governo Federal, em 26/07/2016, o Ministro da Educação, Mendonça Filho afirmou que:

O presidente Temer nos autorizou a remodelar o programa, enfatizando a preservação da pós-graduação e mais do que isso, enfatizar o acesso a alunos carentes da rede pública do ensino médio a estudos de línguas, que é o preparatório inicial para que eles possam ter uma carreira acadêmica promissora (MENDONÇA FILHO, *apud* PORTAL BRASIL, 2016)

O ministro Mendonça Filho lembrou ainda que há dois anos não eram mais ofertadas bolsas para a graduação sanduíche. A última leva de alunos, segundo a reportagem, atendeu a cerca de 35 mil alunos, a um custo total de R\$3 bilhões, o que representa quase o total investido em programas de alimentação escolar para atender quase 40 milhões de alunos. Com essa afirmação o ministro defende que o intercâmbio para o ensino de pós-graduação e ensino médio é menos oneroso e mais vantajoso.

Em torno de 80% das bolsas do Programa foram voltadas à graduação sanduíche, outra parte foi para a pós-graduação. Com foco na graduação, o estudante no exterior pode participar de estágios em empresas estrangeiras, enriquecendo o currículo e adquirindo experiência e conhecimento que seriam compartilhados no retorno ao país. Como os cursos de graduação no exterior são onerosos, a atual gestão do MEC pensa em reformular o programa dando ênfase ao

ensino de línguas de alunos carentes do ensino médio. Assim, o foco do programa estaria não mais voltado para a formação profissional do aluno, mas sim apenas para o ensino e o aperfeiçoamento de idiomas. Alegando que muitos dos alunos que viajaram tinham condições financeiras de arcar com um intercâmbio particular e outros viajaram sem o domínio mínimo do idioma, o governo estuda o desmonte do atual modelo e a sua reformulação, o que dependerá de orçamento. Contrário ao que pensa o Ministro, no âmbito do IFPB, mostrou-se nessa pesquisa que a maioria dos alunos não teriam condições de realizar um intercâmbio particular, tendo em vista que a maioria percebe até 4 salários mínimos e tiveram no CsF a oportunidade de viajar para o exterior pela primeira vez.

Conforme foi citado anteriormente, outra mudança relevante já firmada pela Capes aos bolsistas do exterior, inclusive para os que estão no CsF, diz respeito a possibilidade de continuar no país de destino para a execução de atividades de desenvolvimento do Brasil. De acordo com a Portaria nº 176 de 17/10/2016, caso o aluno atenda a determinados critérios, poderá não retornar ao Brasil de imediato após a conclusão das atividades acadêmicas no exterior, solicitando, em casos excepcionais, a renovação das obrigações por meio de proposta formal à Capes.

Os bolsistas que solicitarem a novação não continuarão recebendo recursos da Capes. Esse novo dispositivo legal poderá reforçar a questão da “fuga de cérebros”, caso não seja devidamente acompanhado.

De fato, a internacionalização é um paradigma que pode ser interpretado por dois prismas. Se de um lado, ela visa contribuir para a melhoria da formação profissional, qualidade do ensino superior e do desenvolvimento do país, por outro lado, senão for bem planejada, ela pode passar a ser vista como mais um produto a serviço do mercado, fazendo com que o país, seja apenas consumidor de uma educação vendida por outros países. Por isso se faz importante que se tenha um retorno, um acompanhamento e uma avaliação da internacionalização enquanto política pública da educação.

Remete-se aqui ao que foi discutido no primeiro capítulo, em que foram citadas Laus e Morossini (2005) em defesa da internacionalização e Dias (2002) contrapondo-se a este pensamento.

As autoras afirmam que a mobilidade acadêmica internacional tem exercido um importante papel na internacionalização do mundo acadêmico, aumentando o domínio de línguas estrangeiras, introduzindo novos costumes e tecnologias, metodologias e modelos de qualidade em instituições nacionais. Elas enfatizam que: "Aumentar a internacionalização é a

chave para fortalecer a educação a nível nacional, institucional, individual e profissional. ” (LAUS, MOROSSINI, 2005, p.248).

Já Dias (2002) alerta que “países soberanos não deverão criar nenhuma restrição à ação dos grupos e instituições dos países ricos que, sem escrúpulo algum, tentam oferecer formações aos países em desenvolvimento que nada têm a ver com seus interesses, nem com suas necessidades, nem com suas culturas ou valores”. (DIAS, 2002, p.12)

Nesse sentido, as visões antagônicas sobre a internacionalização podem nos ensinar que é necessário que a política pública seja pensada de forma ampliada, debatida com os setores da sociedade envolvida, e sobretudo avaliada, reformulada, se necessário, e que seus resultados sejam medidos e acompanhados. Conforme Rua (2010), a partir da reforma do estado e das novas relações entre o estado e a sociedade, não se concebe mais uma política pública calcada no processo e sim no resultado “[...] a avaliação assume a condição de instrumento estratégico em todo ciclo da política pública” (RUA, 2010, p. 108).

A avaliação efetuada no decorrer desse trabalho não enseja, portanto, um juízo de valor, nem afere o sucesso ou o fracasso do CsF enquanto política pública, mas sim, visa a apropriar-se das informações obtidas acerca do programa através da pesquisa de campo e fornecer elementos para um aprendizado mútuo, ponderando as suas fragilidades e as suas potencialidades subsidiando o amadurecimento da política e a tomada de decisão por parte de quem a concebeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para situar o programa Ciência sem Fronteira dentro de uma perspectiva de política pública, iniciou-se esta dissertação com uma abordagem teórica sobre políticas públicas dentro de um contexto de reforma do Estado; em seguida, explanou-se sobre as políticas públicas de educação superior e suas principais conquistas durante os últimos anos. Ainda no primeiro capítulo focou-se nas teorias a respeito da internacionalização e globalização e por conseguinte, tratou-se sobre a avaliação de políticas públicas, com foco na eficiência e eficácia. Ao longo da pesquisa refletiu-se sobre a internacionalização da educação superior no contexto de expansão dos Institutos Federais, tendo sido o Programa Ciência sem Fronteiras um grande impulsionador desse processo.

No capítulo IV buscou-se analisar o discurso das gestoras e dos estudantes egressos do programa, no âmbito do IFPB, através de três categorias centrais que buscaram dar respostas e instrumentalizar a avaliação do programa através de sua eficiência e eficácia, são elas: contribuição do CsF para a formação profissional, dificuldades enfrentadas pelos alunos durante o programa e perfil do público atingido, verificando se o mesmo atendia ao que era proposto nos objetivos e metas do programa. Fez-se ainda um contraponto dos resultados obtidos na pesquisa com as críticas emanadas por parte do governo que planeja a sua reformulação.

Observou-se a partir desta análise uma preocupação por parte da gestão do IFPB com o aproveitamento dos estudos realizados pelo aluno no exterior, inclusive com a aprovação de uma resolução de mobilidade ocorrida apenas no final do Programa Ciência sem Fronteiras, o que dificultou esse aproveitamento para os primeiros alunos participantes. Com relação à contribuição dada pelo programa à formação profissional dos estudantes, embora muitos ainda não tenham conseguido se formar, já se consegue visualizar um resultado positivo por meio da realização de estágios em empresas no exterior e da inserção de alguns no mercado de trabalho. Os frutos do programa também foram observados com a ampliação do número de memorandos de entendimento de cooperação internacional do IFPB, possibilitando que mais estudantes no futuro se beneficiem destes acordos, caso sejam realmente colocados em prática.

A partir das análises apresentadas desde a implementação do CsF até os dias atuais, no âmbito do IFPB, a partir do olhar do estudante, relatando suas principais dificuldades e os benefícios trazidos pelo programa para a sua formação e ainda o olhar do gestor no tocante à implantação do programa, consolidação e futuras melhorias, entende-se que o programa Ciência sem Fronteiras, enquanto política pública de internacionalização da educação, cumpriu

parcialmente seu papel. Embora toda política pública necessite passar por adaptações e transformações para se adequar a novas realidades e demandas sociais, o CsF conseguiu abranger um grande contingente de alunos, dando-lhes oportunidades únicas de conhecer outras culturas, outros sistemas de educação, acumular competências e assimilar novas percepções para sua área de atuação. Ao ampliar o leque de oportunidades, de relacionamento através do *networking* e enriquecer o currículo, os alunos do IFPB se mostraram otimistas e motivados frente aos desafios que a carreira tecnológica impõe.

Por sua vez, um dos grandes gargalos do Programa é o seu financiamento e a fonte de seus recursos, que deve ser melhor definida em sua próxima versão. Nobre e McManus (2016), respectivamente ex-presidente da Capes e ex-diretora de Relações Internacionais da agência, defendem que seja definida uma maior participação de financiamento privado para que não sejam utilizados recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), sobretudo para a área de graduação. De acordo com dados do relatório da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, responsável pela avaliação do programa no âmbito do Senado Federal foram investidos um total de R\$10,5 bilhões, dentre recursos oriundos da iniciativa pública e privada.

O total gasto com o programa desde 2012 até o valor apurado em 3 de novembro de 2015 foi de cerca de R\$ 10,5 bilhões. Desse total das despesas, o Ministério da Educação contribuiu com aproximadamente 66% e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 34%. (BRASIL, 2015, p.33)

De acordo com este relatório o setor privado financiou 21.508 bolsas, o que representa um valor repassado de R\$ 601.012.136,16, oriundos de empresas como Tim celular, Eletrobrás, Vale S.A, Hyundai, Shell, Natura e outras.

Assim, diante desses dados e à luz dos conceitos de avaliação de políticas públicas no tocante a sua eficiência e eficácia, apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, a partir das autoras Graça Rua, Marta Arretche pode-se inferir alguns apontamentos sobre o programa.

Primeiramente é importante lembrar o que dizem as autoras a respeito de eficiência, eficácia e efetividade. Remete-se aqui a um quadro conceitual elaborado por Rua (2010, p. 118).

Eficácia: “Relaciona atividades com seus produtos iniciais, intermediários e finais (metas e objetivos)”.

Eficiência: “Relaciona produtos com seus custos (financeiros, humanos, tempo). Exemplo: Custo por criança/vacina 2% menor que o custo médio dos últimos cinco anos. Todos os prazos previstos cumpridos”.

Efetividade: “Relaciona produtos com seus efeitos na realidade que se quer transformar, ou seja, consequências. Exemplo: redução da incidência da doença “X” em 90%”. Por ser o CsF um programa muito recente ainda fica difícil aferir sua efetividade. Mas pode-se atribuir a ele a responsabilidade pelo início da internacionalização de muitas instituições.

Levando em consideração esses conceitos, podemos considerar que o programa CsF teve sua meta cumprida durante a sua primeira etapa de execução, que foi de implementar 101 mil bolsas, tendo conseguido implementar 101.446 nos quatro primeiros anos. Assim, sob esse ponto de vista mais quantitativo, sua eficácia foi atingida. Sob o aspecto qualitativo, no tocante ao cumprimento de seus objetivos relacionados à internacionalização e à qualidade na formação dos alunos, atestou-se a eficácia do programa, a partir das entrevistas, ao mostrar que os bolsistas tiveram acesso a uma educação de qualidade com oportunidades de amadurecimento e aperfeiçoamento profissional.

No tocante aos prazos, também houve o seu cumprimento inicial. Porém a segunda etapa do programa provavelmente não será cumprida tendo em vista a diminuição do número de bolsas de graduação e posteriormente as suas suspensões. Por sua vez, é importante ressaltar o aspecto da inclusão social e da equidade observado no CsF, uma vez que foram contemplados estudantes das classes sociais menos favorecidas aos mais favorecidos, assim como residentes do litoral ao sertão do Estado, do cotista e do não cotista, do egresso de escola pública e da escola particular.

No tocante ao recurso empregado no programa e sua relação com os resultados ainda é prematuro afirmar a sua eficiência no universo do IFPB, uma vez que muitos egressos do programa ainda permanecem como alunos do Instituto. Entretanto, os que já se formaram atribuem a sua colocação no mercado de trabalho como consequência da participação no programa. Nesse aspecto, para essa parcela de alunos, observa-se eficiência, mas de fato, os resultados globais desse trabalho só serão postos para a sociedade a médio e longo prazo.

Levando em conta esses fatores expostos ao longo do trabalho, analisa-se o programa como eficiente, ainda que em uma política pública sejam necessários ajustes constantes para se adequar a novos cenários econômicos e dinâmicas sociais. Sob a égide de um bom planejamento, execução, acompanhamento e avaliação, o ciclo de políticas públicas deve se renovar e se adaptar às demandas da sociedade. Foi assim ao longo do programa, onde as exigências de seleção foram sendo adaptadas à realidade.

Considerando o CsF no IFPB sob a ótica dos instrumentos avaliativos, pode-se observar traços que denotam mais eficácia do que eficiência no programa, dada a dificuldade de se mensurar este último. No Nordeste, o IFPB se consolidou como o terceiro instituto que mais

enviou alunos para o programa, ficando à frente de estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o programa desencadeou internamente uma série de propostas que favorecem a internacionalização, como a aprovação de um regulamento para a mobilidade estudantil internacional, especificando regras e critérios para o aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior. Vários acordos com universidades estrangeiras foram efetivados após o CsF, que de certa forma, projetou a identidade do IFPB no exterior. No entanto, ainda faltam ações de trabalho que coloquem em prática e despertem o interesse de desenvolver projetos em conjunto com escolas estrangeiras, enviando e recebendo alunos, professores e técnicos-administrativos.

É importante observar também que ainda existe uma lacuna no IFPB no tocante às políticas de internacionalização. Não existe um programa interno que promova o intercâmbio de estudantes, não só o envio como também a entrada de estudantes estrangeiros. Alguns IFs do Nordeste já realizam esse tipo de mobilidade e estão à frente no tocante a internacionalização, como é o caso do Maranhão e Ceará, citados anteriormente.

Embora haja alguns convênios efetivados, o único que vem realizando ações é a parceria com a Universidade do Estado de Oklahoma, que leva anualmente estudantes do IFPB para participar de competições de robótica. Mas a internacionalização da educação abrange ações mais amplas e frequentes, através de uma política construída com ações que permeiem o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação.

Observa-se que o aprofundamento da internacionalização no IFPB ainda não é visto como prioridade por parte da gestão do Instituto. Não há referência a nenhuma ação ou projeto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) atual. Não há material de divulgação bilíngue atualizado, nem ações de marketing que visem atingir o público estrangeiro. Outro agravante é a falta de aprovação do projeto do Núcleo de Aperfeiçoamento de Idiomas para todos os campi.

Assim, foi através do Programa Ciência sem Fronteiras que um grande volume de alunos experimentou suas primeiras experiências acadêmicas no exterior, despertando, em muitas instituições, a importância desse contato com outros sistemas educacionais para a melhoria no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, há vários aspectos que precisam ser melhorados, dentre eles um melhor monitoramento e acompanhamento do estudante no exterior durante a estadia e sobretudo após o seu retorno, afim de verificar se houve de forma efetiva uma transformação da sociedade através do seu desenvolvimento. Se faz importante ainda, para que a política de internacionalização cumpra seu papel no IFPB, não só o envio de alunos, como também a ampliação de oportunidades para o recebimento de estudantes e até mesmo de pesquisadores que contribuam com a inovação e o desenvolvimento do país. Da mesma forma,

deve-se considerar a aproximação de países menos desenvolvidos e mais carentes de tecnologia, colaborando também com o desenvolvimento destas nações.

Outro aspecto a ser observado, a nível institucional, é a necessidade imediata de um núcleo de idiomas preenchendo a lacuna existente no ensino de línguas estrangeiras sobretudo para aqueles alunos e servidores que não frequentaram cursos particulares de língua estrangeira. Esse talvez seja o pontapé inicial para o aprofundamento e consolidação da internacionalização no IFPB. Sabe-se que o caminho para a internacionalização da educação superior é longo e que demanda políticas contínuas de movimentação de estudantes, através de um processo de mão dupla, tanto de envio para fora do país (*outgoing*) como também de recepção de estrangeiros (*incoming*). O programa CsF cumpre com o objetivo de enviar alunos para o exterior como nenhum outro programa anterior realizou, mas deixa a desejar com a vinda de alunos de fora para o Brasil. É importante ressaltar também que para a consolidação de um programa de mobilidade internacional no âmbito da educação superior se faz necessário um forte investimento no ensino de línguas estrangeiras, fator essencial para o sucesso escolar dos alunos no exterior.

Portanto, ao apresentar o perfil dos estudantes do IFPB participantes do programa, suas maiores dificuldades enfrentadas no exterior e a análise da sua contribuição do CsF para a formação profissional dos estudantes, a partir do olhar das gestoras, cumpriu-se com os objetivos específicos do trabalho proposto, além de analisar a internacionalização no contexto da expansão do IFPB, dentro de um objetivo maior de avaliar o programa Ciência sem Fronteiras enquanto política pública de internacionalização da educação superior.

Assim, encerra-se esse trabalho com o sentimento de reconhecimento a tudo que já foi realizado em torno da internacionalização da educação superior no Brasil e no IFPB. E que mais do que promover uma política pública, se faz necessário o seu acompanhamento e a sua avaliação ao longo do seu processo de execução. Se reconhece também, a partir desse estudo, o aprendizado de que as ações de avaliação devem permear todo o processo de execução de uma política pública não só com a finalidade de gerar a qualidade do serviço prestado, mas também a satisfação do cidadão, receptor daquela política, a partir de parâmetros como a eficiência, a eficácia e a efetividade. É importante que a avaliação seja considerada a partir do “exame de critérios específicos, com a finalidade de extrair conclusões acerca do valor da política, do programa ou projeto” (RUA, 2010, p. 109). Portanto, a avaliação é um aprendizado constante e deve ser apropriada como tal na busca da transformação daquele segmento social a qual a política se destina.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica**. Revista Educação e Sociedade, ano XX, nº 69, dezembro de 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n69/a07v2069.pdf>> Acesso em: 01 dez. 2016

AGÊNCIA GESTÃO CT&I. **Senadores retomam avaliação do programa Ciência sem Fronteiras. 22 de setembro de 2015**. Disponível em <http://www.agenciacti.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7996:senadores-retomam-avaliacao-do-programa-ciencia-sem-fronteiras&catid=3:newsflash> Acesso em 01 dez. 2016

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 29-39.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia**. 1995. Washington D.C: Banco Mundial. Disponível em <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2005/06/14/000090341_20050614161209/Rendered/PDF/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf> Acesso em: 02 jan. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Záquia. **Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 259-284, jan./mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000100259> Acesso em: 01 ago. 2016

BRASIL. IFPB. Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. João Pessoa: IFPB, 2014.

_____. Reitoria. Resolução nº 142/2015 – **Mobilidade acadêmica**. João Pessoa: IFPB, 2015.

_____. **Regimento Interno**. João Pessoa: IFPB, 2010.

_____. Reitoria. **Relatório Anual de Gestão 2015**. João Pessoa: IFPB, 2016.

BRASIL. Congresso. Senado. Relatório nº 21 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Avaliação de políticas públicas. Programa ciência sem fronteiras**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119979>> Acesso em: 01 dez. 2016

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da educação superior: 2013 – resumo técnico**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf> Acesso em: 01 dez. 2016

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação. **Manual do Bolsista Ciência sem Fronteiras**. Brasília, DF, 2013.

_____. **CSF: Um Programa Especial de Mobilidade Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5e1f7ec7-83d7-4c42-ab36-621d53253cc9>>. Acesso em 10 out. 2016

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. Plano de Ação 2007 – 2010**. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0021/21439.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015**. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria nº 176, de 17 de outubro de 2016. Dispõe sobre a instituição do instituto da Novação no âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19/10/2016 (nº 201, Seção 1, pág. 20). Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/19102016-portaria-n-176-de-17-de-outubro-de-2016.pdf>> Acesso em: 21 out. 2016

_____. Ministério da Educação. **Programa Ciência sem Fronteiras – Manual do bolsista**. Brasília. 2013

_____. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação. **Painel de Controle**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação. **O Programa**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/oprograma>> Acesso em: 12 nov. 2016

_____. Ministério da Educação. **Metas**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. **Institui o Programa Ciência sem Fronteiras**. Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016

_____. Presidência da República. Decreto 2.208. **Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 02 jun. 2016.

_____. Presidência da República. Decreto 5.154. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 02 Jun. 2016

_____. Presidência da República. Decreto-Lei No 4.073. **Lei Orgânica do Ensino Industrial.** Rio de Janeiro, janeiro, 1942 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acesso em: 02 jun. 2016

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/L Lei/L12593.htm>. Acesso em: 02 jan. 2016

_____. Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8/12/1994. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 18 nov. 2005. Seção 1, p.1/2.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. **Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil .** Brasília, 24 ago. 1965.

_____. Lei nº 13.005. **Plano Nacional de Educação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil -.** Brasília, 26 jun. 2014. Edição extra, p.1.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos e SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: FVG, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Pequena história da reforma gerencial de 1995.** 2009. Disponível em

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.23.Pequena_hist%C3%B3ria_reforma_gerencial_1955.pdf> . Acesso em: 02 mar. 2016

CANDEIA, Luciano. **Mente amore pro patria docere: A escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação de 1909 a 1942.** 2013.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82397/85375>>. Acesso em 10 out. 2015

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2ª ed. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DE WIT, Hans. **Repensando o conceito de internacionalização.** Revista Ensino Superior, Unicamp, 2013. Disponível em <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao>>. Acesso em: 01 out. 2016

_____. **Rationales for Internationalization of Higher Education.** Millenium 3, no. 11: 11-19, 1998.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2ed. São Paulo: Cortez

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Concepções de universidade e de avaliação institucional.** Revista Avaliação, Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES, Campinas, v. 4, n. 2, p. 29-40, jun.1999.

_____. **Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade?** Revista Brasileira de Educação, n.28, jan./fev./mar./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2016.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. **Educação Superior: Bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?** IIIa. Cumbreiberoamericana de rectores de universidades estatales. 2002. Disponível em<http://www.asduerj.org.br/documentos/pdf/Cumbre_POA.doc>. Acesso em: 02.jan.2016.

DINIZ, Eli. **Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea.** São Paulo Perspectiva. vol.15 nº.4 São Paulo, Oct./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400003> Acesso em: 02 jun. 2016

_____. Governabilidade, democracia e reforma do Estado; os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil nos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (Org.) **Reforma do estado e democracia no Brasil.** Brasília: Editora da UNB, 1997.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos excluídos: A Escola de Aprendizizes Artífices na Paraíba (1910-40)**. João Pessoa: sem editora, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAIS, Karine Nunes. **Educação Superior no Brasil Contemporâneo: Transição para um sistema de massa**. Revista Educação e Sociedade, Campinas v.33, n. 118, p.171-190. Jan-mar-2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a11.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016

GRAMSCI, Antônio. (1982) Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

HARVEY, David. **Breve História Del Neoliberalismo**. Madrid, Akal, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400003> Acesso em 08 jun. 2016

HENRIQUES, Paulo de Tarso Costa. **Changing of Paradigm: developing a contemporary strategy for technological education in Brazil**. Tese (Doutorado em Educação) - Oklahoma State University. Oklahoma, 1999.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

JEZINE, Edneide; PRESTES, Emilia. Maria. da Trindade. (2011). Democratização do acesso à educação superior no Brasil. In: Ramalho, B. L., Llavador, J. B ., Carvalho, M. E. P., Diniz, A V. **Reformas Educative, Educación Superior y Globalización en Brasil, Portugal e Espanha** (pp. 19-42). Valência: Germanía.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009

LAUS, Sônia; MOROSINI, Marília. Internacionalization de la educacion superior en Brasil. In: DE WIT **Educacion Superior em America Latina: La Dimension Internacional**. Bogotá. Colômbia. V.1. 2005.

LEITE, José Jerônimo. **Sinopse histórica da escola técnica federal da Paraíba**. 1979. MEC/SEPS. João pessoa-pb.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional**. Perspectiva: Revista do Centro de Ciências de Educação - UFSC , Florianópolis, v. 20, n.2, p. 269-301, 2002. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10379/9975>>. Acesso em outubro de 2015

_____. O Ensino Técnico-Profissional e as Transformações do Estado Nação Brasileiro no Século XX. In: **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2002, Natal. Congresso Brasileiro de História da Educação - História e memória da educação brasileira - Anais (CD-ROM). Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002. v. 1. p. 1-12. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0668.pdf>>. Acesso 08 set. 2015

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. **Programa Ciência sem Fronteiras no Contexto da Política de Internacionalização da Educação Superior no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública comparada: Uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia**. Revista de Administração Pública. Jan/Fev 2008, Rio de Janeiro, Editora FGV. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a04v42n1.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2016

MELLO NETO, Ruy de Deus e et al. **Percepções de bolsistas ProUni acerca do pertencimento ao ensino superior privado**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v.20, n.43, p. 583-603, set./dez. 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CAPES. **Programa Ciência sem Fronteiras terá novo foco**. Nota oficial publicada em 26 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8052-programa-ciencia-sem-fronteiras-tera-novo-foco-com-objetivo-de-beneficiar-alunos-mais-pobres>>. Acesso em 14 nov. 2016.

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização na Produção de Conhecimento em IES Brasileiras: Cooperação Internacional Tradicional e Cooperação Internacional Horizontal**. Educação Em Revista, v. 27, n. 1. Belo Horizonte, Abr. 2011, p.93-112. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000100005&script=sci_arttext>. Acesso em 13 out. 2015.

_____. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas**. 2006, Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2016.

_____. Internacionalização dos Sistemas Universitários: O Mercosul In: OTRANTO, Célia Regina. **Criação e implantação dos Institutos Federais**. 2010. Disponível em <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>>. Acesso em 01 set. 2015.

NOBRE, Carlos; McMANUS, Concepta. **Internacionalização e inclusão social no Ciência sem Fronteiras**. Artigo publicado em 23/06/2016 no jornal Valor Econômico. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=7889>. Acesso em 10 set. 2016

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As Políticas Educacionais no Governo Lula: rupturas e permanências**. RBP AE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em <www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19491/11317> . Acesso em: 01 set. 2016

PORTAL BRASIL. **Ciência sem Fronteiras terá foco no Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/07/ciencia-sem-fronteiras-tera-foco-no-ensino-medio>>. Acesso em 05 nov. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em 18 Jan. 2016

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

SAMPIERI, Roberto. Hernandez.; COLLADO, Carlos. Fernández.; LUCIO, Pilar. Baptista. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, Joao dos Reis (Orgs). **Políticas públicas para a educação superior**. Editora UNIMEP, 1997.

SPEARS, Eric. **O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação**. Revista Eletrônica de Educação, v.8, n.1, p.151-163, 2014.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. Trabalho apresentado na IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>> Acesso em: 09 out. 2015.

UNESCO, **World Conference on Higher Education in the Twenty-first Century: Vision and Action**; Paris; 1998. Paris: UNESCO, 1998.

UNESCO, **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción**. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 02 jan. 2015

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior – 2009**. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris: 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192>. Acesso em: 02 jan. 2015

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aos Alunos

Prezado (a) Aluno (a)

Este questionário constitui um instrumento metodológico importante para a pesquisa intitulada “A Internacionalização da Educação Superior: Um Estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras do IFPB”, desenvolvida por Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto e orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva no âmbito do Mestrado em Políticas Públicas da Educação, na Universidade Federal da Paraíba – MPPGAV.

O objetivo do estudo é avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras como política pública de internacionalização da educação superior no âmbito do IFPB. Sua participação é importante para que seja executada a pesquisa de forma satisfatória.

O questionário trata de questões referentes à estadia no exterior durante a execução do Programa Ciência sem Fronteiras. Lembramos que sua participação é voluntária e que seu anonimato será garantido.

Caso aceite participar você irá responder a um questionário com perguntas fechadas que abordará questões referentes ao seu perfil sócio-econômico e perguntas sobre a sua estadia no exterior durante a participação no Programa Ciência sem Fronteiras

Comprometemo-nos, ao término desta pesquisa, divulgar para os entrevistados o estudo concluído. Ressaltamos que sua participação será de suma importância para o êxito desta atividade.

Agradecemos imensamente sua disponibilidade e a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ROTEIRO

PERGUNTAS REFERENTES AO PERFIL SOCIO ECONÔMICO

1. Qual a sua idade?

() Menos de 16 anos

() De 16 a 18 anos

() De 19 a 21 anos

☐ De 22 a 25 anos

☐ De 26 a 30 anos

☐ Mais de 31 anos

2. Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça

☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Amarela ☐ Indígena ☐ Outra; qual? _____

3. Onde foi realizada sua escolarização?

☐ parcial em escola pública e privada

☐ total em escola privada

☐ total em escola pública

4. Sexo

☐ Masculino

☐ Feminino

5. Você ingressou no IFPB pelo sistema de cotas?

☐ Sim

☐ Não

6. Qual sua renda familiar?

☐ Até 2 salários mínimos

☐ De 2 a 4 salários mínimos

☐ De 5 a 10 salários mínimos

☐ Superior a 10 salários mínimos

7. Naturalidade

8. Qual o seu nível de conhecimento do idioma estrangeiro antes da viagem para o Programa Ciência sem Fronteiras?

☐ Fluente

☐ Intermediário

() Básico

() Nenhum

9. Dentre os três quesitos abaixo, qual foi o de maior dificuldade enfrentada durante a sua estadia no exterior?

	Sem dificuldade	Pouca dificuldade	Muita dificuldade
Conteúdo curricular das disciplinas			
Domínio da Língua			
Adaptação a uma nova cultura			
Outro			

10. O que você considera a mudança mais significativa em sua vida acadêmica após a participação no programa?

	Muito significativo	Pouca significativo	Não foi significativo
Enriquecimento curricular			
Novas oportunidades de empregabilidade;			
Os conhecimentos adquiridos no exterior proporcionaram uma maior familiaridade com a área que pretendo atuar;			
As disciplinas estudadas no exterior foram aproveitadas de alguma forma no curso do IFPB			
Outro			

--	--	--	--

11. Você já fez viagem internacional antes do CsF?

☐ Sim

☐ Não

12. Você teria condições financeiras de participar de um programa de intercâmbio particular, sem financiamento governamental?

☐ Sim

☐ Não

13. O que te influenciou na escolha do país?

☐ Domínio da língua;

☐ Familiaridade cultural do país de destino com o país de origem;

☐ País com universidades renomadas na área de atuação do seu curso

☐ Outro _____

14. Que avaliação você faz da sua participação no programa no tocante a contribuição dada a sua formação profissional e tecnológica?

☐ Satisfatória

☐ Insatisfatória, poderia ter contribuído mais

15. Você já concluiu o curso superior no IFPB?

☐ Sim

☐ Não

Caso já tenha concluído passe para a próxima questão

Caso tenha respondido não, sua participação neste questionário termina aqui.

16. Você está trabalhando na área de atuação do seu curso?

☐ Sim

☐ Não

Caso tenha respondido sim, passe para a próxima questão

17. Sua participação no programa facilitou de alguma forma sua inserção no mercado de trabalho?

☐ Sim

☐ Não

Caso tenha respondido sim, passe para a próxima questão

18. De que forma a sua participação no CsF facilitou na hora de conquistar uma vaga no mercado?

☐ A vivência e experiência adquirida fora do país foi decisiva na hora da contratação por parte da empresa

☐ Seus conhecimentos adquiridos no exterior foi o diferencial e fizeram com que você conquistasse a vaga na empresa?

☐ A fluência em língua estrangeira foi o fator decisivo para a conquista da vaga no mercado

APÊNDICE B

Entrevista ao Gestor do Programa Ciência sem Fronteiras

Prezado (a) Gestor (a)

Esta entrevista é o instrumento metodológico da pesquisa A Internacionalização da Educação Superior: Um Estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras do IFPB desenvolvida por Patricia Nogueira de Carvalho Pinto e orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva e no âmbito do Mestrado em Políticas Públicas da Educação, na Universidade Federal da Paraíba –MPPGAV.

A entrevista trata de questões referentes à implantação do Programa Ciência sem Fronteiras.

Lembramos que sua participação é voluntária e que seu anonimato será garantido.

A entrevista será gravada e posteriormente transcrita, de modo a respeitar o conteúdo exato das suas informações.

Comprometemo-nos que ao término desta pesquisa divulgar para os entrevistados o estudo concluído. Ressaltamos que sua participação será de suma importância para o êxito desta atividade.

Agradecemos imensamente sua disponibilidade e a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ROTEIRO

1.Qual a importância da adesão do IFPB ao programa Ciência sem Fronteiras no tocante à formação profissional de seus alunos regulares?

2.O Programa Ciência sem Fronteiras chegou ao IFPB no ano 2012. Houve algum outro programa ou parceria anterior que contribuiu para o processo de internacionalização do instituto?

3.O que mudou no contexto da internacionalização do IFPB após a vinda do Programa Ciência sem Fronteiras?

4.Quais foram as dificuldades enfrentadas pela gestão na implementação do Programa Ciência sem Fronteiras?

5.O que a gestão identificou como a maior dificuldade dos alunos no exterior?

6.Houve no IFPB alguma ação de incentivo de aprendizado de línguas estrangeiras após a implementação do CsF?

7. Um dos grandes desafios do programa é a questão do aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior nos cursos no Brasil. Como o IFPB agiu diante desta situação?

(perguntar se há revalidação dos créditos das disciplinas cursadas no exterior, como funciona o processo?)

APÊNDICE C

Carta aos Entrevistados

Caro(a) Servidor(a)

Sou Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto, servidora do Quadro Permanente do Pessoal Técnico Administrativo do IFPB, lotada na Reitoria matrícula SIAPE Nº 1828686, estou fazendo Mestrado em Políticas Públicas da Educação, na Universidade Federal da Paraíba – MPPGAV- cujo tema da minha dissertação é: Internacionalização da Educação Superior: Um estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras e, a metodologia utilizada será a pesquisa quali-quantitativa e descritiva com questionário e entrevistas semiestruturadas.

Venho solicitar a V. Sra. a cooperação voluntária e participação, seu depoimento é muito importante para nós, pois ao longo da sua experiência deve ter uma opinião sólida sobre o assunto acima citado. Gostaria de saber se posso dispor do seu valioso tempo para uma entrevista, sem que isso possa prejudicar seu trabalho ou seu descanso.

Venho também solicitar autorização de uso para fins de amostragem. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas, bem como garante, também, a preservação da identidade e da pessoa entrevistada. Ainda queremos dizer-lhe que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento deste pesquisador em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa.

Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelo participante/entrevistado. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição. Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste estudo. Colocamo-nos à vossa disposição.

Agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto
Mestranda do MPPGAV –UFPB
Matrícula:2015107464
Fone 99942-3967

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre “A Internacionalização da Educação Superior: Um Estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB” e está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador(es) Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto aluno(s) do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva Os objetivos do estudo são: Avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras como política pública de internacionalização da Educação Superior no IFPB; Refletir sobre a internacionalização da educação superior no contexto de expansão dos Institutos Federais; Apontar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes no exterior; Traçar um perfil dos estudantes do IFPB participantes do programa; A finalidade deste trabalho é contribuir para a formação profissional e tecnologia dos estudantes do IFPB através da internacionalização da educação. Com a sua participação, esperamos obter uma compreensão avaliativa do Programa Ciência sem Fronteiras dentro de um processo maior de internacionalização. Esperamos também que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de internacionalização da educação no âmbito do IFPB. Solicitamos a sua colaboração para a realização da entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica (se for o caso). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. A participação nesta pesquisa não oferece complicações legais visto que nenhum dos procedimentos usados traz riscos à sua dignidade. A participação dos alunos envolvidos se deu primeiramente através de questionários e em seguida entrevista semiestruturada, ambos enviados via e-mail e respondidos individualmente e de forma voluntária. No caso da entrevista aos professores, esta se dará de forma presencial e poderá causar alguma forma de inibição ou de desconforto nos docentes pelo fato de a mesma ser gravada. No entanto, garantimos que a pesquisa transcorrerá considerando o anonimato dos participantes. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante

do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)

Espaço para impressão dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a): Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto. Endereço (Setor de Trabalho): Reitoria do IFPB: Rua João da Mata, nº 256. Diretoria de Comunicação Social. Fone: 99942-3967

Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☐ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

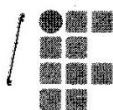
Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE E

TERMO DE ANUÊNCIA DO REITOR DO IFPB

**INSTITUTO FEDERAL**
Paraíba

Reitoria

Ao Magnífico Reitor do IFPB
Prof. Dr. Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

TERMO DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa de mestrado intitulada “Internacionalização da Educação Superior: Um Estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB” a ser realizada no âmbito do IFPB, pela aluna do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB, Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva.

O objetivo da pesquisa é Avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras como política pública de internacionalização da Educação Superior no IFPB. Para tanto, será aplicado um questionário com os alunos participantes do programa, bem como uma entrevista semiestruturada com as gestoras que estiveram a frente do referido programa até o ano vigente.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS nº 466/12), que trata da pesquisa envolvendo seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados tão somente para a realização desse estudo.

Acrescentamos que não haverá nenhuma despesa para esta Instituição que seja decorrente da realização dessa pesquisa.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho de Vossa Magnificência, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

João Pessoa – PB, 22 de agosto de 2016

Respeitosamente,

Patrícia Nogueira de Carvalho Pinto

Aluna pesquisador

Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e
Silva
Orientador

NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

www.ifpb.edu.br

- 1 -

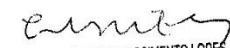
 Papel Reciclado



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

Reitoria

Pesquisa autorizada:


CÍCERO NIVALDO DO NASCIMENTO LOPES
Reitor - IFPB

NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

www.ifpb.edu.br

- 2 -

 Papel Reciclado

APÊNDICE F

ENTREVISTA AOS ALUNOS

Prezado (a) aluno (a),

Após a aplicação do questionário, gostaríamos de aprofundar um pouco mais a sua análise sobre a participação no Programa Ciência sem Fronteiras. Para tanto, escolhemos de forma aleatória cinco voluntários para responder a esta entrevista. O objetivo é o de captar as suas percepções acerca do programa e compreender os aspectos positivos e negativos desta experiência internacional.

A escolha dos participantes se deu de forma aleatória, por isso, sua participação é voluntária e sigilosa. Seus nomes não serão citados na pesquisa. Em anexo segue o termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser assinado, digitalizado e devolvido à pesquisadora.

Reitero ainda que este instrumento faz parte da pesquisa de Mestrado intitulada “Internacionalização da Educação Superior: Um Estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras do IFPB”, desenvolvida por Patricia Nogueira de Carvalho Pinto e orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação, na Universidade Federal da Paraíba – MPPGAV.

As informações são estritamente acadêmicas e os resultados poderão ser apresentados em atividades e publicações científicas. Os dados serão analisados de maneira anônima. Agradeço antecipadamente a sua colaboração.

QUESTÕES

- 1 – Qual foi o período que você passou no exterior pelo Programa Ciência sem Fronteiras? Em qual país e universidade você estudou?
- 2 – Quais foram as suas maiores dificuldades no exterior? Como conseguiu contorná-las?
- 3 – Como você avalia o programa? Ele contribuiu para sua formação profissional, foi uma experiência positiva?
- 4 – Na sua opinião quais foram os pontos positivos do programa? E em quais aspectos você acha que ele deveria melhorar?
- 5 - Como foi o aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior? Você conseguiu aproveitá-las em seu curso de origem?
- 6 – De que forma o programa contribuiu para a sua formação profissional?
- 7 – Se você fosse descrever em uma palavra a sua experiência no CsF, qual seria?
- 8 - Qual sua ocupação atual?

ANEXOS

TERMOS DE ADESÃO DO IFPB AO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS





PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Acordo de Adesão

Com a finalidade de aprovar a participação de seus estudantes de graduação no programa Ciência sem Fronteiras, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, inscrita no CNPJ sob o nº 10.783.898 / 0001-75, doravante denominada IFPB, localizada na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB – 58015-020, neste ato representado pelo Professor João Batista de Oliveira Silva, CPF 151.395.304-49, dirigente da instituição declarada, se compromete e se manifesta explicitamente a:

1. Dar ampla divulgação em sua instituição às chamadas públicas do programa.
2. Adirir, a partir da presente data, aos termos e condições transcritas nas chamadas públicas de Graduação Sanduíche, de acordo com o país de destino escolhido pelo estudante.
3. Indicar os estudantes de acordo com os critérios mencionados nas chamadas públicas.
4. Declarar o compromisso de reconhecimento dos créditos obtidos pelos estudantes nas instituições estrangeiras, com pleno aproveitamento dos estudos e do respectivo estágio, entendido tal reconhecimento como sendo parte das exigências e do currículo disciplinar de formação dos seus estudantes nos respectivos cursos no Brasil.
5. Indicar e divulgar o Coordenador Institucional Titular do programa na IES:

Nome do Coordenador Institucional Titular: **Maria Theresa Targino de Araújo Rangel**
 CPF: **288.090.504-44**
 Cargo: **Professora de Inglês e Coordenadora de Programas Internacionais do IFPB**
 Endereço: **Av. Edson Ramalho, 397 Apto 102 – Manaíra, João Pessoa – PB – 58038-100**
 Endereço eletrônico: **mtheresarangel@terra.com.br** e **maria.rangel@ifpb.edu.br**
 Telefone (s): **(83) 8884-1343 / (83) 9335-4004**
 Link do Currículo Lattes: **http://lattes.cnpq.br/7605387406411028**



6. Indicar até 03 (três) Coordenadores Institucionais Substitutos: (Opcional)

Nome do Coordenador Institucional Substituto nº 1: **Maria Verônica Andrade da Silveira Edmundson**

CPF: **345.223.794-04**

Cargo: **Assessora de Relações Institucionais e Internacionais do IFPB**

Endereço: **Av. Silvino Chaves, 481 Apto 901- Manaira, João Pessoa - PB - 58038-420**

Endereço eletrônico: **veronicaedmundson@hotmail.com**

Telefone (s): **(83) 8816-4343**

Link do Currículo Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700064H3>

Nome do Coordenador Institucional Substituto nº 2: **Neilor Cesar dos Santos**

CPF: **471.688.544-53**

Cargo: **Professor de EBTB do IFPB**

Endereço: **Av. Guarabira, 806 Apto 402 - Manaira, João Pessoa - PB - 58038-140**

Endereço eletrônico: **neilor@ifpb.edu.br**

Telefone (s): **(83) 3612-1355 / 6708-4639 / 9951-1619**

Link

do

Currículo

Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=E405516>

Nome do Coordenador Institucional Substituto nº 3: **Cristiane Vieira do Nascimento**

CPF: **035.627.364-44**

Cargo: **Professora de Inglês do IFPB**

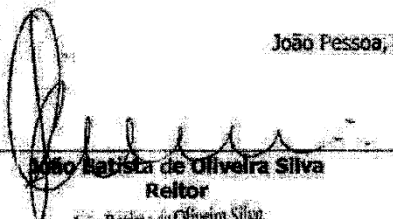
Endereço: **Rua Pastor Robert Reid Kally, 95 - Mirante - Campina Grande - PB**

Endereço eletrônico: **crisvn22@gmail.com**

Telefone(s): **(83) 33373608 / 91319699**

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6400568332998078>

João Pessoa, 20 de março de 2014


João Batista de Oliveira Silva
Reitor
 João Batista de Oliveira Silva
 REITOR DO IFPB

PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Acordo de Adesão

Com a finalidade de aprovar a participação de seus estudantes de graduação no programa Ciência sem Fronteiras o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba inscrita no CNPJ sob o nº. 10.783.898/0001-75, doravante denominada IFPB localizada na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe, João Pessoa – PB, neste ato representada por Cícero Nicácio do Nascimento Lopes, CPF 424.410.564-68, dirigente da instituição declarada, se compromete e se manifesta explicitamente:

1. Dar ampla divulgação em sua instituição às chamadas públicas do programa.
2. Aderir, a partir da presente data, aos termos e condições transcritas nas chamadas públicas de Graduação Sanduíche, de acordo com o país de destino escolhido pelo estudante.
3. Indicar os estudantes de acordo com os critérios mencionados nas chamadas públicas.
4. Declarar o compromisso de reconhecimento dos créditos obtidos pelos estudantes nas instituições estrangeiras; com pleno aproveitamento dos estudos e do respectivo estágio, entendido tal reconhecimento como sendo parte das exigências e do currículo disciplinar de formação dos seus estudantes nos respectivos cursos no Brasil.

5. Indicar e divulgar o Coordenador Institucional Titular do programa na IES:

Nome do Coordenador Institucional: Mônica Maria Montenegro Oliveira
CPF: 309.269.984-04
Cargo: Assessora de Relações Institucionais e Internacionais
Endereço: Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe, João Pessoa – PB
Endereço eletrônico: monicammo@gmail.com / arinter@ifpb.edu.br
Telefone (s): 9184-3222
Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7543937541499514>

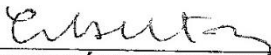
6. Indicar até (03) Coordenadores Institucionais Substitutos: (Opcional)

Nome do Coordenador Institucional: Ana Beatriz Ferreira Carneiro
CPF: 074.757.474-09
Cargo: Auxiliar em Administração
Endereço: Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe
Endereço eletrônico: ana.carneiro@ifpb.edu.br
Telefone (s): 9184-3222
Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3518708315997026>

Nome do Coordenador Institucional: Mayara de S. Guimarães Fonseca
CPF: 008.456.944-13
Cargo: Relações Públicas
Endereço: Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe, João Pessoa – PB
Endereço eletrônico: mayara.fonseca@ifpb.edu.br
Telefone (s): 9184-3222
Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9034230079595040>

Nome do Coordenador Institucional: Damires Yluska de S. Fernandes
CPF: 692.085.814-20
Cargo: Diretora de Pós Graduação
Endereço: Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe, João Pessoa – PB
Endereço eletrônico: damires@ifpb.edu.br
Telefone (s): 8790-2201
Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/941129354015389>

João Pessoa, 28 de janeiro de 2015


CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Reitor do IFPB